

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS^[L]_[SEP] PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ESFERAS PÚBLICAS: O CASO DAS
RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE VARRE-SAI E COPACABANA**

TATIANA LEMOS DOS SANTOS BORGES

Rio de Janeiro

2017

TATIANA LEMOS DOS SANTOS BORGES

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ESFERAS
PÚBLICAS: O CASO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE VARRE-
SAI E COPACABANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Iná Elias de Castro (PPGG/UFRJ)

Rio de Janeiro

2015

TATIANA LEMOS DOS SANTOS BORGES

**OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E A FORMAÇÃO DE ESFERAS
PÚBLICAS: O CASO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE VARRE-
SAI E COPACABANA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia

Aprovada em ____ de outubro de 2017.

Iná Elias de Castro (Orientadora) – Doutora em Geografia, PPGG

Rafael Winter Ribeiro – Doutor em Geografia, PPGG

Rejane Cristina de Araújo Rodrigues – Doutora em Geografia, PUC-Rio

AGRADECIMENTOS

Fazer um curso de pós graduação é um grande desafio pessoal, a elaboração de uma dissertação ou tese é uma espécie de conversa que muitas vezes devemos ter com nós mesmos, sendo muitas vezes solitário e desgastante. Particularmente, a elaboração desta dissertação é resultado de um esforço coletivo e nem um pouco solitário no qual muitas pessoas merecem meus agradecimentos e minhas desculpas, inclusive se por ventura acabar esquecendo de agradecer.

Em primeiro lugar eu preciso agradecer a minha mãe – Gina Maria - e minha irmã – Thaís Borges -. As duas foram guerreiras nesse processo, as mulheres da minha vida. Devo agradecer aqui a todas as formas de contribuição que elas me deram: Foram à campo, elaboraram planilhas, me animaram quando eu parecia desistir e me permitiram sonhar, pois sempre garantiram que eu teria condições de realizar estes sonhos. Além disso, são responsáveis por me colocar na linha quando preciso, sem esquecer o passado e sempre pensando no futuro. A elas o meu amor e agradecimento eternos, sem elas não existiria nada disso.

Também preciso agradecer ao meu parceiro de peleja e companheiro do cotidiano, Caio Perdomo. Alguns encontros são necessários, o nosso foi um deles. Obrigada por todas as discussões, por querer geografizar tudo, por me empurrar a querer sempre mais e por me mostrar que eu sempre tive força pra continuar. Muito obrigada e mil desculpas pelas grosserias.

Agradeço também a todos os membros do GEOPPOL – Grupo de Pesquisas em Política e Território. Há oito anos iniciei minha trajetória acadêmica como bolsista de iniciação científica e gostaria que todos os que participaram do grupo neste período soubessem que foram responsáveis pelo meu amadurecimento e pela minha permanência no mundo acadêmico. Gostaria de falar todos os nomes, mas com certeza esqueceria muitos deles, por isso cito alguns: Guilherme, Caio, Mariana, Paula, Jardel, Manuele entre vários outros. Em especial agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Iná Elias de Castro, por todo o conhecimento partilhado, pela paciência e pelos puxões de orelha.

Nesta sessão não posso esquecer de agradecer aos meus amigos, eles são responsáveis pela minha sanidade, pelos grandes aprendizados que tive e por me ensinarem como é bom ser e ter amigos. Pessoalmente agradeço ao Luís, Ana Facadío, Marcus Vinícius, Juliana, Mariana e todos os outros que por ventura não coloquei aqui. Principalmente, obrigada por todo o amor que senti ao longo do caminho e peço desculpas pela ausência em alguns momentos.

Por fim, agradeço a geografia. Responsável por tantos encontros, sonhos, trajetos e mudanças durante este período. Perceber o espaço é uma forma de me localizar no mundo e pertencer a ele, obrigada por tudo que fez em minha vida.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como mote principal a relação entre os meios de comunicação e o espaço, principalmente através de seu potencial para a mobilização política. Desta forma, retoma-se a formulação de Habermas sobre a esfera pública buscando compreender qual o papel desta para a dinâmica política local. O objeto escolhido para esta análise são as rádios, em especial as comunitárias, entende-se em princípio que este meio de comunicação possui um potencial diferenciado de mobilização na vida cotidiana da população, podendo acompanhá-la em diversas tarefas de seu cotidiano e possuindo uma capilaridade diferente, principalmente em escala local. Portanto, busca-se compreender como as rádios comunitárias, meio de comunicação com alcance limitado, podem interferir na formação de uma esfera pública e se esta poderá influir na formação de espaços políticos e na mobilização da população para temas de interesse coletivo.

Palavras chave: Esfera pública, meios de comunicação, rádio, rádios comunitárias e espaço político.

Abstract

This master's thesis has as main subject the relation between the mass media and the space, mainly through its potential for the political mobilization. In this way, Habermas's formulation on the public sphere is resumed, trying to understand its role for local political dynamics. The object chosen for this analysis is the radios, especially the community ones, it is understood in principle that this means of communication has a differentiated potential of mobilization in the daily life of the population, being able to accompany it in diverse tasks of its daily life and possessing a capillarity, especially at the local level. Therefore, it is sought to understand how community radios, a means of communication with limited scope, can interfere in the formation of a public sphere and whether it can influence the formation of political spaces and the mobilization of the population to themes of collective interest.

Keywords: Public sphere, media, radio, community radios and political space.

LISTA DE SIGLAS

ABERT	
Associação Brasileira de Emissoras de rádio e tv.....	19
AM	
Amplitude Média	61
Anatel	
Agência nacional de telecomunicações	15
FM	
Frequência modulada.....	<i>Consulte</i>
Frequência Modulada	61
IBGE	
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	64
IPP	
Instituto Pereira Passos.....	92
Mídia	
Meio de comunicação	18
MTCI	
Ministério de ciências, tecnologia, comunicações e informações.....	17
MUNIC	
Pesquisa de informações básicas municipais	15
NSC	
Nossa Senhora de Copacabana.....	65
PBM	
Pesquisa brasileira de mídias.....	13
PMDB	
Partido do Movimento Democrático Brasileiro	75
PNO	
Plano Nacional de Outorga.....	58
radcom	
rádio comunitária.....	11
SAVS	
Sociedade de Amigos de Varre-sai.....	73
Secom	
Secretaria de comunicação social	13

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Concomitância da rádio com outros aparelhos	8
Figura 2 - Quantidade de radcom por município	10
Figura 3 - Esfera pública Habermasiana	20
Figura 4 – Relação entre a esfera pública e os espaços públicos e políticos	32
Figura 5 – Articulações das radcom brasileiras em diferentes escalas.....	38
Figura 6 - Categorias de análise das radcom	43
Figura 7 - Categorias de análise e a legislação brasileira	44
Figura 8 - Categorias de análise utilizadas	48
Figura 9 – Organograma Esfera pública/Espaço político.....	54
Figura 10 - Deputados Estaduais eleitos em 2010 relacionados com rádios no Estado do Rio de Janeiro	55
Figura 11 - Radcom no Estado do Rio de Janeiro	57
Figura 12 - Localização das rádios estudadas.....	58
Figura 13- Questionário aplicado com a população.....	60
Figura 14 - Localização do Município de Varre-sai	62
Figura 15 - Macrorregiões do estado do Rio de Janeiro e o Noroeste Fluminense.....	63
Figura 16 - Pontos notáveis do município de Varre-sai	64
Figura 17 - Raio de atuação previsto em lei	65
Figura 18 - Relação entre o raio de atuação e o limite municipal.....	66
Figura 19 - Sede da Rádio Líder FM	68
Figura 20 - Estatuto da Associação relacionada à rádio.....	70
Figura 21 - Comunicado de afastamento de um dos locutores durante o período eleitoral.....	71
Figura 22 – Capilaridade da radcom no município de Varre-sai	72
Figura 23 - Forma como conheceu a rádio	73
Figura 24- Ata da reunião do conselho da rádio	75
Figura 25 - Programação rádio Líder FM	75
Figura 26 - Publicação na página do Facebook pedindo a opinião dos ouvintes sobre a transmissão das reuniões da câmara dos vereadores	77
Figura 27- Importância da radcom de Varre-sai	78
Figura 28 - Importância da radcom local	78
Figura 29 – Discussões políticas levantadas pela rádio	79
Figura 30 - Participação em algum debate político levantado pela rádio.....	80
Figura 31- Divulgação das reuniões da Câmara dos Vereadores.....	80
Figura 32- Resposta da prefeitura à memorandos enviados pela rádio pedindo a manutenção de áreas da cidade.....	83
Figura 33 - Zonas do Município do Rio de Janeiro	85
Figura 34 - Alcance da Rádio NSC.....	86
Figura 35 - Pontos notáveis de Copacabana.....	87
Figura 36 - Prédio da Igreja Nossa Senhora de Copacabana.....	88
Figura 37 - Programação rádio NSC.....	89
Figura 38 - Reconhecimento da rádio	90
Figura 39 - Formas de acesso à rádio.....	91
Figura 40 - Mecanismos de participação da rádio NSC	93
Figura 41- Importância da radcom local	95
Figura 42 - Comparação das duas rádios por categoria.....	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1– HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL: DA CHEGADA DO MEIO DE COMUNICAÇÃO ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS.....	6
2.1 – Histórico do rádio no Brasil.....	12
2.2 – Histórico da radcom no Brasil.....	15
3 – AS BASES GEOGRÁFICAS PARA UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....	18
3.1 – Da esfera pública literária à esfera de formação da opinião pública.....	19
3.2 – Da esfera pública ao espaço político: a contribuição dos meios de comunicação.....	29
3.3 – As relações entre a escala e a comunicação comunitária.....	33
4 – UMA PROPOSTA PARA A ANÁLISE DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COMO MOBILIZADORA DOS ESPAÇOS POLÍTICOS LOCAIS.....	39
4.1 – Aspectos metodológicos da análise.....	39
□ 1) as características da Esfera pública política e as Radcom.....	40
□ 2) A relação entre a esfera pública e a dimensão física da política.....	49
□ 3) quais as articulações em diversas escalas para que o processo de outorga seja aceito.....	52
4.2 – operacionalização.....	59
5 – ESTUDOS DE CASO E AS ESPECIFICIDADES DOS LOCAIS EM QUE ESTÃO INSTALADAS.....	59
5.1 – Rádio Líder FM.....	61
5.1.2 – A Líder Fm e a esfera pública local.....	69
5.1.3 – A relação entre a esfera pública e os espaços políticos de Varre Sai.....	82
5.2 – Rádio Nossa senhora de Copacabana (NSC) – Rio de Janeiro.....	84
4.2.1 - Localização e histórico de formação.....	84
5.2.2 – Atores, pluralidade e capilaridade.....	89
5.2.3 – Participação, reconhecimento/intencionalidade, diálogo.....	92
5.2.4 – Da esfera pública ao espaço político.....	96
CONCLUSÕES.....	98
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104

INTRODUÇÃO

A problemática central deste trabalho é a relação entre as rádios comunitárias e as formas de mobilização locais, ou seja, a interação entre as rádios e a política em escala comunitária. Entende-se que as rádios comunitárias por definição se identificam como um recurso disponível para comunicação local, sugerindo que elas possam se apresentar como fóruns de discussão e debate com capacidade de mobilização. Neste sentido, a hipótese inicial da pesquisa é de que as rádios comunitárias apresentam um potencial de mobilização diferenciado, e que podem servir como uma opção para a comunicação entre os membros comunitários, estimulando a dinamização dos espaços físicos destinados à discussão, embora não os substitua.

A partir da proposição de Habermas (1984) e dos debates envolvendo outros autores, entende-se que estas rádios podem funcionar como parte da esfera pública local, levando a mobilização política. A principal questão a ser respondida nessa dissertação diz respeito a forma como essas rádios atuam em esfera local e mobilizam comunidade. As rádios comunitárias (radcom) possuem uma abrangência delimitada, de apenas 1 km de raio, o que permite o estabelecimento de uma metodologia que desvende as formas de atuação locais e como os agentes envolvidos (comunidades, líderes locais, políticos e ouvintes) as apropriam.

Os estudos das rádios comunitárias e sua influência local também suscitaram outras questões, principalmente, com relação aos movimentos necessários à sua instalação, quais as articulações escalares necessárias para que seu processo de instalação fosse exitoso. Um levantamento que será feito dará conta dos processos burocráticos necessários à instalação das mesmas, bem como as diferentes políticas de escalas e interações com outros atores para obtenção da outorga.

Tendo em vista a proposta de Arendt (2002) de que a política tem como objetivo e condição a liberdade, qualquer meio de comunicação que objetiva cumprir seu papel de mobilização social e de formação da opinião pública precisa ser aberto a ampla participação da população, da mesma forma, estes espaços necessitam ser abertos aos diferentes grupos, sem que haja discriminação ou restrição. Portanto, dentre as outras questões que sustentam esse trabalho destacamos a análise de quem são os gestores dessas rádios e se estas mantêm suas características originais ou se foram apropriadas por interesses individuais e privados.

Por fim, uma análise das funções da comunicação comunitária tem de partir da assimilação desse meio de comunicação por parte da população local, a mobilização política de qualquer meio de comunicação estará sempre relacionada ao seu uso por parte da população e

de sua capilaridade. Portanto, o objetivo desse trabalho é compreender a relação entre as rádios comunitárias e a organização da política em escala local, como forma de organizar a prática democrática das comunidades em que estão inseridas.

Também é necessário entender qual o tipo de comprometimento dessas rádios com os políticos da região, seu processo de instalação e quais os tipos de articulações promovidas pela sua direção. Muitas vezes, apesar de comunitárias estas rádios são cooptadas por diferentes forças políticas, religiosas e outros grupos diversos. Com isto, é necessário identificar quais são estes grupos e como suas estratégias são disseminadas na programação destas rádios.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que os meios de comunicação têm tido cada vez mais importância nos estudos sobre a política. De acordo com Matos (1994), com o advento da democracia de massa na sociedade moderna, a política, seja como discurso, estratégia ou ação, não se realiza de forma eficaz sem a mediação comunicativa e seu suporte: Os meios de comunicação.

Desta forma, considera-se que a discussão dos meios de comunicação e sua influência em diversas escalas, destacando-se a local contribui, na geografia política, para a compreensão do processo de formação e para a visibilidade dos locais de debate. As radcom possuem o papel de mediadoras e divulgadoras das necessidades e atividades locais. De acordo com Leal (2006), um aspecto importante da radiodifusão comunitária é a obrigatoriedade de uma gestão compartilhada e de um conteúdo que valorize a comunidade.

Para Nunes (2004) as rádios comunitárias asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais que compõe uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou um espaço geográfico comum. Este autor ainda afirma que, apesar de seu cunho comunitário e forte ligação com movimentos sociais, estima-se que o número destas seja bastante reduzido em relação às rádios comunitárias organizadas por políticos e pequenos empresários.

É possível perceber, através das passagens supracitadas, que apesar de seu cunho inicialmente comunitário e a proibição por lei de seu uso para benefício pessoal ou de um determinado grupo, as rádios comunitárias também têm sido usadas para estes fins, dando origem a uma lógica ambígua. Este caráter das rádios comunitárias no Brasil tem origem no fato de que, ao mesmo tempo em que se apresentam como o espaço de debates e mobilização comunitária, também são utilizadas como formas de propaganda pessoal de determinados grupos, tendo sua lógica subvertida para usos pessoais e ganhos políticos, justificando assim as questões levantadas.

Por fim, orientar um trabalho sobre a comunicação comunitária e seus impactos na formação de espaços políticos em escala local sob a vertente geográfica significa compreender qual a lógica de dispersão deste fenômeno e quais as condições para que ele se estabeleça em determinadas comunidades. Para Gomes (2006) a lógica do arranjo espacial é a questão geográfica por excelência, o autor define a geografia como “o ato de estabelecer limites, colocar fronteiras, fundar objetos espaciais, em outras palavras, qualificar o espaço; mas é também, simultaneamente a possibilidade de pensar estas ações dentro de um quadro lógico, de refletir sobre esta ordem e seus sentidos” (GOMES, 2006). Portanto, investigar a dispersão destas rádios e os motivos que levam a sua instalação e desenvolvimento em determinadas comunidades é uma questão geográfica por excelência.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco partes. A primeira parte consiste em uma revisão do histórico do rádio no Brasil até o surgimento das rádios comunitárias, mostrando o contexto e alguns princípios da legislação vigente sobre o tema. A segunda parte do trabalho consiste em uma discussão conceitual sobre as bases deste trabalho, destacando-se os conceitos de esfera pública e espaço político, relacionando-os, além disso será trabalhada nesta sessão uma discussão sobre a escala, pertinente ao trabalho justamente pelo caráter local dessas rádios e por suas articulações multi escalares. Na terceira parte do trabalho serão discutidas as bases metodológicas do trabalho e a proposta de análise das esferas públicas, além disso serão discutidos os motivos para o recorte espacial do trabalho, o estado do Rio de Janeiro, e os motivos para a escolha dos estudos de caso. Por fim, na quinta parte serão analisados os estudos de caso, as rádios Líder FM (Varre sai) e Rádio Nossa Senhora de Copacabana (Copacabana). Em sua última parte, este trabalho conta com a comparação dos dois estudos de caso e as principais conclusões do trabalho.

1– HISTÓRICO DO RÁDIO NO BRASIL: DA CHEGADA DO MEIO DE COMUNICAÇÃO ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS

O ponto de partida para esta dissertação é a profunda relação entre os meios de comunicação e a formação da opinião pública, o que se reflete em disputas política visando o controle dos meios de comunicação. As questões envolvendo essa relação são notáveis ao longo da história do rádio no Brasil e suscitam debates sobre esta história e a formação da opinião pública. Portanto, neste capítulo será feito um breve histórico do rádio no Brasil, abordando o período do seu surgimento até a criação das radcom (rádios comunitárias) brasileiras. Nesta

sessão ainda serão abordados dados sobre o rádio no Brasil nos dias atuais e seu vínculo com a política nacional.

Para Borges (2013) a importância dos meios de comunicação se reflete no processo eleitoral, à medida que estes servem como objetos de preservação e expansão do eleitorado, de acordo com seu contexto de formação e funcionamento. Para a autora:

Enquanto agentes da formação e da opinião pública, todo meio de comunicação pode ser usado como mecanismo eleitoral. Esta característica só lhe é dada graças a sua presença em diversas escalas, tanto local quanto regional ou nacional, tornando-os mecanismos de preservação e expansão do eleitorado sendo, de fato, importantes para o processo eleitoral e a democracia. (BORGES, 2013, p. 9)

Para Charaudeau (2007) todo mecanismo de comunicação é regido por duas lógicas, uma econômica e outra simbólica. A lógica econômica estaria ligada a função de todo mecanismo de comunicação de funcionar como empresa, portanto, visar o lucro e a expansão no mercado. Por outro lado, sua lógica simbólica estaria relacionada a sua vocação para a formação da opinião pública.

No caso brasileiro, as grandes dimensões do território nacional tornam esta relação mais importante à medida que as diferenças regionais, tanto culturais quanto de distribuição das redes de infraestrutura, fazem com que os meios de comunicação em diferentes escalas funcionem como mecanismos de debate sobre as demandas locais, divulgação de problemas e até mesmo como elos entre as escalas locais e a nacional.

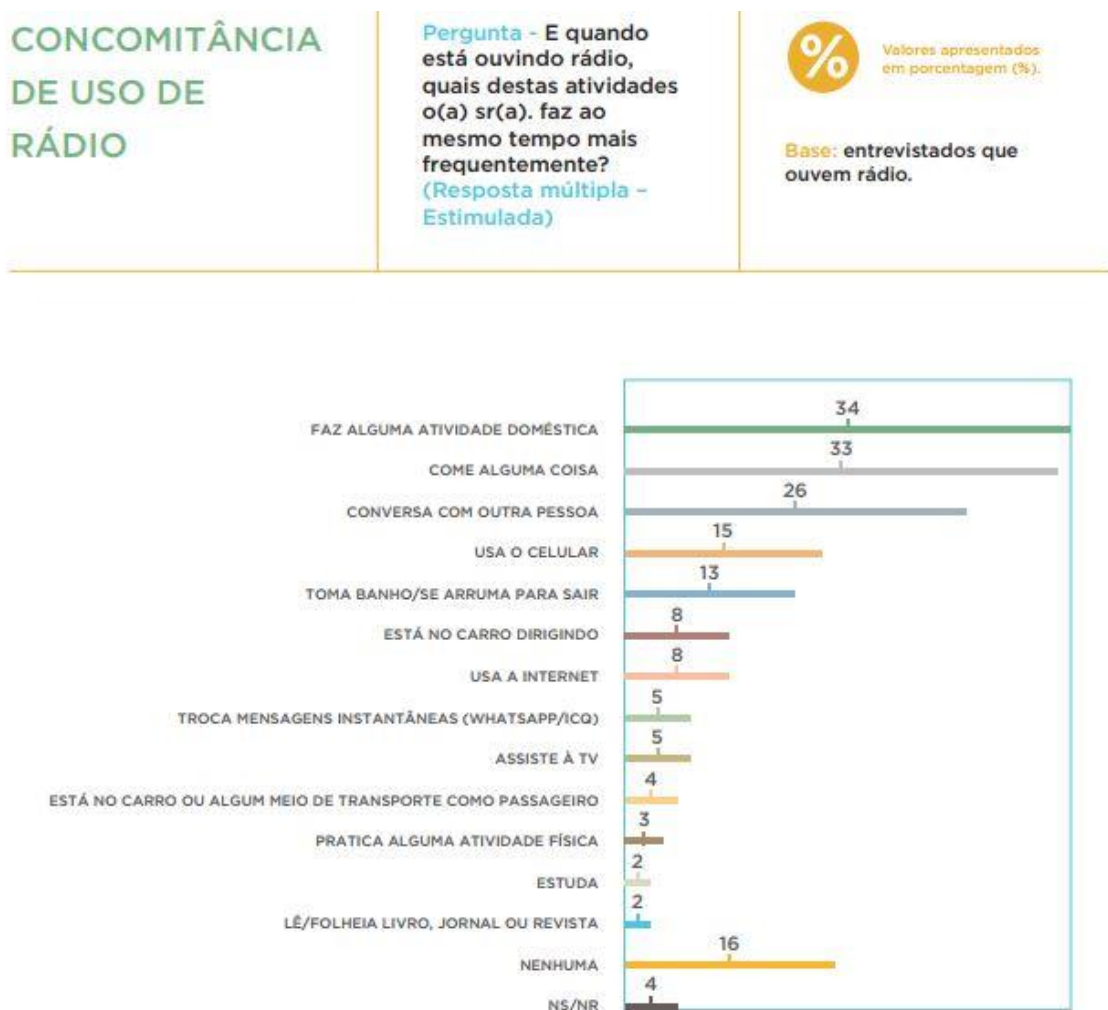
Dentre os meios de comunicação com clara relação com a formação da opinião pública, destaca-se o rádio por ser uma mídia de fácil alcance tanto do ponto de vista econômico como da acessibilidade, pois, pode acompanhar o cidadão em diversas atividades de seu cotidiano, ao longo das jornadas de trabalho, durante os deslocamentos diários e as atividades de lazer. De acordo com a Pesquisa brasileira de mídias – PBM (2015) realizada pela Secom – Secretaria Especial de Comunicação Social, o rádio possui algumas particularidades quanto a forma de utilização por parte da população, para a secretaria:

[...] o rádio é um meio de comunicação que permite às pessoas realizarem ¹outras atividades enquanto escutam a programação, pois apenas 16% disseram ouvi-lo exclusivamente. Entre os ouvintes, 34% escutam rádio enquanto realizam alguma atividade doméstica e 33% o fazem enquanto se alimentam. E, assim como a televisão, o rádio também possui um componente social e aglutinador, já que serve como pano de fundo para conversas entre as pessoas (26%). (Pesquisa brasileira de mídias, 2015, p. 31)

¹De acordo com a publicação, os entrevistados poderiam responder mais de um motivo para ouvir rádio, o que fez com que o somatório das estatísticas ultrapasse 100%.

O fato de não demandar do ouvinte atenção e imobilidade, como a televisão ou internet, faz com que muitas vezes o rádio seja visto como coadjuvante na obtenção de informações, contudo, a concomitância com outros meios de comunicação faz com que mais pessoas estejam com o rádio ligado, sendo informadas e influenciadas por ele.

Figura 1 - Concomitância da rádio com outros aparelhos



Pesquisa brasileira de mídias, 2015

O dado acima nos leva a percepção de que o uso concomitante do rádio está relacionado, principalmente a atividades cotidianas nas quais o indivíduo não possui a opção dedicar sua atenção a uma só mídia, mostrando que o rádio acompanha o dia a dia da população, tendo um papel diferenciado na vida social.

Outro ponto importante relacionado ao consumo do rádio pela população, presente na PBM (2015), refere-se aos motivos que levam as pessoas a ouvirem rádio: Os dados da pesquisa

revelam que a maior parte dos ouvintes buscam por informação (63%), enquanto 62% buscam diversão e entretenimento e 30% aproveitar o tempo livre.

Ademais, as rádios são, juntamente com os jornais impressos, historicamente os principais meios de informação da população em todo o território nacional, tendo um histórico de influência na opinião sobre política no país. No Brasil, diversos são os locutores que se tornaram políticos, assim como são inúmeros os casos de políticos que detêm a concessão de radiodifusão no território nacional. De acordo com Borges (2013) ainda que os limites municipais não sejam impedimentos para a propagação das ondas de rádio, muitos municípios contam com rádios locais. Dados do Perfil MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais) de 2005 mostram que 51,3% dos municípios brasileiros contavam com rádios FM e 21,7 com rádios AM.²

A estreita relação entre o rádio e a política acaba por se expressar no próprio processo de concessão de radiodifusão no país. De acordo com a legislação brasileira, o serviço de radiodifusão é público e concedido à iniciativa privada, as concessões têm duração de 10 anos e o processo ocorre todo em esfera federal, tendo sua autorização concedida pelo Ministério das Comunicações e pelo congresso nacional, sendo fiscalizado pela Anatel – Agência Nacional de telecomunicações.

De acordo com a Anatel, o serviço de radiodifusão é compreendido como o conjunto de serviços destinados a serem recebidos de forma direta e livre pelo público e compreende o espectro sonoro – rádio – e o serviço de difusão de imagens e sons – televisão.

O serviço de radiodifusão de sons, no Brasil, tem como principais serviços as rádios de ondas médias (AM) e as rádios de frequência modulada (FM). O serviço AM foi o mais utilizado durante anos, sendo inclusive o de maior alcance espacial, contudo, este tipo de frequência utiliza uma tecnologia ultrapassada e que por isso sofre mais com a influência do clima. Já o serviço de frequência modulada é o de maior audiência atualmente e com maiores índices de crescimento, este serviço inclui as rádios comunitárias brasileiras.

De acordo com Borges (2013) a obsolescência das rádios AM estaria relacionada a mudanças na organização das próprias emissoras, a autora destaca:

Porém, nos últimos anos este quadro tem mudado, com a obsolescência da tecnologia AM³, as rádios de frequência moduladas tem se destacado cada vez mais pelo

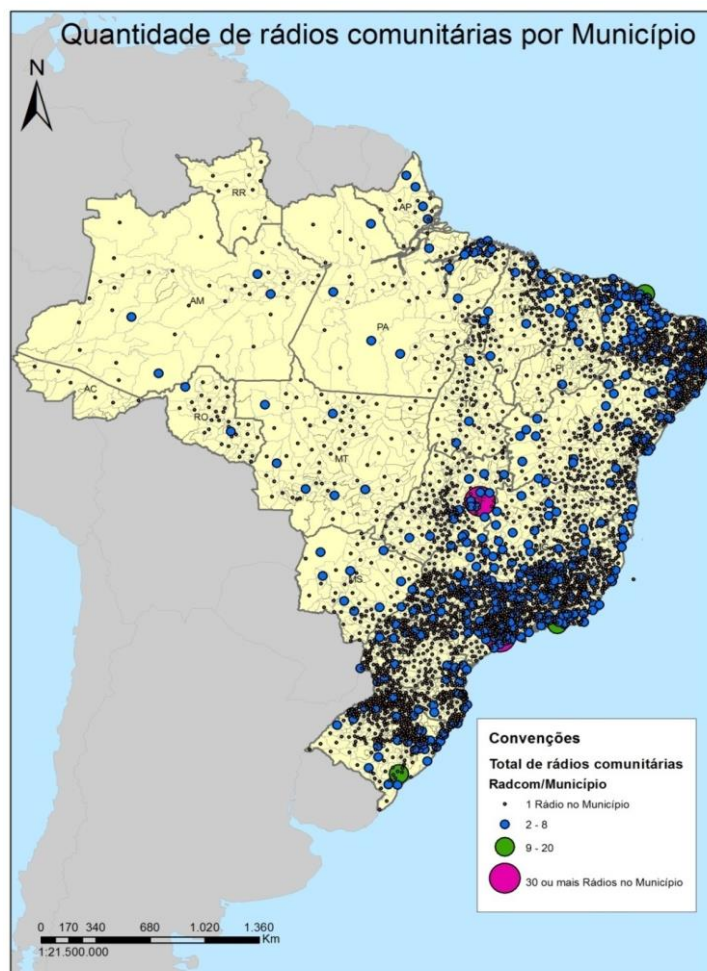
2 Apesar de contar com edições posteriores, a pesquisa realizada em 2005 é a última a contar com dados sobre a disponibilidade de rádios nos municípios brasileiros.

3 De acordo com o site do curso de jornalismo da UFSJ, estas frequências são definidas como: As faixas AM (Amplitude Modulada) e FM (Frequência modulada) são as responsáveis por modular os sinais de radiofrequência. A diferença entre elas se caracteriza basicamente pela técnica de produção e estética de programação. De acordo

surgimento de programas populares de longa duração, pelo crescimento de emissoras voltadas para o público evangélico e pela migração de emissoras conhecidas de Amplitude Média, a exemplo de algumas emissoras cariocas como a Rádio Globo, Rádio Tupi, dentre outras.
(BORGES, 2012, p. 14)

Sobremaneira, a importância do rádio no Brasil também está relacionada ao quantitativo em território nacional, que em 2012 chegava a mais de 9.000 rádios distribuídas pelos diferentes serviços e alcances. Uma das faces mais interessantes desta relação é a ubiquidade do rádio no Brasil, a distribuição das rádios brasileiras pelo território faz com que ele esteja presente no cotidiano de boa parte da população.

Figura 2 - Quantidade de radcom por município



Fonte: IBGE e Anatel – Elaboração própria

com Bruno Caputo, técnico do Laboratório de Radiojornalismo da UFSJ, essas distinções fazem toda a diferença na qualidade e alcance do sinal. “A faixa AM é correspondida entre 500 e 1600 Quilohertz e opera em amplitude modulada. Ela tem uma resposta de frequência inferior a FM, porém, um alcance maior. Já a FM esta entre 88 e 108 Megahertz. Sua resposta de frequência é maior e seu alcance menor, sendo, portanto, o oposto da AM. Na pratica o som FM é considerado mais estéreo e agudo e o AM possui um som mais grave”.

É possível perceber que em média os municípios brasileiros possuem mais de 2 rádios, outro fato interessante é que independente da centralidade econômica dos diferentes estados brasileiros, quase todos possuem um número considerável de rádios, tornando perceptível a ubiquidade do rádio no país e seu papel nas diferentes regiões brasileiras.

Atualmente, apesar do senso comum apontar para um desuso do rádio em detrimento de outros meios de comunicação, o número de rádios autorizadas no país tem crescido consideravelmente. Dados do Ministério de Ciências, Tecnologia, Comunicações e Inovação – MTCI - de 2004 mostravam que o Brasil contava com 6.273 rádios autorizadas, já em 2012, dados do mesmo órgão mostram que esse número já se aproximava de 9.500 rádios. É possível atribuir o aumento expressivo das rádios brasileiras ao crescimento das Radcom – rádios comunitárias - no país ao longo deste período⁴.

O Brasil conta com mais de 4.600 rádios comunitárias que estão distribuídas por parte dos municípios e atingem todas as regiões do país, no total, cerca de 3830 municípios brasileiros contam com radcom. É notável que este aumento se relacione ao fato de que as rádios comunitárias possuem vínculo forte com as comunidades locais, sendo sempre parte de associações comunitárias. Além disso, o fato de terem uma área de alcance menor faz com que os equipamentos utilizados para seu funcionamento sejam mais acessíveis às pequenas comunidades. Contudo, ressalta-se que o processo de autorização de uma rádio comunitária é extremamente burocrático, sendo uma barreira à disseminação das mesmas.

A legislação que rege as rádios comunitárias brasileiras é composta pela lei 9.612 de fevereiro de 1998, o Decreto nº 2.615 – de 1998 - e a Portaria nº4334/2015/SEI-MC – de 2015. A radiodifusão comunitária possui uma série de condições mais restritas quanto a sua forma de funcionamento, justamente por terem a obrigação de funcionar visando a divulgação da cultura local, além disso, sua área de permissão de funcionamento é restrita a 1km de raio, sendo claramente relacionada ao local de instalação. De acordo com a legislação brasileira, as rádios comunitárias se caracterizariam como:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

4 Os números envolvendo o quantitativo de rádios comunitárias no Brasil não são exatos pela falta de um sistema único que fornecesse todos os dados sobre as rádios brasileiras. Os dados apresentados no trabalho foram retirados dos sites da Anatel, MTCI e da Abert.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts⁵ ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila. (BRASIL, LEI 9.612, 1998)

Portanto, é possível relacionar o crescimento das radcom a uma possível valorização da escala local e das esferas de base da política pós redemocratização, principalmente por seu alcance limitado e vocação para mobilizações políticas. É importante ressaltar que as radcom não têm permissão para funcionar como empresas privadas, por isso não devem objetivar o lucro nem funcionar de acordo com interesse de alguns grupos, sejam eles políticos, religiosos ou outros.

A legislação brasileira referente aos meios de comunicação garante que não pode existir nenhum tipo de monopólio na mídia, garantindo sempre a liberdade de expressão dos diferentes grupos. Contudo, no caso das rádios brasileiras, muitas vezes a concessão destes serviços está relacionada a determinados grupos políticos que muitas vezes conseguem com maior facilidade, utilizando-as como mecanismo de manutenção eleitoral, ver Leal (2007), no campo da comunicação social este fato é denominado coronelismo eletrônico e será discutido a frente, como defendido por Santos (2006).

Quanto às rádios comunitárias, que devem ser abertas a participação de qualquer ente comunitário, este tipo de prática é vedada pela lei por esta sua característica, contudo, Leal (2007) argumenta que as práticas relacionadas à utilização destes meios como forma de atingir a opinião pública também se reproduzem nestas rádios. Portanto, é interessante investigar estas rádios como mecanismos responsáveis pela formação da opinião pública em escala local.

2.1 – Histórico do rádio no Brasil

O rádio é considerado o primeiro meio de comunicação de massa a chegar ao Brasil na década de 1920 do século passado sendo usado principalmente pelas elites para a circulação da cultura vinda do exterior. Apesar de seu uso inicial, o rádio logo se tornou popular por ser um meio de comunicação que atinge longas distâncias, sendo usado como um instrumento de integração, por seu baixo custo e fácil instalação. Este meio de comunicação (mídia) pode ser instalado em comunidades, bairros e pequenos municípios, transmitindo uma programação também voltada para a população local.

5 A frequência de 25 watts faz com que as radcom tenham um alcance máximo de 1km de raio.

A primeira transmissão de rádio no Brasil ocorreu no dia 07 de setembro de 1922, há 95 anos, em comemoração ao centenário da independência brasileira. O primeiro pronunciamento transmitido via rádio foi do presidente da república, Epitácio Pessoa, e foi seguido da transmissão da ópera O Guarani. Segundo a ABERT (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) a primeira transmissão radiofônica do discurso do presidente Epitácio Pessoa, foi captada em Niterói, Petrópolis, na serra fluminense e em São Paulo, onde foram instalados aparelhos receptores. A reação visionária de Roquette-Pinto a essa tecnologia foi: "Eis uma máquina importante para educar nosso povo". Mais a frente será possível perceber como este veículo foi importante na trajetória nacional, assim como afirma Bianchi (2011).

Ao longo de um percurso de convívio e desenvolvimento do rádio na sociedade brasileira, ele foi se constituindo como um fenômeno cultural de múltiplas dimensões e sentidos. Foi capaz de ir se adequando às mudanças que se operaram no tecido social e, com elas, às modificações que foram sendo manifestas na vida, no cotidiano das pessoas. O rádio representou, na história recente do Brasil, o primeiro veículo de comunicação de massa que efetivamente passou a fazer parte do conjunto social de vida dos indivíduos, com participação consistente e transformadora na trajetória dos sujeitos. (BIANCHI, 2011).

Segundo a ABERT (2009) em 1923 a primeira rádio brasileira se instala no Rio de Janeiro. Tendo, inicialmente, uma programação voltada para a transmissão de músicas eruditas e para a elite carioca, o rádio era um meio de comunicação distante das camadas populares, pois era mantido através de doações de pequenas elites, tendo um papel educativo. Somente em 1930, com a permissão para que as rádios pudessem vender comerciais o rádio começa a se popularizar.

Esta mudança na regulação, que permitiu que as rádios comercializassem seu horário, foi importante por possibilitar a profissionalização da programação e acirrou a competição. Ao mesmo tempo, em 1932, Getúlio Vargas começa a distribuir concessões de radiodifusão, impulsionando o crescimento do mercado de radiodifusão. Ainda durante a década de 1930, o horário político se institucionaliza e o rádio começa a se mostrar um importante instrumento para a política nacional. De acordo com ABERT (2009), durante a Revolução Constitucionalista, em 1932, o rádio começou a se destacar politicamente. Através dele as rádios paulistas exigiam a deposição do Presidente Getúlio Vargas e, após a cidade ser isolada pelas forças federais, o rádio serviu como forma de divulgação da situação da cidade para outras partes do país. De acordo com a ABERT, a situação da radiodifusão sonora no país ao longo da década de 1930 poderia ser assim resumida:

A situação numérica do rádio, em termos de licenças concedidas, na década de 1930 pode ser afluída a partir dos dados constantes do anuário estatístico do IBGE de 1935. Afora o fato de a maioria das empresas de radiodifusão estarem concentradas na capital federal e em São Paulo, certas características atinentes ao padrão de controle e propriedade das emissoras já se mostram perceptíveis desde os tempos pioneiros de implantação do novo veículo tão promissor. Tanto o poder federal como alguns governos estaduais controlavam emissoras de grande impacto e audiência, como, por exemplo, a Rádio Nacional no Rio de Janeiro, ou a Rádio Inconfidência em Minas Gerais, ou então, subsidiavam as atividades de estações educativas destinadas a um público seletivo, como no caso da emissora ligada ao Ministério da Educação, germes do que seriam mais tarde os veículos da rede educativa oficial. Os principais órgãos da imprensa diária e as redes privadas que então se constituíam, no âmbito da emergente indústria cultural, possuíam 90% das suas próprias estações nas grandes praças do mercado consumidor, como, por exemplo, a Rádio “Jornal do Brasil” (RJ) e as diversas estações integradas à nascente rede dos Diários Associados. (ABERT, 2009).

Por fim, em sua publicação sobre o histórico do rádio no Brasil, a ABERT (op. Cit.) destaca que a década de 1930 também representou o surgimento da *Voz do Brasil*, programa de rádio criado ao longo da ditadura Vargas com objetivo de divulgar ações do governo e do então presidente, o programa perdura até os dias de hoje por vontade política de presidentes e políticos de localidades distantes que o utilizam como forma de comunicação com a população. Inicialmente chamado *A Hora do Brasil*, o programa de rádio foi importante para a política de comunicação e aproximação de Getúlio Vargas com a população. De 1938 até os dias atuais o programa é de veiculação obrigatória em todas as rádios do país. Ao fim da década de 1930 surgem as rádios FM, que passam a ter uma tecnologia mais qualificada e uma melhor transmissão. Segundo Oliveira (2006) Getúlio Vargas foi o primeiro político brasileiro a perceber a importância do rádio para a comunicação política.

Assim que Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, o veículo ainda estava em fase experimental no Brasil, mas em outros países já dava sinais de sua força política e começava a ser usado como um forte instrumento de influência doutrinária, como no fascismo italiano, no nazismo alemão e no capitalismo americano. (OLIVEIRA, 2006)

Borges (2013) argumenta que entre 1945 e 1950, impulsionado pelo fim da Segunda Guerra Mundial e o crescimento da indústria de bens e consumo, o Rádio chega ao seu auge no país, atingindo a chamada Era de Ouro do rádio brasileiro. Neste momento o foco da programação passa a ser as grandes rádios novela e shows de música, que revertiam um grande valor em propaganda para as emissoras. Acompanha-se neste momento o crescimento do número de emissoras de radiodifusão e o crescimento das emissoras de ondas curtas (FM). De

acordo com a publicação Estatísticas do Século XX (IBGE, 2007) ao final da década de 1950 já existiam cerca de 249 emissoras de radiodifusão no país

A década de 1950, além de marcar a Era de Ouro do Rádio brasileiro, também foi a década da chegada da televisão no Brasil. Para Borges (2013) apesar de imediatamente não apresentar grande ameaça ao rádio, pois os aparelhos de televisão eram extremamente caros, comparáveis a automóveis, aos poucos ela vai ganhando espaço no cotidiano do cidadão brasileiro. A primeira emissora de TV brasileira foi a TV Tupi, que trouxe para a televisão (adornada de imagens) grandes comunicadores do rádio.

Notavelmente, a partir da popularização da televisão, que só foi possível ao longo das décadas de 1960 e 1970 com o barateamento dos aparelhos de tv, o rádio sofreu com grandes perdas de audiência e de ganhos comerciais. Muitos argumentam que a popularização da televisão levaria ao fim do rádio, porém, a continuação da programação obrigatória (A voz do Brasil), o número de políticos com programas de rádio, o constante aumento da participação de ouvintes na programação das rádios, a possibilidade do uso concomitante e o recente crescimento das rádios comunitárias brasileiras contradizem esta afirmação.

2.2 – Histórico da radcom no Brasil

As rádios comunitárias brasileiras tiveram origem no movimento de rádios livres surgido na Europa e nos E.U.A na década de 1970. Estas se caracterizam pelo discurso de democratização dos meios de comunicação e pela ilegalidade. Contudo, ao mesmo tempo em que sua formalização visava à construção de uma comunicação mais democrática, o histórico de seus usos mostra que muitas vezes estas são usadas para manter monopólios e articular a manutenção de elites políticas locais.

As rádios livres, em essência, se caracterizavam pela tentativa de constituição de um espaço autônomo de manifestação política longe dos laços institucionais, de acordo com Guatarri (2005) apud Leal (2007) estas rádios representavam a utopia de ajudar movimentos de emancipação dos países em que se localizavam.

Andriotti (2004) argumenta que as rádios livres desafiavam o monopólio Estatal através de transmissões ilegais, segundo a autora seus integrantes buscavam a democratização dos meios de comunicação e elas seriam na realidade as precursoras dos movimentos democratizantes que surgiriam nos anos 80. Uma das principais características destas rádios seria o caráter coletivo de sua gestão. Todavia, autores como Cunha (2005) e Cheval (2003) apud Leal (2007), argumentam que estas rádios não desafiariam o monopólio Estatal, uma vez

que não questionariam o modelo de concessão por parte do Estado, suas reivindicações giravam em torno do modelo econômico das rádios comerciais.

De acordo com a autora, “As rádios livres criadas nas décadas de 1970 e 1980 em vários países do mundo podem ser compreendidas como resultado do rompimento do estado de subordinação da sociedade civil em relação à estrutura organizativa da mídia oficial” (LEAL, 2007. p. 112). No Brasil, assim como em países europeus, as rádios livres foram importantes para a consolidação e institucionalização das rádios comunitárias. Esta luta pela institucionalização destas rádios ganhou ecos nacionais durante a constituinte e o processo de redemocratização, dando destaque principalmente a discussão sobre a democratização da mídia. De acordo com Leal (2007), este tipo de rádio se proliferou pelo mundo, com diferentes designações em diversos países, e em contextos de instalação plurais, contudo sua bandeira sempre foi a democratização do acesso à comunicação. Para a autora:

Na América do Norte, como em alguns países na América Latina (Brasil e Colômbia), utiliza-se mais o termo “rádios comunitárias” para designar o pertencimento da rádio local a uma comunidade religiosa ou à sociedade civil, geograficamente limitada. Nos países de tradição legal anglo-saxão, a rádio local, também designada mídia comunitária, está atrelada ao significado do termo comunidade remetendo-se, assim, a um conjunto de pessoas que compartilham uma dimensão humana, um assento territorial e um poder de ação local. A rádio livre é o termo utilizado na Europa latina para colocar em destaque um espaço de liberdade da palavra fora das estruturas do Estado e da iniciativa privada comercial. As rádios educativas na África designam as experiências de utilização das mídias eletrônicas com finalidade de alfabetização e de desenvolvimento. Mas na América existem redes de estações educativas públicas, às vezes, ligadas a universidades. (LEAL, 2007, p. 114)

Na América Latina, estas rádios sempre foram vinculadas a movimentos de protesto político e econômico, principalmente na época das ditaduras impostas no continente. Neste período foram intituladas de rádios populares. Em um primeiro momento, por não haver nenhum tipo de regulação sobre este tipo de rádio, eram tomadas como um modelo de comunicação alternativa a radiodifusão comercial e tradicional. Este viés não é mais comum as mesmas, uma vez que após sua regulamentação estas passaram a não concorrer com rádios comerciais tradicionais, se tornando uma forma de mobilização restrita a escala local.

Considerando o contexto em que as rádios comunitárias se institucionalizaram no país, Perruzo (2003) define as rádios comunitárias como tendo a finalidade de servir à comunidade e contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e a construção da cidadania. A autora ainda afirma que a programação destas rádios deve ser definida de forma a se centrar na

realidade da comunidade, preocupando-se principalmente com a difusão da cultura e compromisso com a cidadania.

Entretanto, Leal (2007) acredita que a definição dos usos das rádios livres ou comunitárias é permeada por uma lógica ambígua, pois ao mesmo tempo que possuem uma finalidade publicitárias, isto quer dizer, funcionam como um negócio particular que visa o lucro, algumas também podem ser definidas de acordo com seu comprometimento com movimentos sociais e protestos coletivos, de acordo com a autora:

(...) também são percebidas pelas suas atribuições sociopolíticas e culturais, vinculadas a movimentos sociais, protestos coletivos, comprometidas com o questionamento do monopólio estatal ou privado dos meios de comunicação, inspiradas na perspectiva do exercício direto da democracia. (LEAL, 2007. P. 120)

Todavia, na América Latina, principalmente países de origem espanhola, estas rádios surgiram como forma de comunicação e levantamento das bandeiras dos operários, trabalhadores rurais, indígenas e povos marginalizados. No Brasil, a institucionalização das rádios comunitárias não passou por este histórico de guerrilhas, porém, não se pode negar o papel político destas uma vez que muitas vezes estão relacionadas à denúncia de injustiças sociais contra a população local.

O movimento das rádios locais brasileiras coincide o declínio da ditadura militar e a luta pela democratização do país. Leal (2007) argumenta que apesar desta busca pela democratização das comunicações, no Brasil, a comunicação sempre esteve fortemente atrelada a grandes famílias detentoras de concessões de outorga, formando grandes conglomerados de comunicação que dominam o setor. Portanto, a luta pela institucionalização das rádios locais brasileiras enfrentou fortes barreiras por parte destes grandes conglomerados que dominam o setor.

De acordo com Perruzo apud Santos (2014), a rádio clandestina brasileira teve origem quase que concomitante ao surgimento da radiodifusão no país, ainda em 1933 entra no ar a rádio Cultura de São Paulo, sem autorização para funcionamento. Contudo, estas rádios não refletem os movimentos surgidos ao longo dos anos de 1970 e 1980 pela criação de rádios locais no país.

Durante o período ditatorial surge a primeira rádio livre brasileira, a rádio paranoica de vitória, que foi fortemente reprimida pelo governo militar. Portanto, ao longo dos anos de 1980 estas rádios se multiplicam em grande velocidade, chegando, de acordo com Santos (2014), a 42 somente no município de Sorocaba.

Neste sentido, destaca-se a Rádio Novos Rumos, surgida em Queimados, Rio de Janeiro, em 1990, que teve papel importante na discussão sobre a criminalidade na baixada fluminense neste período, convocando a população para discutir os problemas locais.

De acordo com Santos (2014) neste período “Grupos organizados resolveram colocar em prática o que dispõe o Artigo 220 da Constituição Brasileira de 1988: [...] manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição”, e o Artigo 5º que assegura: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença” (PERUZZO, 1998b).

A rápida proliferação destas rádios no país levou a uma grande discussão sobre a democratização e a possibilidade de comunicação local acessível a todos. Este movimento levou à criação, em 1998, da lei 9.612 que institucionalizou a comunicação comunitária e criou a radcom no Brasil. Desde então, estas rádios já são mais de 4.600 de acordo com o MTCI e já são de maior número que as rádios comerciais.

Contudo, Lima e Lopes argumentam que as rádios comunitárias não se apresentam como um contraponto para este modelo dominante. Para os autores:

No entanto, não se pretende afirmar que as rádios comunitárias como meios de comunicação locais, sem fins lucrativos, representem a contra hegemonia, no sentido gramsciano do termo, sobretudo porque a concentração da apropriação privada e teleológica recorrente no cenário da mídia de grande alcance tem se reproduzido no meio das rádios comunitárias. (LIMA e LOPES, 2007, p.).

Desta forma, as rádios comunitárias brasileiras apresentam em sua história e definição legais mecanismos para democratização da comunicação, mobilização e organização da sociedade. Contudo, é importante perceber que muitos indícios apontam para a forma de funcionamento dessa mídia, uma vez que podem reproduzir de velhos vínculos políticos presentes na estrutura política brasileira.

3 – AS BASES GEOGRÁFICAS PARA UMA ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Este capítulo aborda a discussão dos conceitos que auxiliam na orientação da pesquisa. Desta forma, o capítulo se inicia com o principal debate abordado por este trabalho, a formação das esferas de conversa e mobilização, mostrando assim como a proposta Habermasiana esfera pública pode contribuir para a discussão das rádios comunitárias brasileiras, assim como as diferentes críticas a sua teorização, e como a proposta inicial de uma esfera pública pode ser

adaptada a complexidade do quadro social contemporâneo. Em uma segunda sessão deste capítulo é abordada a relação entre a esfera pública e os espaços políticos, discutindo assim como a política pode transformar e qualificar um determinado espaço, o que são os espaços políticos e qual a relação das mídias, enquanto formadoras de opinião, na dinamização da política local. Por último, será feita uma breve discussão sobre o conceito de escala, pensando como a relação entre a escala de concessão das rádios comunitárias e sua escala efetiva de atuação são reveladoras de diferentes estratégias políticas, representando uma política de escala ou um *jumping scale*.

3.1 – Da esfera pública literária à esfera de formação da opinião pública

A discussão sobre a função da comunicação na vida social e política tem sido constantemente abordada sob a ótica da esfera pública proposta por Habermas, para o autor essa esfera seria local de formação da opinião pública, isso quer dizer, é a esfera responsável pela formação dos consensos em torno de determinados pontos de interesse coletivo para o desenvolvimento da sociedade. Para Arendt (2002) o pensamento político tem como base a competência de justamente formar opinião.

A proposta inicial de Habermas baseava-se na ideia de que o campo social seria formado por dois grandes reinos: um reino privado, que corresponderia a vida familiar e a sociedade civil, e um reino público onde estaria a esfera pública estabelecida, representada pelas instituições do Estado. No cerne da esfera privada concentram-se os indivíduos enquanto tais, detentores de interesses privados que muitas vezes não podem ser resolvidos ou problematizados das esferas particulares da vida, por isso precisam atingir o reino público, coletivizando seus problemas. Por outro lado, a esfera do público estabelecido teria como marca, o Estado e seus braços, os setores administrativos e judiciário, que seriam os responsáveis por efetivamente colocar em prática as ações de interesse coletivo.

Dessa forma, para Habermas, a esfera pública passou por diversas mudanças ao longo do tempo, surgindo ao longo dos séculos XVII e XVIII, esta esfera estaria subsumida a necessidade de resolução de conflitos entre os diferentes entes privados. O surgimento da esfera pública associa-se à necessidade de comercialização entre os agentes privados que utilizavam a comunicação como forma de resolver seus problemas individuais que atingiriam o reino público, era necessário um espaço para atribuir a publicidade aos problemas privados, segundo o autor, essa seria a esfera pública literária ou burguesa, que funcionaria de acordo com o esquema a seguir:

Figura 3 - Esfera pública Habermasiana



Fonte: Habermas, 1984 – Elaboração própria

A esfera pública burguesa seria responsável por atribuir complexidade ao campo social, pois representava uma ligação entre o reino público e o privado. A noção do campo social como algo complexo retoma uma percepção de que o social seria uma forma de expressão dos grupos privados, para Arendt apud Habermas, o social seria entendido como:

[...] uma forma de vida conjunta em que a independência do ser humano em relação ao seu semelhante ocorre em função da própria sobrevivência e não, de outro modo, de um significado público onde, em decorrência disso, as atividades que afinal servem para manutenção da vida não só aparecem publicamente, mas podem inclusive determinar a fisionomia do espaço público. (ARENDRT apud HABERMAS, 1984, p. 33)

Para Habermas, a esfera pública burguesa, ou literária, teria como papel mediar os conflitos surgidos no campo privado que ganham ecos públicos, como meio para obtenção de uma opinião pública responsável por pressionar o reino público. O mecanismo utilizado para influir na formação da opinião pública seriam os encontros em locais de grande visibilidade, como cafés, e a impressão de folhetos e pequenos jornais voltados para a própria burguesia. Por isso o autor argumenta que um dos pilares fundamentais desta esfera era a publicidade, como forma de legitimar as ações do poder público e como atributo fundamental para a formação da opinião pública.

A publicidade, neste sentido, seria a capacidade das informações que circulam no mundo privado e que são de interesse público serem acessíveis a todos, formando assim uma opinião coletiva. Segundo o autor, todo tipo de ação em locais públicos estaria submetido “a um público que julga. O que é submetido ao julgamento público ganha *publicidade*” (HABERMAS, 1984).

A ideia de publicidade como sendo algo que passou pelo julgamento do público, ou indivíduos, em um espaço coletivo seria responsável pela formação da opinião pública, uma vez que levaria a uma decisão coletiva de qual sairia a opinião da sociedade civil em relação aos atos coletivos. É importante ressaltar que essa opinião pública tradicional proposta por Habermas poderia julgar desde as ações de um ator em palco público ou de um orador com objetivo de se comunicar com multidões.

Além da publicidade como categoria necessária a formação da opinião pública e, por consequência, da esfera pública literária o autor também estabelece a racionalização pública como um dos pilares desta esfera burguesa, a ideia é de que a esfera das pessoas privadas necessita da racionalidade para discutir as leis gerais das trocas privadas no reino público. Para Maia (2008) a opinião pública seria o resultado provisório dos debates da esfera pública.

Outra base relevante do pensamento Habermasiano a respeito da esfera pública literária seria justamente o surgimento das instituições típicas desta esfera pública. Para o autor, o surgimento das cidades e das burguesias urbanas levou a formação de uma esfera pública diferenciada, os lugares da publicidade passam a ser espacialmente delimitados, seriam então os cafés, salões, teatros típicos das grandes metrópoles europeias os lugares essenciais do debate.

Ressalta-se, contudo, que a esfera pública literária surgida ao longo dos séculos XVII e XVIII era restrita a pequenos grupos da sociedade, principalmente a burguesia. Essa esfera pública era acessível somente aos homens, burgueses com poder de voz e voto. A classe operária, assim como mulheres e outros grupos não possuíam acesso às esferas de debate racional burguesas. Para Habermas, ao longo do século XVII e início do XVIII o surgimento da esfera pública literária levou a formação de uma esfera pública política, nesta, a opinião pública só poderia nascer da força de melhor argumentação, demandando assim de uma ampla racionalidade em seus debates, para o autor:

A opinião pública pretende corresponder a natureza das coisas, por isso, ‘leis’ que ela agora gostaria que também fossem válidas para a esfera social, precisam assegurar-

se, além dos critérios formais de generalidades e abstrações, também a racionalidade como um critério material. (HABERMAS, 1984, p. 72)

A esfera pública literária seria auto representativa e própria de alguns grupos, tendo surgido a partir do aparecimento da burguesia em estados monárquicos, sua base material seriam os espaços de encontro e o ato da publicidade teria a função de legitimar as ações públicas ou privadas de interesse coletivo

O aumento do acesso de diversas camadas sociais ao que seria a esfera pública literária, principalmente a partir do processo de migração da população para as cidades, surgimento do sufrágio universal, dos movimentos sociais e da imprensa de massa, houve uma complexificação das esferas públicas de deliberação e debate, levando a ascensão de uma esfera pública política, estabelecida como local do debate racional entre os diferentes.

Logo, a esfera pública política que se forma com o Estado moderno seria uma ampla representação da sociedade e se caracterizaria pela organização coletiva e consciente visando atingir o público estabelecido. A formação desta esfera pública política está pautada no direito moderno, junto da valorização da racionalidade como forma de deliberação. Com a formação desta opinião pública política vemos o desenvolvimento da imprensa tradicional, com o surgimento dos jornais impressos.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX a esfera pública com atuação política passa a ter status de órgão normativo de mediação das sociedades burguesas com o poder estatal. Habermas (1984) considera que enquanto parte desta esfera pública política, os indivíduos em função do debate público possuem direitos básicos como a liberdade de expressão e opinião, bem como a liberdade de reunião e associação.

É neste sentido que nas palavras do autor o surgimento da esfera pública literária estava relacionado a uma sociedade completamente separada do Estado na qual os entes privados buscavam esta esfera como forma de resolução de seus problemas que porventura estivessem relacionados a esfera pública legitimada, portanto os debates desta esfera ainda giravam em torno de interesses privados. Enquanto a esfera pública política representa a complexificação das sociedades modernas e as formas efetivas de resolução de conflitos entre os indivíduos iguais, perante o Estado, mas diferentes enquanto suas condições sociais específicas. Para Arendt (2002) a política é o meio responsável pela transformação da vida pública, uma vez que “a mais importante atividade para o ser livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para a palavra livre”. (ARENDR, 2002, P. 21). A afirmação de Arendt corrobora com a função da

esfera pública política de Habermas, tendo em vista que o ser livre necessita, antes de tudo, da liberdade de expressão, sendo a política principal responsável por isto.

É preciso, então, partir de uma definição clara da reflexão Habermasiana sobre o que seria a esfera pública literária e política. Muitas vezes a noção de esfera pública foi subsumida a ideia de espaço público⁶, o que para Mondada (2013) seria parte de uma escolha deliberada pela utilização do termo espaço público nas traduções francesas da obra do autor. Esta definição é importante pois em sua obra – A mudança estrutural da esfera pública – o autor não atribui explicitamente a fisicalidade a esta esfera. O que Habermas deixa claro é que ao longo dos séculos XVIII e XIX a esfera pública existente estava relacionada aos locais de encontro e discussão, contudo a evolução da técnica e das relações sociais levaram ao surgimento de novos mecanismos, não subsumidos aos espaços físicos, que passaram a fazer parte da esfera pública.

Parkinson, ao discutir as relações entre a esfera pública, o espaço público e a democracia define como parte importante de sua análise a diferenciação do que seriam estes dois termos. Para Calhoun, (1992: 1) apud Parkinson, a esfera pública “[...] designa a miríade de maneiras pelas quais as pessoas participam da deliberação coletiva sobre a ação política” (Parkinson, 2012, p.63), já o espaço público está relacionado a configurações físicas pelas quais o engajamento ocorre.⁷

Portanto, é necessário diferenciar o espaço público da esfera pública em si. O espaço público se caracteriza pelo princípio da publicidade, pela acessibilidade regulamentada e pela isonomia. Para Gomes (2012), os espaços públicos, principalmente em grandes cidades, são expressões da grande mistura da sociedade, produzindo um resumo da diversidade da população. Em suas palavras, esses lugares servem como a expressão da “Cena pública”.

Com o surgimento do Estado moderno e a universalização de direitos, entes privados (de diversas classes) passam a ter acesso àquela esfera pública literária, tornando-a cada vez mais próxima da noção de uma dimensão política das ações, “uma esfera de deliberação e de decisão pública sobre a condução e administração de todos os processos necessários à reprodução da sociedade” (HABERMAS, 1984, p. 153)

Logo retira-se algumas características básicas desta esfera pública política do século XIX típica das cidades europeias, apresentada por Habermas: sua localização – as cidades, neste sentido a urbanização também teria responsabilidade sobre sua dinamização -, a publicidade

6 Cita-se aqui Leal (2006) e Lourenço (2010)

7 Tradução livre: ‘Public sphere’ to designate the myriad ways in which people participate in collective deliberation about political action (Calhoun, 1992: 1) and ‘public space’ in a more limited sense to designate the physical settings in which such engagement takes place.

em torno desses espaços– cafés e praças europeias - e sua acessibilidade a todas as pessoas. Sendo assim, ela deveria realizar a tarefa de racionalização da dominação política como uma dominação de homens sobre homens.

No entanto, a evolução da sociedade e dos meios técnicos foram responsáveis, segundo o autor, por uma mudança estrutural na esfera pública. O surgimento dos meios de comunicação de massa modernos, ao concatenar interesses privados e públicos em um mesmo local estariam levando a uma subversão da função política da esfera pública. A ideia é que estes meios de comunicação são comandados por interesses privados que ganhariam ecos de esfera pública ao possibilitarem a formação da opinião pública e reunirem a característica da publicidade

Entende-se que, na visão de Habermas, a esfera pública política, para manter suas funções tradicionais deveria estar livre da concorrência dos interesses privados, de acordo com ele:

A esfera pública política é que se estava, no entanto, suficientemente livre da concorrência de interesses privados individuais para que as decisões reservadas ao compromisso político pudessem ser controladas através de discussão política (HABERMAS, 1984, p. 233)

Portanto, o texto apresenta que à medida que a esfera pública política passa a ser tomada por interesses privados, o pacto político sobre o qual essa esfera se forma é rompido, levando a uma subversão dos interesses tradicionais e uma sobreposição dos interesses econômicos em detrimento dos interesses políticos.

Habermas (1984) defende que os meios de comunicação modernos como rádio e tv, não agem de acordo com as normas do pacto público pois estão embrincados em suas questões privadas e econômicas. A partir do momento que estes meios passam a elevar o interesse de poucos à esfera pública, tentando utilizar a publicidade como forma de manipula-la, essa esfera perderia sua função pura na vida social. Em suas palavras houve uma mudança clara na lógica da publicidade, pois agora ela articularia uma pré-disposição para a concordância com as vontades das elites, perdendo a sua função crítica exercida pelo público e se tornando um “princípio de integração forçada” (HABERMAS, 1984, p. 242)

Ao abordar a discussão sobre as esferas públicas políticas este trabalho busca uma visão crítica da formulação Habermasiana, tentando, sobremaneira, não a renegar. O cerne do debate pauta-se na discussão de que os ditos meios de comunicação de massa não acabam ou subvertem esta esfera pública, o que pretendemos demonstrar com o estudo de rádios

comunitárias é que a esfera pública foi dinamizada e reconstruída a partir da evolução tecnológica e da disseminação da comunicação.

Um primeiro ponto a ser discutido é a ideia universal e restritiva da esfera pública de Habermas, ao estabelecer que uma das bases para que ela funcione de forma eficaz é a localização, o autor descarta os meios de comunicação de massa como parte dessa esfera. Barnett (2003), entende que a redução da esfera pública a noção do espaço público seria desnecessária à medida que estes meios são por essência o espaço do debate político, e que qualquer ação nos espaços físicos pode utilizar estes meios como forma de planejamento de estratégias políticas específicas.

Parkinson (2012) entende que a divisão entre o público e o privado é típica das democracias de massa, esta divisão é responsável por criar um espaço normativo no qual os cidadãos podem expressar sua individualidade sem a interferência de outros. Da mesma forma, essa divisão seria responsável pela emergência de uma esfera pública onde o resultado das escolhas individuais são discutidos e resolvidos, para o autor “Precisamente, onde o limite entre público e privado se localiza, é uma questão de intenso debate”. (Parkinson, 2012, p. 50)⁸

Em elaboração posterior, Habermas (1997) propõe que existem diferentes tipos de esferas públicas que podem ser definidos de acordo com sua complexidade organizacional e de seu alcance, sendo destacados três tipos de esferas públicas que serão debatidas a frente, sendo estas: 1) Esferas públicas episódicas – bares, cafés, teatros; 2) Esferas públicas da presença organizada – reuniões de pais, associações de moradores, movimentos sociais; 3) Esferas públicas abstratas – rádio, televisão, jornais e revistas. Portanto, ao mesmo tempo que as esferas públicas podem ser dinamizadas em espaços concretos, ela também é formada por fluxos imateriais transmitidos pelas mídias.

Em seu livro *Direito e democracia*, Habermas (1997) acaba por redefinir seu entendimento sobre a esfera pública ao compreendê-la como fluxos comunicacionais, afastando mais uma vez a ideia de que a esfera pública careceria de materialidade ou de um espaço público, para o autor a esfera pública contemporânea pode ser definida como “Uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de condensarem opiniões públicas enfeixadas em temas específicos” (HABERMAS, 1997, p. 92)

⁸ Tradução própria: “Precisely where the boundary between public and private should lie, though, is a matter of intense debate” (Parkinson, 2012, p.50)

Outra crítica de Habermas a junção do público ao privado também deve ser debatida nesta sessão, para Thompson apud Barnett (2003) as práticas midiáticas rearticularam os espaços do público e da ação privada, entendendo a disponibilidade dos atores e eventos em novos contextos e locais. “As novas formas da vida social são caracterizadas pela localização simultânea da interação social em novos espaços regulados pela esfera doméstica e acompanhando o imperativo para novas formas de contato” (BARNETT, 2003, p. 35)⁹

Portanto, assume-se que as mídias, principalmente a radiodifusão, o primeiro meio de comunicação de massa a se disseminar no mundo, são responsáveis por uma mudança na vida social e política, pois eles rearticulam os dois reinos da vida social, neste sentido podemos compreender que o “[...] significado histórico da radiodifusão na remodelação dos significados da vida pública decorre de sua espacialidade distintiva e de uma temporalidade. A radiodifusão cria as possibilidades de estar em dois lugares ao mesmo tempo”. (BARNETT, 2003, p.44)¹⁰

A mudança estrutural na esfera pública criou novas possibilidades de articulação que não diminuem a importância da espacialidade, essa reestruturação cria novas formas de estratégia política. Neste sentido Barnett (2003) argumenta que o potencial democrático da mídia não está localizado em seu conteúdo, mas sim em sua capacidade organizacional de articulação e em sua dispersão em várias racionalidades.

Parkinson (2012) ao discutir um possível desuso dos espaços físicos como locais de debate em favor das mídias argumenta haver uma clara ligação entre os meios de comunicação e as ações ocorridas em espaços públicos, para o autor a mídia serve como meio pelo qual os governantes e tomadores de decisões podem acessar o real descontentamento da população. Da mesma forma, os organizadores de eventos ou ações políticas podem utilizar estes meios como forma de organizar e divulgar eventos, para o autor “Agora, a mídia pode transmitir o discurso de forma "virtual", mas as coisas que eles transmitem são eventos físicos envolvendo atores políticos em locais físicos específicos”. (Parkinson, 2012, p.64)¹¹

Entende-se, então, que a mídia moderna tornou a vida pública acessível a todos, sua ampla capilaridade mostra seu potencial como elo básico de comunicação entre esses dois reinos da vida social, por isso sua compreensão tem grande importância para a sociedade moderna. A capilaridade destas mídias possibilita a proximidade de grupos que pouco teriam

⁹This new form of social life is characterized by the simultaneous localization of social interaction into the regulated spaces of the domestic sphere and accompanying imperative for new kinds of contract.

¹⁰ The historical significance of broadcasting in reshaping the meanings of public life follow from its distinctive spatiality and temporality. Broadcasting create the possibility of being in two places at once.

¹¹ Tradução livre: Now, the media might transmit discourse in ‘virtual’ ways, but the things that they transmit are very often stills or film of physical events involving political actors in specific physical locations.

acesso cotidiano da esfera pública política tradicional aos debates políticos de interesse social, existe uma difusão de diferentes opiniões e pontos de vista que leva a informação para dentro da casa das pessoas. Dessa forma, a crítica a uma esfera de debate totalmente racional é necessária, pois a medida que cada indivíduo internaliza as questões públicas de uma forma pessoal, a subjetividade dos mesmos também fará parte do debate público.

Portanto, a capilaridade surgida junto aos novos meios de comunicação tornam a esfera pública mais democrática a medida que a esfera pública tradicional, pautada na racionalização e formalização, acaba não sendo acessível a todos os grupos sociais e também ignora outras estratégias não tradicionais (ou que fujam ao debate racional como manifestações, faixas, ocupações e etc.) que podem ser necessárias para que grupos excluídos consigam apresentar seus argumentos na esfera pública.

As rádios comunitárias apresentam justamente este potencial para o debate público, sua dimensão local fortalece a discussão pois garante voz e novas formas de mobilização da esfera pública que são diferentes da tradicional, logo, a capilaridade destas em sua escala de ação, o nível micro-local, poderá levar a formação da opinião pública local. Por fim, concordando com a proposta de Barnett, entende-se que o campo social do século XXI é muito mais dinâmico e complexo que o campo social dos séculos XVII, XVIII e XIX, neste sentido ao argumentar que a esfera pública política do passado seria mais eficiente que a esfera pública atual, Habermas ignora esta complexidade contemporânea.

O procedimento radical e denso de Habermas propõe a imagem de uma sociedade unida em torno da identificação compartilhada com um conjunto de direitos políticos, e ainda depende de uma clara separação entre o bem e o direito, a ética da moralidade, a cultura da política. (BARNETT, 2003, p.79)¹²

Barnett (2003) argumenta que no cerne da crítica situa-se a noção de que o público não é sinônimo de coletividade ou totalidade, o público é complexo e possui várias formas, sendo assim estes meios de comunicação podem servir para disseminar a cultura, músicas, fatos importantes ou mesmo servir como mecanismos de accountability¹³. Maia (2008) ao discutir as mudanças ocorridas no pensamento Habermasiano desde a formulação de Mudança

¹² Habermas's radical thick proceduralism proposes an image of a society united around shared identification with a set of political rights, and still depends on a clear separation between the good and the right, ethics from morality, culture from politics.

¹³ Formas de prestação de contas do governo para a sociedade.

estrutural da esfera pública (1984), alega que a forma como cada público irá absorver as informações disseminadas na esfera pública é estritamente pessoal, para o autor:

Como vem sendo amplamente reiterado pelos estudos, o processo de recepção é bastante diversificado socialmente: as pessoas inscrevem elementos simbólicos mediados nas rotinas práticas da vida cotidiana, processando-os de diferentes maneiras dentro de comunidades e/ou contextos culturais e políticos específicos. (MAIA, 2008, p. 79)

Habermas (1997) utiliza os modelos de Coob, Ross e Ross (1976) para analisar as formas pelas quais os temas dispersos nas esferas públicas podem chegar as agendas públicas instituídas, para os autores existem três tipos de modelos: 1) Modelos de acesso interno – quando os diferentes temas atingem a agenda pública através de dirigentes políticos já detentores de poder; 2) Modelo de mobilização – quando a iniciativa para que os temas atinjam a esfera pública parte de dentro do sistema político, mas os agentes precisam mobilizar a esfera pública; 3) Modelos de iniciativa externa – quando forças externas aos sistemas políticos utilizam a esfera pública mobilizada como forma de pressionar a agenda política.

Logo, estes mecanismos de comunicação sempre servirão para formar esferas públicas e sempre terão potencial para atingir a agenda pública, até mesmo a que se estabelece nos espaços políticos fechados, como espaços legislativos, desde que sejam incentivados o pluralismo e as diferentes formas de poder, “O valor público da cultura popular de mídia reside em tornar visíveis questões, identidades e necessidades que não são prontamente exibidas nas arenas mais formais de debates públicos e de tomada de decisão”.¹⁴ (BARNETT, 2003, p.79)

Percebe-se que não é possível garantir a existência de uma única esfera pública, racional e livre, o que é possível garantir é que estes meios de comunicação modernos criaram, na realidade, múltiplas esferas públicas responsáveis pela formação de diferentes opiniões públicas. As diversas opiniões públicas terão assim a capacidade de mobilizar indivíduos em torno de suas reivindicações, levando a ações nos espaços políticos – concretos em si - responsáveis pela pressão política.

¹⁴The public value of popular media culture lies in making visible issues, identities and needs that are not readily aired more formal arenas of public debates and decision making.

3.2 – Da esfera pública ao espaço político: a contribuição dos meios de comunicação.

A discussão sobre espaços que podemos classificar como essencialmente políticos não tem, ao longo do tempo, ecoado nos debates da geografia, sendo sempre resumido à noção de política inerente aos espaços públicos ou aos espaços políticos institucionalizados como as câmaras de deputados, mas a ideia de que a política pode qualificar um espaço, de acordo com Machado Filho (2017) está relacionada à análise dos espaços de mobilização e visibilidade onde estratégias políticas são utilizadas para atingir a agenda pública.

A noção da esfera pública proposta por Habermas já discutida em sessões anteriores nos ajuda a elaborar uma proposição para diferenciação de espaços públicos e políticos, enquanto a esfera pública literária – a do encontro dos iguais – pode ser facilmente relacionada à noção de um espaço público em sua acepção tradicional, os espaços políticos estariam relacionados à esfera pública política surgida a partir da participação de diversos segmentos sociais nos debates de interesse público.

Logo, para diferenciar estes espaços é preciso entender que de acordo com Gomes (2012), o espaço público se caracteriza pelo uso da política como mediação entre os indivíduos livres, conforme já discutido, em suas palavras, esses lugares servem como a expressão da “Cena pública”. O espaço público é visto como um cenário, o espaço de visibilidade e de publicidade, logo, a política é utilizada como mecanismo para o convívio entre diferentes e para a regulamentação do uso de um espaço que é público e concreto, de convívio de todos.

Contudo, é preciso avançar na discussão destes espaços, buscando compreender como a política modifica o uso dos mesmos, bem como quais as transformações que a ação política atribui a eles. A materialidade continua sendo instância essencial a ações estimuladas por discussões e debates políticos, desta forma, podemos sugerir os espaços políticos podem se beneficiar da existência de espaços públicos reconhecidos como tais, no entanto, nem todo espaço público é intrinsecamente político.

Castro (2012) entende que apesar de um espaço conter a política enquanto a ação capaz de regular comportamentos individuais, os conceitos não devem ser reduzidos um ao outro. Em artigo sobre os espaços públicos em 2004, a autora afirma que existem dois tipos de espaços públicos, aqueles políticos e não políticos. O espaço não político seria aquele do ver e ser visto, da publicidade, dos iguais. Em contrapartida o espaço público político seria o das regras necessárias ao convívio dos livres diferentes, para Azevedo (2016, p.80) o espaço político se caracteriza como o espaço no qual os diferentes têm de se ouvir e falar, por isso seriam os espaços em que a democracia se constrói.

Tendo em vista que para Gomes (2012) a política se apresenta como característica inerente aos espaços públicos e que Castro (2012, 2017) entende que seria ela, a política, ação responsável por atribuir o significado aos espaços políticos, Machado Filho (2017) entende que antes de qualquer análise é preciso definir o que se entende por política.

Para Machado Filho (2012) é necessário distinguir dois modos de política, a política enquanto intencionalidade da ação reguladora dos conflitos de interesse aquela relacionada ao convívio dos indivíduos, em espaços públicos, cujas normas estão estabelecidas. Para Arendt (2002), “A política se baseia na pluralidade dos homens”, ela parte da necessidade de convívio entre os homens igualmente livres, mas diferentes em suas esferas privadas, percebendo que o homem não é um ser essencialmente – *zoonpolitikon*¹⁵- político, ela surge da necessidade de convívio entre eles. Por isso, para a autora a política “(...) organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas” (ARENDR, 2002, p.8)

Arendt (2002) entende que a política é necessária justamente para garantir a sobrevivência e a perpetuação do ser humano, para a autora a liberdade dos indivíduos na vida pública leva ao estabelecimento da necessidade da política, desta forma:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. (ARENDR, 2002, P. 17)

Neste sentido, Castro (2012) argumenta que um espaço público político seria um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao uso do espaço. Portanto, a ideia de um espaço da política está relacionada à aceitação de que a política possui autonomia na vida social e que fenômenos políticos podem qualificar o espaço, “[espaço] é mais do que uma simples dimensão do fato político, sendo também uma mediação – continente – e um resultado – conteúdo” Castro apud Machado Filho (2017, p. 23).

Para a autora o “espaço político seria aquele circunscrito pelas ações das instituições políticas (instituído) e aquelas das forças instituintes, que lhe conferem um limite, dentro do

¹⁵Para Arendt (2002) o *Zoonpolitikon* transmite noção de que “no homem houvesse algo político que pertencesse à sua essência — conceito que não procede; o homem é a-político” (ARENDR, 2002, p. 8)

qual há efeitos identificáveis e mensuráveis” (Castro, 2012). Portanto, em sua concepção, o espaço político é

Delimitado pelas regras e estratégias do poder político; é um espaço dos interesses e de seus conflitos, da norma, do controle e da coerção legitimados pelos atores sociais. Em outras palavras, um espaço político demarca um território onde interesses se organizam, as ações possuem efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao seu espaço e onde existe a possibilidade do recurso à coerção, pela lei ou pela força legítima. (CASTRO, 1995)

É neste sentido que a noção do instituído e o instituinte, ou a metáfora da praça e do palácio (Bobbio, 2000), se tornam importantes para caracterizar estes espaços. Uma de suas funções essenciais é de que neles os instituintes legitimam ou criam estratégias para atingir o espaço dos instituídos, logo, a partir da necessidade de legitimidade dos instituídos, estes espaços se tornam objetos de disputa e da ação política. Portanto, se diferem por ser o lugar do livre enfrentamento das diferenças, onde a política é utilizada como forma de mediação dos conflitos de interesses. Portanto, um dos pilares fundamentais para a análise dos espaços políticos é a intencionalidade das ações realizadas em espaços públicos.

De acordo com Azevedo (2016) um espaço político a priori não pode ser considerado como espaço da política, o que o transforma em tal é justamente a intencionalidade das ações ocorridas no mesmo, para o autor, “É a ação humana intencional que transforma um empty space (“espaço vazio”) em um espaço político”. (AZEVEDO, 2016, p.82). Os espaços públicos se transformariam em espaços políticos à medida que a política estabelecida nestes espaços seria formada por ações que visam atingir o poder instituído. Portanto, estes espaços se caracterizariam como

“[...] um lugar onde o homem age coletivamente com uma intenção, o lugar da visibilidade do confronto de interesses, do debate livre, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre as diferenças” (CASTRO, 2017, p.7)

Tendo em vista que a intencionalidade é condição *sine qua non* para o surgimento dos espaços da política, no caso das comunidades em que as rádios comunitárias se inserem, os espaços políticos seriam justamente os locais em que há o debate entre os diferentes e onde a ação política em si é posta em prática, visando aprimorar a convivência social. Segundo Lourenço (2010) as rádios comunitárias se tornam uma arena pública de discussão e definição

de opinião e posicionamento da própria comunidade, dependendo do contexto de sua criação e funcionamento. Logo, estas rádios podem ser entendidas como mobilizadoras e formadoras de uma esfera pública, mas não como espaços políticos concretos.

Portanto, para que um espaço seja político ele necessita que haja uma ação, dotada de intencionalidade voltada para a construção de uma agenda pública. É neste sentido que pensar as rádios comunitárias como mobilizadoras locais e formadoras de uma esfera pública ajuda a compreender como dentro da área de atuação destas rádios os espaços políticos existentes podem se formar. Partindo-se dessa premissa, é possível pensar que estas rádios também atribuem uma intencionalidade política as ações promovidas nesses espaços concretos, seguindo o esquema a seguir:

Figura 4 – Relação entre a esfera pública e os espaços públicos e políticos



Fonte: BORGES, 2017 – Elaboração própria

Seguindo esta discussão, Mitchell apud Azevedo (2016), apontou, como diversos outros autores, para a remoção de funções políticas do espaço político em nome da comunicação eletrônica. O sentido desta afirmação vai ao encontro a ideia de Habermas de que a esfera pública tem perdido funções com o avanço da tecnologia. Em outra vertente, Barnett (2003) defende não ser necessário distinguir a mídia dos espaços físicos em essência, por sua capacidade de servir como mobilizadora e por expressar estratégias de ação política de diferentes grupos, logo, estes meios de comunicação são parte das estratégias e formas de ação

dos grupos organizados coletivamente, funcionando como estratégia simbólica para a formação da opinião pública e por consequência, da intencionalidade da ação política

Logo, é possível relacionar o papel estabelecido por lei destas rádios como meio de comunicação em escala local para a formação da opinião pública e de uma esfera pública. É importante perceber que a opinião pública atribui intencionalidade a ação, transformando-a em ação política em seus espaços concretos. Desta forma este espaço se torna uma das possíveis estratégias de agentes políticos, visando transformar espaços públicos em essência, local de visibilidade, em espaço da ação política.

3.3 – As relações entre a escala e a comunicação comunitária

A pesar da extensa relação entre a mídia e a política, os mecanismos midiáticos modernos e tecnológicos apresentam novos elementos a essa relação. Eles impõem um novo desafio ao apresentar uma nova escala de atuação, a local, e a do indivíduo, além disso apresentam uma nova forma de propagação das notícias, uma vez que qualquer um pode ocupar o espaço de comunicador ou interagir com eles.

É neste contexto que as rádios comunitárias surgem no Brasil, oriundas da ideia de rádios livres que se disseminam no mundo a partir da década de 1970, estas rádios encontram no período de redemocratização o momento oportuno para abarcar uma nova luta por uma comunicação mais democrática.

Conforme abordado por Santos (2006) e Leal (1997) a detenção de estações de radiodifusão sempre foi extremamente concentrada nas mãos de poucos, isso ocorre pelo próprio processo de outorga das rádios brasileiras, inclusive comunitárias, que é controlado pelo Ministério de Ciências, Tecnologia, Comunicação e Inovação (MTCI), devendo passar inclusive pelo Congresso Nacional. Como consequência, muitas vezes os deputados e senadores se tornam proprietários de empresas de radiodifusão, para definir este processo foi cunhado o termo coronelismo eletrônico.

Para Leal (1997), a compreensão coronelismo eletrônico, difundido principalmente nos estudos de comunicação social, deve passar pela noção de que a radiodifusão brasileira é um sistema que é perpassado por uma rede de relações entre poderes locais e federais. Apesar de contraditório, a relação entre as diversas esferas de atuação política e a comunicação é bem clara, contudo a noção do sistema de comunicações, parte de uma ampla rede técnica disseminada no território possível de ser compreendido como um fenômeno de múltiplas escalas.

Neste sentido, a atuação das rádios comunitárias é exemplar, pois, apesar de espacialmente seu alcance ser muito bem delimitado, estas rádios se articulam em diversas escalas para conseguir atuar legalmente., demonstrando a grande dificuldade que um meio de comunicação de alcance limitado tem para se articular em escalas maiores, geograficamente falando, em busca de licença para seu funcionamento.

Portanto, o alcance espacial da antena destas rádios, 1km de raio, e o nível no qual a outorga é autorizada, o congresso federal, representam um “jumping scale” ou um salto escalar que daria conta das múltiplas interações e estratégias dos agentes locais visando atingir escalas superiores. De acordo com a Câmara de deputados federais a competência pelo processo de outorga é garantida pela constituição brasileira, que diz:

De acordo com a Constituição, compete ao governo outorgar e renovar as concessões (comunitárias ou não). Cabe ao Congresso apreciar a decisão do Executivo. O ato de outorga ou renovação somente produz efeito legal após deliberação da Câmara e do Senado. (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2017)

Logo, compreender o fenômeno destas rádios ~~per~~passa pela definição do que é a escala e sob que ótica analisar a dimensão da atuação destas rádios. Como ponto inicial é preciso definir o que se entende por escala local e como é possível pensar este nível escalar em relação a outros. Diversos geógrafos abordaram a questão da escala na geografia e sua importância para compreensão dos fenômenos estudados, destaca-se Castro (1995), Lacoste (1996), Santos (1996), Cox (1998) e Souza (2013) entre outros.

Castro (1995) entende a escala geográfica¹⁶ como a medida que confere visibilidade ao fenômeno. Já Santos (1996) acredita que a escala se aplica a duas concepções: Escala da “Origem” das variáveis envolvidas na produção do evento (Escala das forças operantes) e a Escala do impacto da sua realização (Área de ocorrência). Por último, Souza (op. Cit.) defende que esta escala deve ser dividida para que se compreendam seus diversos sentidos, portanto pensando-a enquanto a escala da análise, escala da ação e escala do fenômeno.

Para Marston (2004) apud Souza (op. cit.) a escala não é uma categoria pré-existente, ela seria um modo de contextualizar concepções da realidade, neste sentido Souza (op. Cit.) defende que as escalas “locais”, “regionais” ou “nacionais” não têm sua abrangência ou peso pré-fixados, pois fazem parte de um processo de criação histórica. Portanto, o autor entende a questão da escala como uma construção social.

¹⁶ Diversos autores diferenciam a escala cartográfica da geográfica, enquanto uma refere-se a relação numérica entre o tamanho de um objeto no mundo real e sua representação em um cartograma, a escala geográfica é aquela de visibilidade dos fenômenos.

A ideia de se criar tipologias é rechaçada por diversos outros autores, como Castro (2014), que entendem que a escala de análise será deliberada de acordo com a visibilidade do fenômeno e as escolhas metodológicas próprias de cada pesquisador. Entretanto, Souza (2013) sugere que as tipologias podem auxiliar na pesquisa acadêmica e facilitar a análise.

A contribuição de Souza (2013), ao sugerir a criação de uma tipologia, é importante pois atribui um significado claro ao que chamamos de escala local ou micro-local, que aparecem diversas vezes na definição de qual a área de atuação das rádios comunitárias. A escala local, para o autor, pode ser definida como a escala da possibilidade da participação direta. Essa escala seria subdividida, acrescentando a definição de uma escala micro local que pode auxiliar na delimitação da área de atuação de uma rádio comunitária, como no trecho a seguir:

(...) Equivale a recortes territoriais que, passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano. Esses recortes (...) são, sistematicamente (...) o quarteirão, o sub-bairro (...), o bairro, o setor geográfico. Os diversos subníveis da escala microlocal são, além do mais, relevantes do ponto de vista tanto da auto-organização comunitária/associativa dos cidadãos (associações e comitês de moradores) quanto do planejamento e da gestão promovidos pelo Estado (...)é também nessa escala que eles poderão monitorar mais eficientemente a implementação de decisões que influenciam sua qualidade de vida no cotidiano. (SOUZA, 2013)

Sobremaneira, Azevedo (2016) entende que a definição desta categoria seria importante dentro de nosso sistema político, justamente por que “Na democracia representativa parlamentara escala nacional e a escala local são as duas acionadas na construção de uma sociedade que seria mais democrática”. (AZEVEDO, 2016, p. 72).

Apesar de entender que didaticamente esta definição pode auxiliar na delimitação da área de atuação de uma rádio comunitária em escala local, conforme abordado anteriormente, é preciso entender a escala como uma escolha metodológica para melhor compreender a dimensão do fenômeno, de acordo com Castro (2014):

Na realidade todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise considerada mais apropriada. Mas a escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo. Não é possível, portanto, confundir a escala, medida arbitrária, com a dimensão do que é observado. (CASTRO, 2014)

Santos (1996) adiciona novos elementos ao debate a medida que entende que a todo e qualquer fenômeno pode ser observado em duas dimensões escalares diferentes, a de origem, que daria conta dos elementos envolvidos em sua produção, e a escala de sua realização, ou seu

impacto. Ainda segundo o autor, apesar de sua escala de origem ser previamente delimitada, a escala de impacto de todo fenômeno sempre pode ser alterada e ressignificada de acordo com outras variáveis espaciais e sociais.

O autor demonstra que a complexidade do espaço geográfico produz concomitâncias entre estas duas dimensões escalares, que seriam denominadas por ele de solidariedades. A primeira delas se daria na escala de produção, pois se faz simultaneamente em diversos lugares, próximos ou distantes. A segunda se daria nos locais em que este evento se instalam, sua localização, pois eventos de origens diferentes ocorrem ao mesmo tempo em um só espaço. A utilização desta definição neste trabalho é pertinente a medida que ela introduz a ideia de que cada fenômeno disposto no espaço geográfico é dotado de duas unidades escalares, assim como as radcom. Seu processo de autorização é feito em diferentes escalas, o caso de seu processo de autorização que é dado pelo congresso nacional, contudo, sua área de atuação ocorre em só um espaço, restrito e delimitado.

Desta forma, para Milton Santos, “[...] a escala é um limite e um conteúdo, que estão sempre mudando, ao sabor das variáveis dinâmicas que decidem sobre o acontecer regional ou local”. (SANTOS, 1996)

Já para Cox (1998) a discussão sobre a escala de qualquer fenômeno político deve incluir o que ele chama de espaços de dependência e espaços de engajamento – em tradução livre. Os espaços de dependência seriam os espaços onde as relações sociais se realizam, por isso mesmo seriam os locais onde os diferentes grupos colocam em prática suas ações e por isso mesmo definem as particularidades de cada espaço.

Por outro lado, os espaços de engajamento seriam definidos como as formas de organizações necessárias para a continuidade de um espaço de dependência, tendo de se articular com outras escalas de gestão e conexão. Desta forma, para o autor, os espaços de engajamento seriam definidos como:

As pessoas, as empresas, as agências estatais, etc., organizam-se para garantir as condições para a continuidade de seus espaços de dependência, mas ao fazê-lo têm de se envolver com outros centros de poder social: o governo local, a imprensa nacional, Imprensa internacional, por exemplo. Ao fazê-lo, eles constroem uma forma diferente de espaço que eu chamo aqui de espaço de engajamento: o espaço em que se desenvolve a política de assegurar um espaço de dependência. Isso pode ser em uma escala mais global do que o espaço de dependência, como por a idéia de "saltar escalas", mas não pode ser. (COX, 1998. P. 2, tradução livre)¹⁷

¹⁷ Texto original: People, firms, state agencies, etc., organize in order to secure the conditions for the continue existence of their spaces of dependence but in so doing they have to engage with other centers of social power:

A proposta de Cox centra a discussão sobre a importância da escala em sua relevância para as análises locais, deixando claro que as estratégias dos atores locais muitas vezes compreendem a articulação com outras esferas que podem ter um espaço de atuação – alcance espacial – maior do que o destes atores locais, transmitindo a noção de um salto escalar – “jumping scale”.

A discussão feita até aqui nos leva a relacionar estes espaços onde os eventos se instalam, para Milton Santos, com os próprios espaços de dependência já debatidos por Cox em número especial da revista *Political Geography*. Pretende-se ressaltar aqui é que ambos autores compreendem que a localização espacial de um determinado fenômeno não revela, de forma absoluta, todas as articulações envolvidas na produção de tais eventos, o que Cox denomina de espaço de engajamento. Sobremaneira, a discussão escalar proposta por estes autores abre um caminho necessário à análise do fenômeno das rádios comunitárias brasileiras, uma vez que analisá-las somente pelo viés de seus espaços de dependência não revelam claramente todos os atores envolvidos em sua produção, bem como os ecos dessas relações em seu próprio funcionamento.

A partir da discussão sobre a importância da escala para a geografia é possível concluir que a dimensão da análise de uma rádio comunitária não compreende somente o arranjo espacial físico composto pela área de 1km ao entorno de sua antena, uma vez que estas rádios se articulam e atuam em diversos níveis organizacionais e governamentais para que seu funcionamento seja garantido. No mesmo sentido, podemos relacionar as necessidades dos grupos comunitários, que desejam obter a licença de uma rádio, de se articular com diversas escalas de poder (federal, estadual e local) com a política de escalas já discutida por Smith (1998), Cox (1998), Souza (2012) e debatida até aqui.

Desta forma, mesmo que uma rádio comunitária possua um raio de alcance de 1 km, ou uma atuação micro local, para se compreender o fenômeno é necessário que se faça uma análise destas diferentes escalas que são sobrepostas na discussão, desde o momento de sua outorga (escala nacional/federal) até a sua área de atuação em si (escala local). A seguir encontra-se um esquema de elaboração própria que busca elucidar a relação entre as diferentes escalas sobrepostas na produção do fenômeno considerado na análise.

local government, the national press, perhaps the international press, for example. In so doing they construct a different form of space which I call here a space of engagement: the space in which the politics of securing a space of dependence unfolds. This may beat a more global scale than the space of dependence, as per the idea of ‘jumping scales’ but it may not be. On the other hand, we can understand something of the conditions for one form rather than for another.

Figura 5 – Articulações das radcom brasileiras em diferentes escalas



Fonte: BORGES, 2017 – Elaboração própria

Percebe-se, desta forma, como o fenômeno relacionado às rádios comunitárias são, na realidade, um grande “mosaico” escalar que envolve o processo de outorga e funcionamento das rádios comunitárias, por isso é difícil de ser enquadrada em qualquer categorização, uma vez que a escala do fenômeno, de atuação destas rádios, não é a mesma escala das variáveis envolvidas em sua produção.

Logo, a questão da escala se faz presente e pertinente para que se faça uma análise das rádios comunitárias enquanto fenômenos geográficos, uma vez que é preciso estar atento ao fato de que estas rádios na realidade compreendem um fenômeno mais amplo que inclui todo o processo de outorga, autorização e funcionamento das mesmas. Por fim, o fato de estas rádios possuírem uma área bem delimitada define uma escala de ação, bem como delimita as possibilidades de espaços da ação política.

Os três conceitos apresentados fornecem as bases para uma análise geográfica dos meios de comunicação, especialmente das rádios comunitárias. Destaca-se também que esta discussão é prioritária para responder as questões suscitadas na introdução, tendo em vista que as radcom fazem parte da esfera pública, que possui potencial para articular os espaços políticos e que as diferentes escalas de interação podem, inclusive, indicar ou não o funcionamento livre de interesses privados individuais.

4 – UMA PROPOSTA PARA A ANÁLISE DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COMO FORMADORA DE ESFERAS PÚBLICAS

Nesta sessão serão estabelecidos os caminhos metodológicos da análise dos estudos de caso, para tanto serão estabelecidos os critérios utilizados para definir o funcionamento de uma esfera pública, bem como os utilizados para compreender quais os momentos em que esta esfera pública consegue ou não dinamiza os espaços da política, estabelecendo os aspectos operacionais desta análise. Também serão abordados os critérios para a escolha dos estudos de caso e do recorte espacial destes.

4.1 – Aspectos metodológicos da análise

Conforme já apresentado, dados fornecidos pelo Ministério das Comunicações contradizem o suposto “desuso” do rádio em favorecimento a outros meios como a televisão e a internet, eles comprovam que o número de rádios autorizadas no país tem crescido consideravelmente. O jornal El País, em matéria sobre a crise política no país, datada do dia 03 de junho de 2017, afirma que uma das estratégias utilizadas pelo presidente Michel Temer para reforçar sua bancada no congresso nacional foi acelerar o processo de outorga de radiodifusão no interior do país, reforçando o forte papel deste meio de comunicação até os dias atuais.¹⁸ Logo, deve-se considerar que a comunicação possui um papel de articulação da política, mobilizando uma esfera pública que pode refletir de diferentes formas nos diversos espaços.

Panebianco (1983), assume que não se pode pensar a comunicação política e a opinião pública sem observar a importância dos meios de comunicação de massa, para o autor:

Nos sistemas políticos modernos, a Comunicação política passa, além disso, através de canais especializados: os meios de comunicação de massa. A qualidade dos mass media, o tipo de mensagens transmitidas e a frequência das próprias mensagens são decisivos para a formação das atitudes da opinião pública e, conseqüentemente, para o tipo de pressões que ela exerce sobre os centros decisórios do sistema político. (PANEBIANCO, 1983, 211)

18 O Jornal El país (espanhol) possui uma página online com conteúdo brasileiros, reportagem do jornal afirma: Neste compasso de espera, a gestão peemedebista usa quatro estratégias para segurar seus aliados: 1) liberou 168,2 milhões de reais em emendas parlamentares; 2) sinalizou aos ruralistas que reduzirá a alíquota do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e renegociará as dívidas deles por meio de uma medida provisória; 3) afrouxou as regras do Programa de Recuperação Fiscal (Refis) para empresas com débitos com a União e; 4) agilizou a entrega de concessões de serviço de radiodifusão pelo interior do país. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/03/politica/1496447041_527306.html. Acesso em 10/06/2017.

Para Leal as radcom são formas de associação locais que cumprem o papel de representar as demandas gerais e específicas das comunidades em que estão inseridas. Para a autora, estas rádios são “[...] Outorgadas e reguladas pelo Estado, mas se traduzem, antes de tudo, em entidades da sociedade civil, movidas por interesses e racionalidades que nem sempre são compatíveis com as prescrições normativas previstas para uma mídia comunitária ou associativa”. (Leal, 2007, p. 46)

A partir desta premissa, a metodologia utilizada neste trabalho é uma adaptação de métodos empregados na análise de espaços políticos e nas análises sobre a comunicação. É importante notar que poucos trabalhos abordam uma análise geográfica dos meios de comunicação, como defendido por BURGUESS (1985), tendo sido necessária adaptação de diversos caminhos. Portanto, neste trabalho serão abordadas as seguintes categorias de análise: 1) características básicas da esfera pública política, definindo porque as radcom podem ser consideradas parte delas e em quais condições; 2) de que modo esta esfera pública está relacionada à dimensão física da política e sobre quais condições os espaços políticos podem ser dinamizados por esferas públicas; 3) quais as diversas escalas das articulações relacionadas ao processo de outorga.

➤ 1) as características da Esfera pública política e as Radcom

Em uma primeira aproximação é preciso retornar ao pensamento Habermasiano para retomar o que é a esfera pública e quais as suas dimensões. Para Habermas (1997) qualquer encontro que se sustenta na liberdade de comunicação que alguns indivíduos concedem a outros possui potencial para formação da opinião pública, logo, este “espaço”¹⁹ corresponderia à esfera pública. Neste sentido, Habermas (1997) propõe a ideia de uma política deliberativa. Para o autor existe uma relação entre a vontade pública que é expressa na esfera pública e a deliberação política formal, estas duas esferas não são necessariamente resultado uma da outra, mas estão conectadas, para Maia (2008):

Por um lado, o público depende de garantias, providas pelo complexo estatal, para exercer sua liberdade comunicativa como direitos cívicos: liberdade de expressão e de associação, imprensa livre, proteção à integridade pessoal etc. Nas arenas discursivas informais, organizadas pelo público de maneira relativamente autônoma, os cidadãos podem “tematizar” seus desejos, interesses e prioridades e livremente negociá-los com outros grupos na sociedade, para alcançar o bem comum e produzir reivindicações legítimas e diretrizes de políticas públicas. (Maia, 2008, p. 81 e 82)

19 Aqui retoma-se a discussão do capítulo anterior no qual a palavra “espaço” não está relacionada a concretude física em si, podendo ser considerado o meio pelo qual está comunicação ocorre.

Como já abordado no capítulo anterior, uma das principais críticas apresentadas sobre a proposta de Habermas em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984) consiste no fato de que não existe somente uma esfera pública, elas são variadas e possuem características diferentes. Em *Direito e Democracia* (1997) o próprio autor propõe que estas esferas são múltiplas, contribuindo com uma tipologia das mesmas, sendo estas: esfera pública episódica, esfera pública da presença organizada e esfera pública abstrata. Esta última é o principal objeto de estudo deste trabalho.

Para Maia (2008) a esfera pública abstrata, composta pelos mídias, se caracteriza por aumentar a capacidade de comunicação das esferas públicas na medida que nestas não há dependência do contato face a face para a formação do debate, criando um público não simultâneo que, dependendo do contexto, pode ser considerado ilimitado. O autor ressalta que os meios de comunicação por si só não podem ser considerados constituintes de uma esfera pública, Leal (2007) entende que as esferas públicas apresentam duas características importantes, ser a esfera da visibilidade, onde eventos da vida privada ganham ecos públicos e a esfera da participação, onde ocorre a crítica e de onde surgem intervenções propositivas.

Portanto, os meios de comunicação possuem dois papéis diferentes na vida pública, o de atribuir visibilidade e o de formar a opinião pública. Desta forma, as mídias só se tornam parte da esfera pública quando funcionam como elemento para mobilização e discussão dos interesses da população, logo, quando apresentam caráter participativo.

Entende-se como parte da esfera pública abstrata qualquer meio de comunicação que não cumpre meramente o papel de garantir visibilidade a atores privados, e passa a servir como elemento de cooperação entre os indivíduos. Nesse contexto, Habermas apud Maia (2008) entende que os atores que participam da programação e definição do conteúdo transmitidos na programação destes media tem papel diferenciado na formação da esfera pública pois podem escolher quais discursos e discussões repercutirão na mesma. Assume-se, então, que uma das categorias que devem ser analisadas para que uma mídia funcione como parte da esfera pública é justamente compreender quem são os atores que integram as mesmas.

A fim de contribuir para uma análise das radcom como arenas públicas, Carvalho e Lourenço (2011) propõem que estas devem, ao longo de seu trajeto de funcionamento cumprir com algumas características básicas, seriam estas: a) Nascer no seio da comunidade; b) O estabelecimento de diretrizes coletivas; c) Preconizar a realização constante de reuniões com os membros da comunidade; d) Não possuir vínculos com instituições de caráter privado, como

partidos políticos, entidades religiosas, entre outras; e) captar os anseios da comunidade e divulgá-los.

Estas características propostas por Carvalho e Lourenço remontam alguns pontos que devem ser destacados nesta análise, como a necessidade de voltar ao processo de formação destas rádios e quem são os atores envolvidos em sua dinâmica de funcionamento. Destaca-se também a necessidade de valorização da pluralidade e da participação da comunidade em sua programação, a sua autonomia – estando longe de interesses privados – e a necessidade de estar conectada com as demandas e lutas locais.

Buscando fazer um estudo comparativo das radcom brasileiras com as rádios associativas francesas, Leal (2007) indica algumas categorias necessárias ao funcionamento desses meios como parte do espaço público²⁰, sendo estas: a participação, pluralidade, diálogo, reconhecimento e as lógicas de ações. Para cada uma destas categorias a autora estabeleceu indicadores de acordo com o quadro a seguir:

20 Em sua tese de doutorado intitulada “Rádios comunitárias, espaço público e democracia: Estudos de caso no Brasil e na França”. (2007), Leal utiliza o termo espaço público, contudo, percebe-se que este não possui concretude física, portanto para a autora os espaços públicos poderiam ser as próprias radcom. Neste trabalho abordamos o termo de forma diferente, justamente por entender que o conceito de espaço público reflete um espaço concreto, por isso trabalhamos sempre com a ideia da esfera pública, da qual os meios de comunicação fazem parte

Figura 6 - Categorias de análise das radcom

Categorias	Indicadores
Participação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Espaços reservados para intervenção dos ouvintes, tanto na grade de programação quanto nos processos decisórios da emissora; ▪ Espaços não oficiais para participação do ouvinte, mas previstos durante a programação; ▪ Instâncias criadas pela emissora para controle social do público, como Conselho Comunitário.
Pluralidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas apresentados por locutores de diferentes países; ▪ Emissões apresentadas por diferentes associações; ▪ Emissões de diferentes gêneros musicais, inclusive de várias culturais; ▪ Emissões de diferentes formatos e gêneros (musicais, informativas, opinativas, entrevistas); ▪ Emissões de diferentes religiões; ▪ Emissões em distintas línguas.
Diálogo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de debates públicos; ▪ Emissões somente realizadas com a participação do ouvinte intervindo com perguntas, comentários; ▪ Emissões que dialogam com poderes locais constituídos, em prol do interesse público.
Reconhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissões abertas a denúncias, reclamações dos ouvintes, sendo individuais ou coletivas; ▪ Emissões em que locutores falam em nome de um grupo social, um movimento social, uma causa; ▪ Emissões dirigidas à divulgação da palavra do cidadão da localidade, calcada em percursos de vida.
Lógicas de ação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inspiracional, ações orientadas pelo processo criativo das pessoas que fazem parte da rádio, quando não há preocupação com índices de audiência ou expectativas comerciais; ▪ Opinativa, ações guiadas por posturas críticas tornadas públicas, cujo autor tem a expectativa de algum tipo de reconhecimento pessoal ou este representa uma coletividade em suas manifestações, essa lógica é também pertinente ao caso em que se deseja compartilhar gostos e opiniões com o público em geral ou com aqueles que partilham um mesmo espaço; ▪ Cívica, ações orientadas pelo interesse público ou comum, em favor de uma coletividade em defesa de temas, iniciativas, posições e causas com vistas ao bem comum, o engajamento à rádio se dá pela adesão a um projeto associativo como cidadão da localidade; ▪ Mercantil, ações orientadas pelo interesse de obter lucros ou vantagens, preocupação com índices de audiência, vínculos com interesses particulares, do mundo sistêmico local; ▪ Industrial, ações voltadas para melhoria de desempenhos, profissionalização, eficiência dos funcionários.

Fonte: LEAL (2008, p. 40 e 41)

A proposta de Leal (2007) pode ser adaptada ao estudo em curso, embora não se trate de uma pesquisa comparativa entre dois países. Além disso, a própria legislação brasileira impede alguns destes modos de funcionamento, notavelmente quanto à lógica de ação destas rádios, já que é vedada sua função mercantil. Sobremaneira, é possível associar estas categorias

a própria legislação brasileira, regida pela lei 9.612, pela portaria 2.615 e pelo decreto 4334/2015/SEI-MC, como apresentado no quadro a seguir:

Figura 7 - Categorias de análise e a legislação brasileira

Categorias de análise	Lei 9.612 , Decreto nº 4334/2015/SEI-MC e PORTARIA Nº2.615
Participação	<p>- Art, 4º: Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre qualquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar ideias.</p> <p>- Art. 104. A entidade autorizada deverá estar a serviço da comunidade atendida, sendo vedado que ela se conduza como propriedade privada de uma pessoa ou de um grupo.</p> <p>- Art. 8º. A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um conselho comunitário, composto por no mínimo 5 pessoas representantes de entidade da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, deste que legalmente instituídas, com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade</p>
Pluralidade	- Art. 31º: inc. 1º É vedado proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras e radiodifusão comunitária.
Diálogo	- III: dar preferência a programas que permitam a participação do ouvinte
Reconhecimento	- Art. 4º: Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões

	sobre qualquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar ideias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à direção responsável pela rádio comunitária.
Lógica de ação	- Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Fonte: Leal (2008) e MTCI (2017)

A tabela acima nos mostra que além das próprias categorias propostas por Leal (2007), que são importantes para definição de um media como parte da esfera pública, a relação entre estas categorias e a legislação brasileira aponta que para que uma rádio comunitária funcione como esfera pública ela também deve estar submetida às normas legais estabelecidas pelo poder instituído.

Dentre estas categorias, sublinha-se a necessidade de compreensão do significado do critério reconhecimento, que aqui trabalharemos como reconhecimento/intencionalidade. Assim como para Leal (op.cit.) o reconhecimento está relacionado à divulgação dos percursos de vida da população local, à divulgação de causas específicas do local e às denúncias locais, este trabalho entende que este critério representa a ligação entre a esfera pública e os espaços políticos, uma vez que a intencionalidade das ações está associada a ele.

Um aspecto não contemplado pela categorização acima é o do uso feito, por parte da população, destes meios de comunicação. Aqui intitularemos este efeito como capilaridade, esta proposta tem como base a assimilação de como a comunidade local percebe este meio de

comunicação, se este meio efetivamente possui representatividade na comunidade em que estão inseridos e se a população o utiliza como mecanismo de mobilização.

Portanto, tendo como base metodológica as proposições de Habermas (1997), Maia (2008), Carvalho e Lourenço (2011) e Leal (2007), utilizaremos nesta análise a seguinte categorização:

a) Atores

Na tentativa de compreender quais são os atores envolvidos na produção destes espaços de formação da opinião pública, é necessário remontar à noção de quais associações e fundações são essas e, sobretudo, quem são seus gestores.

São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, deste que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. (CÂMARA DE DEPUTADOS, 1998)

A legislação brasileira entende que as rádios comunitárias não podem ser permeadas por interesses privados, devendo ser abertas aos diferentes grupos das sociedades em que estão inseridas assim como não podem ter um “dono”. Lopes (2011) em estudo feito para a Câmara de Deputados federais sobre a regulação das rádios comunitárias define o que é proibido a uma Radcom e quais seus deveres:

Ela é também proibida de manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem a gerência, administração, domínio, comando ou orientação de qualquer outra entidade mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais. (LOPES, 2011)

b) Abertura à participação

A própria legislação brasileira define que essas rádios devem se apresentar como espaços abertos à participação de todos nas comunidades em que estão inseridas, com obrigação de apresentar um conteúdo que vise demonstrar as diferenças existentes nas comunidades em que estão inseridas. Desta forma, Lopes (2011) define que de acordo com a lei, dentre as obrigações dessas rádios estão:

Também é necessário que a fundação ou associação seja efetivamente plural, aberta a todos os anseios da comunidade que representa, e não apenas a determinado grupo ou casta dominante. O estatuto social das entidades de radiodifusão comunitária deve garantir o ingresso, como associado, de qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço. (LOPES, 2011)

Sendo assim, esta categoria tem como objetivo a avaliação da existência de canais de diálogo com a população local, bem como a existência do conselho comunitário, que deve garantir que a programação atenda os anseios e particularidades locais.

c) pluralidade

Tanto a legislação brasileira como o histórico destas rádios demonstram que a programação e as normas de funcionamento das mesmas garantam ao ouvinte a representação dos diferentes contextos locais. Por isso estas rádios devem ser abertas à participação de diferentes atores sociais, sejam eles grupos culturais, religiosos e associações com fins sociais.

d) Abertura ao diálogo

As radcom devem ter a finalidade de atender as comunidades em que estão instaladas, sendo assim devem permitir a profusão de ideias, cultura, tradições e hábito. Elas também devem servir como mecanismo de integração comunitária e debate. Desta forma, o ouvinte deve ter a possibilidade de debater sobre os diferentes pontos de vista e conflitos locais, sendo a gestão da rádio a responsável por garantir o direito de manifestação dos diferentes grupos.

e) Reconhecimento/intencionalidade

Esta categoria visa analisar justamente quais são os tipos de debates e mobilizações levantados pela radcom. A transmissão das reclamações e reivindicações da comunidade é de extrema importância pois está relacionada a ação política como forma de atribuir concretude aos debates da esfera pública, levando à mobilização em espaços da ação política, podendo atingir a agenda pública do poder instituído, sendo importante para o exercício de cidadãos democráticos

f) Capilaridade

A capilaridade destas rádios representa um mecanismo interessante uma vez que a comunicação é algo dialógico, o funcionamento enquanto mobilizadora dos espaços políticos depende justamente da apreensão deste meio pela comunidade. Aqui busca-se compreender como a população utiliza a rádio e qual a penetração da mesma nas comunidades em que estão inseridas.

Logo, para que seja feita uma análise das radcom como formadora da esfera pública local serão analisadas as categorias acima. Para responder estes critérios e cumprir o caminho metodológico estabelecido foram realizadas as seguintes etapas:

a) visita às rádios estudadas.

b) levantamento de informações sobre o funcionamento das mesmas – programação, estatuto e membros do conselho comunitário.

c) Entrevistas abertas com os gestores das rádios.

d) Aplicação de questionário com a comunidade – Perguntas fechadas e abertas.

Figura 8 - Categorias de análise utilizadas

Categoria	Pontos levantados	Operacionalização
Atores	<ul style="list-style-type: none"> • Diretoria • Locutores 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com gestores da rádio • Levantamento nos diferentes tipos de mídia sobre quem atua na mesma
Participação	<ul style="list-style-type: none"> • Quais os canais de participação da população na programação. • Quais os horários destinados a participação e ao debate entre ouvintes • Conselho comunitário e quem faz parte 	<ul style="list-style-type: none"> • Levantamento em diversas mídias de quais os canais de participação existentes. • Levantamento da programação da mesma • Entrevista com os gestores, buscando informações sobre a composição do conselho comunitário • Quando possível, consulta a ata das reuniões do conselho
Pluralidade	<ul style="list-style-type: none"> • A diversidade da programação • Abertura da mesma para diferentes grupos locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da programação • Grupos com voz na programação da rádio
Abertura ao diálogo	<ul style="list-style-type: none"> • Programação com interação dos ouvintes • Abertura a participação dos poderes instituídos 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com os gestores da radcom • Análise da programação
Reconhecimento/Intencionalidade	<ul style="list-style-type: none"> • As denúncias e reclamações dos ouvintes são recebidas • A população reconhece a importância da radcom 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com gestores da rádio • Questionário com a população sobre sua importância

	<ul style="list-style-type: none"> • Há o reconhecimento de que a radcom é uma mobilizadora das demandas locais, no contexto • Existe vontade de atingir a agenda pública 	
Capilaridade	<ul style="list-style-type: none"> • A população conhece a rádio comunitária • A população ouve e participa da programação 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário com a população local.

Fonte: Leal (2008) e Borges (2017) – Elaboração própria.

➤ 2) A relação entre a esfera pública e a dimensão física da política

Como abordado através da discussão dos conceitos que fundamentam esta pesquisa bem como na sessão anterior sobre os aspectos metodológicos do trabalho, torna-se importante compreender que os mídias são meios que podem ser utilizados como forma de mobilização e organização dos espaços políticos. Sendo assim, existe uma relação clara entre estes meios e os locais de mobilização dentro destas comunidades, sendo este o foco deste trabalho, configurando o tema desta sessão que é elucidar as formas como as radcom aqui estudadas podem mobilizar os espaços políticos locais.

Habermas (1997) delimita três tipos de esfera pública, a episódica, a da presença organizada e a abstrata, para Maia (2008) a esfera pública episódica é restrita a poucos participantes e os debates não são tão densos, essa esfera é dotada de materialidade, e os indivíduos utilizam experiências pessoais para discussão de temas de interesse coletivo. Ainda para Maia (op. Cit.) a esfera pública da presença organizada, no âmbito da sociedade civil, seria aquela das arenas de discussão como associações de moradores, ONGs ou movimentos sociais.

A esfera pública abstrata, que já foi trabalhada na sessão anterior, está relacionada aos outros dois tipos de esferas públicas, principalmente a da presença organizada, uma vez que movimentos sociais, ONGs e associações de bairro podem utilizar a esfera pública abstrata como forma de divulgação de suas reuniões. Em nossa discussão, estes espaços físicos dotados de intencionalidade para atingir o poder público são chamados de espaços políticos e se diferenciam da esfera pública – concreta – pois configura-se como forma de ação dos cidadãos após a definição da opinião pública.

Para analisar os espaços políticos em si, Azevedo (2016) propõe três bases responsáveis por defini-los, para o autor, esse conceito em sua essência se pauta nas esferas da materialidade

– a concretude dos espaços da política -, a imaterialidade – as condições imateriais para que funcione como um espaço da ação política - e por último a intencionalidade – a esfera da ação que é pautada no acesso a agenda pública

Para Azevedo (2016) a imaterialidade inclui três princípios fundamentais para a análise dos espaços políticos: 1. A isonomia ou a igualdade entre os cidadãos que participam da formação dos espaços da política; 2. A força e o poder, isso quer dizer, estar submetido à normas gerais propostas pelo poder instituído, o Estado; 3. Ser público, logo, ser de livre acesso a todas as camadas da população. Essas definições são importantes para pensar no papel das rádios comunitárias na mobilização destes espaços.

Outro fundamento dos espaços políticos proposto pelo autor seria a intencionalidade, isso quer dizer, a mobilização ocorrida nos espaços concretos deve ter como finalidade a ação política que de alguma forma deve pretender atingir a agenda pública, adicionando pautas ao debate nos espaços instituídos ou exclusivos. É esse o caso das manifestações políticas de 2013 que tinham como objetivo inicial a revogação do aumento das passagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro²¹.

Para o autor, a intencionalidade também seria essencial para formação de sujeitos democráticos. Conforme assinalado no capítulo anterior, a ideia de que a política é inerente ao ser humano é rechaçada nesse trabalho, pois entende-se aqui que o aprendizado da prática política como forma de convívio dos diferentes é na realidade uma conquista da sociedade, principalmente das sociedades democráticas, como bem apontou Arendt. Nesse sentido, Azevedo (op.cit.) apresenta que “No caso da democracia, um sujeito democrático seria aquele que saberia de seus limites de liberdade e respeito na coexistência dos diferentes”. (AZEVEDO, 2016, p. 106).

Parkinson (2012) também contribui para análise da dimensão física da política, para o autor os espaços públicos podem condicionar ou influenciar as ações políticas de diferentes formas, justamente por se transformarem em espaços políticos a partir das ações da sociedade. Para o autor, o espaço pode relacionar-se de três formas com as ações políticas:

Para resumir até agora, temos três maneiras pelas quais a forma pode se relacionar com o comportamento político: pode ser (a) absoluto, prevenir fisicamente, ou ordenar determinada ação; (B) sugestivo, encorajando certos tipos de comportamento à custa dos outros; E (c) simbólica, desencadeando um senso de identificação ou

21 São chamadas de jornada de junho de 2013 o conjunto de manifestações iniciadas no Rio de Janeiro em resposta ao aumento das passagens de ônibus e que se estenderam a várias cidades brasileiras após a forte repressão policial. Foram manifestações plurais e com grande público, acabando por contestar também as diversas esferas de poder instituído.

reconhecimento, o que, por sua vez, afeta as coisas como a eficácia política. (PARKINSON, 2012)²²

A partir da análise de Parkinson percebe-se que a esfera pública tem uma relação clara com as informações transmitidas aos espaços dotados de eficácia política à medida que a formação dessa esfera atribui simbologia aos espaços, portanto, o que se defende aqui é que a elaboração de uma análise dos fenômenos que formam a esfera pública é importante para a compreensão da dimensão política dos espaços.²³

Machado Filho (2017) ao organizar seu trabalho sobre os espaços políticos abertos (ruas e praças), analisando as manifestações ocorridas em 2013, entende ser preciso observar quais são os atores envolvidos na produção de espaços políticos, os locais que esses atores ocupam no espaço, as ações desempenhadas por eles, os elementos que compõem o espaço e a identificação dos pontos notáveis no trajeto da manifestação. Para o autor, estes atores estão estritamente relacionados à análise da intencionalidade dos diferentes atores político, o que acaba refletindo na forma de organização destas manifestações.

A diferença entre os espaços políticos e os meios de comunicação está sendo marcada ao longo deste trabalho, isso porque os media são na realidade mobilizadores da política. A relação entre a esfera pública e os e a dinâmica política local mostra a pertinência da contribuição destes autores para a discussão metodológica deste trabalho.

Portanto, para responder às questões sobre o momento da mobilização política local e a relação com as radcom destacam-se as seguintes categorias:

a) A localização – O contexto do local em que estas rádios estão inseridas, os possíveis locais de mobilização que estão dentro do raio de atuação destas rádios. Pela lei 9.612 a radiodifusão comunitária se endereça a pequenas localidades por ter uma cobertura restrita, “Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila” (LEI 9.612, 1998). De acordo com o decreto presidencial 2.615 de 6 de junho de 1998, no 9º artigo, inciso II, define que a noção de localidade de pequeno porte deve ser entendida como “Toda cidade ou povoado cuja área urbana possa estar contida nos limites de uma área de cobertura restrita”. (PLANALTO, 1998). Portanto, a localização física de uma

²²Original: To summarize thus far, we have three ways in which form might relate to political behaviour: It can be (a) absolute, physically preventing, or mandating certain action; (b) suggestive, encouraging certain kinds of behavior at the expense of others; and (c) symbolic, triggering a sense of identification or recognition, which in turn impacts on such things as political efficacy. Clearly, physical forms can be both types (a) and (c), or both (b) and (c); they can not be both (a) and (b), by definition.

²³ Observar capítulo anterior onde foi desenvolvida a relação entre a esfera pública e os espaços públicos na visão de Parkinson

rádio comunitária está relacionada diretamente a sua função e forma de funcionamento. Logo, os locais onde estas rádios estão instaladas são de extrema importância para percepção de seu funcionamento, uma vez que definirão as comunidades abrangidas por ela. A fim de cumprir essa etapa metodológica foram feitos mapeamentos temáticos da localização das rádios e de sua área de atuação e um levantamento do histórico desses locais, visando entender o contexto ao qual estas rádios estão inseridas.

b) O momento da mobilização – Levantamento de quais demandas são mobilizadas pela rádio, como a população a utiliza para divulgar seus atos e quais as relações com os lugares de debate.

Para conseguir responder os dois pontos levantados acima foi estabelecida a seguinte operacionalização:

a) Levantamento de dados sobre as comunidades em que as radcom estudadas estão inseridas, mapeamento dos mesmos e levantamento dos principais pontos notáveis.

b) Entrevista com os gestores sobre quais os momentos em que a rádio mobiliza a população e aplicação de questionário – perguntas fechadas e abertas – com a população local.

Para responder os dois primeiros aspectos da metodologia foram utilizados dois mecanismos principais, a entrevista com gestores das radcom e a aplicação de questionários com a população.

- 3) quais as articulações em diversas escalas para que o processo de outorga seja aceito

Dentre as discussões abordadas no capítulo anterior deve ser destacada a questão da escala. Abordar o conceito de escala tem um propósito claro, a ideia de que as radcom estão restritas a uma escala do cotidiano, local, mas sua articulação para conquistar a outorga ocorre em níveis decisórios superiores e possivelmente inalcançáveis para pequenas associações comunitárias, levando a necessidade de articulação com outros grupos de maior visibilidade ou poder de atingir a esfera pública instituída.

O processo de outorga destas rádios, de acordo com o MTCI, ocorre da seguinte maneira:

A seguir, de maneira resumida constam os principais passos do processo de outorga:

- a) Publicação do Plano Nacional de Outorgas – PNO: será publicado o PNO contendo previsão com todos os Editais que serão publicados nos meses subsequentes e quais serão os Municípios contemplados em cada um deles.

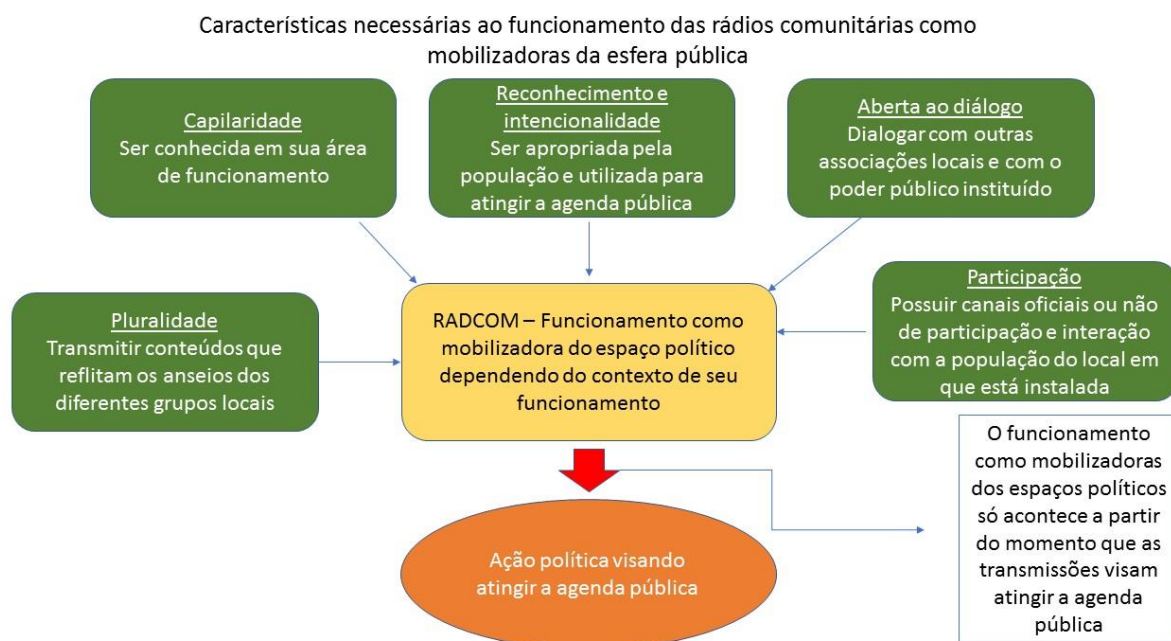
- b) Publicação do Edital de Seleção Pública: o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações publica Edital contemplando certos Municípios e especificando, dentre outras coisas, os documentos que as entidades interessadas devem encaminhar para se inscreverem na Seleção Pública e qual o prazo para tanto.
- c) Habilitação: uma vez recebidos os documentos, eles serão transformados em um processo e, já na Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária – CGRC passarão por criteriosa análise inicial, em que será verificado se todos os documentos foram encaminhados, se a requerente já executou a Radiodifusão sem outorga do Poder Concedente ou se é vinculada.
- d) Seleção: para essa fase passarão apenas as entidades que foram habilitadas e somente se existir concorrência. Nesse momento o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tentará fazer com que as entidades concorrentes se associem para prestar conjuntamente o Serviço e, apenas caso reste fracassada essa possibilidade é que se verificará a quantidade de manifestações em apoio que cada concorrente tem, selecionando-se assim aquela que obtiver maior representatividade.
- e) Instrução: nessa fase, o processo de outorga da entidade selecionada terminará de ser instruído com os documentos que não precisavam obrigatoriamente ser enviados na habilitação (comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento e Formulário de dados de Funcionamento da Estação).
- f) Proclamação do resultado: finda a fase de instrução e estando a entidade selecionada regular (isto é, sendo ela comunitária e sem vínculos), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a proclamará vencedora e declarará encerrada a Seleção Pública, de tudo comunicando às entidades interessadas.
- g) Portaria de autorização: proclamado o resultado, o processo será enviado ao Ministro de Estado das Comunicações para que decida acerca da regularidade do processo e expeça de Portaria de Autorização.
- h) Fase externa: após a publicação da Portaria de Autorização no Diário Oficial da União – DOU, o Ministério encaminhará o processo à Presidência da República, que fará uma revisão e, em seguida, encaminhará os autos ao Congresso Nacional. Por sua vez o Congresso deliberará acerca da outorga e, caso se manifeste pela sua regularidade, expedirá Decreto Legislativo autorizando a que a entidade interessada preste o Serviço de Radiodifusão Comunitária durante 10 (dez) anos, contado a partir da publicação de tal ato no DOU. (MTCI, 2017. Disponível em: <http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radio-comunitaria>)

A análise do processo de outorga mostra que muitas das organizações comunitárias que pretendem conseguir a outorga de rádios comunitárias devem se organizar em múltiplas escalas, atingindo também o congresso nacional, levando estas rádios a utilização de uma política de escala, de acordo com Souza (2012), realizando assim um jumping scale, Cox (1998). Para a análise deste aspecto do processo metodológico foram realizadas entrevistas com os gestores das rádios bem como com participantes do processo de outorga, a premissa é de que cada uma destas rádios utilizou um mecanismo diferente de acordo com seu contexto.

Por fim, entende-se que estas rádios devem possuir algumas características para que sejam assimiladas como participantes da esfera pública, admite-se que se parte destes critérios estiverem ausentes de sua programação e forma de funcionamento elas funcionarão como meros espaços de visibilidade. A partir destas características, as radcom, dependendo de seu contexto de formação e funcionamento, poderão mobilizar ações nos espaços físicos em que estão inseridas, quando estas ações estiverem voltadas para a agenda pública, visando atingir o poder

instituído, estas rádios funcionarão como mobilizadoras de espaços políticos. Esta relação será exemplificada no quadro a seguir.

Figura 9 – Organograma Esfera pública/Espaço político



Fonte: Borges (2017) – Elaboração própria

Portanto, os estudos de caso serão de extrema importância para estabelecer se estas rádios funcionam como mobilizadoras dos espaços políticos. Na realidade, tentaremos compreender como o espaço local pode ser determinante para o funcionamento destas rádios de acordo com seu papel estabelecido por lei, sendo parte de uma esfera pública política com papel diferenciado na formação de espaços políticos. As rádios estudadas situam-se no Estado do Rio de Janeiro, a justificativa para esta escolha será abordada na sessão a seguir.

4.3 – As rádios comunitárias no estado do rio de janeiro

Conforme abordado anteriormente, o rádio foi o primeiro meio de comunicação de massa a se instalar no Brasil e sua primeira transmissão no país foi realizada no município do Rio de Janeiro e atingiu outros municípios adjacentes como Niterói e Petrópolis. A transmissão em 1923 não tinha o aspecto popular que encontramos atualmente, no início sua transmissão era voltada para as elites.

O surgimento da rádio comercial durante o governo Vargas foi de extrema importância para a popularização desse meio de comunicação. De acordo com ABERT (2009), durante a Revolução Constitucionalista, em 1932, o rádio começou a se destacar politicamente, através dele as rádios paulistas exigiam a deposição do Presidente Getúlio Vargas. É nesse contexto que o Estado do Rio de Janeiro se destaca quanto a importância do rádio para política, por concentrar, desde sua instalação, um grande número de rádios comerciais, o estado é origem de diversos fenômenos políticos que surgiram através de programas de rádio, para Borges (2014) “O rádio nos dias atuais tem sido um meio de comunicação extremamente importante para a política brasileira. Através dele diversos políticos tem conseguido atingir as pequenas localidades utilizando-o como meio de expansão e preservação de seu eleitorado”. (BORGES, 2014, P. 25)

Figura 10 - Deputados Estaduais eleitos em 2010 relacionados com rádios no Estado do Rio de Janeiro

Candidato	Partido	% de votos
Wagner Montes	PDT	6,38
Marcelo Freixo	PSOL	2,14
Samuel Malafaia	PR	1,62
Paulo Melo	PMDB	1,47
Clarissa Garotinho	PR	1,43
Alexandre Correa	PRB	1,36
Pedro Augusto	PMDB	1,34
Rafael Picciani	PMDB	1,16
Domingos Brazão	PMDB	1,11
Cidinha Campos	PDT	1,08
Os candidatos em destaque possuem relação com o rádio no Estado do Rio de Janeiro.		

Fonte: Borges (2014) -Elaboração própria

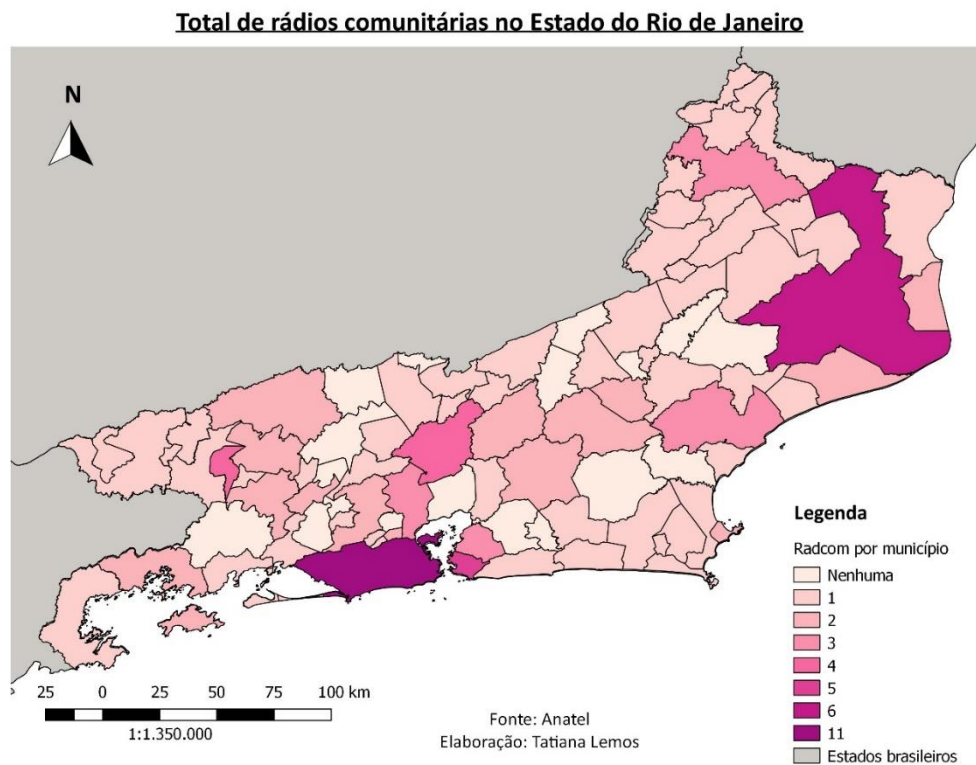
Borges (2014) elaborou a tabela acima de acordo com a os dados da eleição para deputados estaduais no Rio de Janeiro em 2010, em vermelho encontram-se os candidatos eleitos com algum tipo de relação com a radiodifusão, mostrando a clara relação entre esta mídia e a política, de acordo com o site Transparência Brasil (2014) as rádios AM e FM são as que mais possuem políticos envolvidos com a comunicação, estando muito à frente dos valores representados pelas retransmissoras de TV. Portanto, a estreita ligação entre o rádio e a política, principalmente no Estado do Rio de Janeiro, remete-nos claramente a uma ação diferenciada deste meio de comunicação no recorte territorial escolhido para a análise.

Além do histórico de atuação do rádio e sua relação direta com a política no estado, outros motivos justificam essa análise, como a distribuição das mesmas pelo Estado e o fato de o Rio de Janeiro se apresentar como o Estado mais urbanizado do país, mas contar com municípios de todas as dimensões populacionais ²⁴. Outro fator importante é o fato de ser o Estado onde se encontra a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando o trabalho exequível pela proximidade geográfica.

O Estado do Rio de Janeiro conta com 121 estações de rádio comunitárias distribuídas por 74 municípios dos 96 que compõem o estado. De forma geral, os municípios com mais de uma rádio comunitária são os grandes centros econômicos do estado como a cidade do Rio de Janeiro (11), Campos dos Goytacazes (6), Petrópolis (4) e Volta Redonda (4).

²⁴O município do Rio de Janeiro conta com mais de 6.000.000 de habitantes, já o município de Varre sai, o mais afastado da capital conta com pouco mais de 10.000 habitantes.

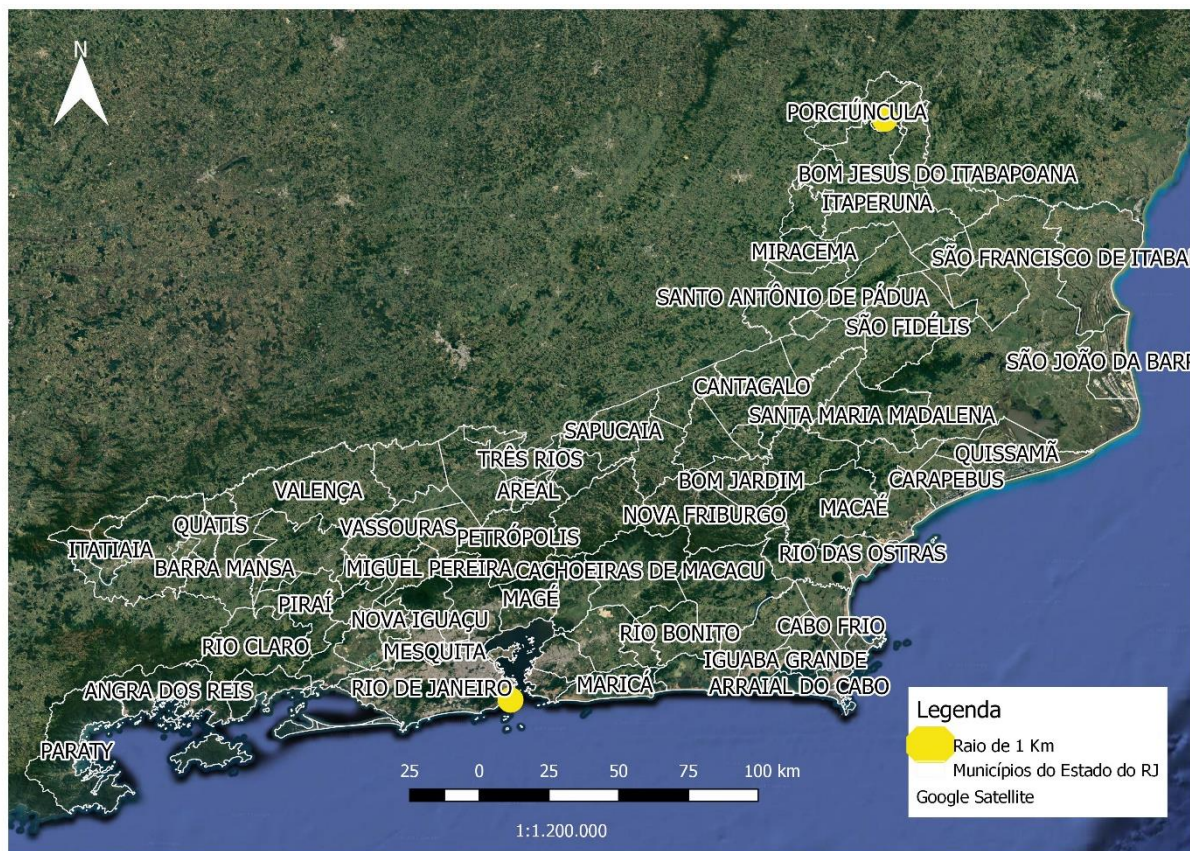
Figura 11 - Radcom no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Anatel. Elaboração: Própria

Para compreender esta lógica de funcionamento das rádios comunitárias foi proposto o estudo das rádios comunitárias de Copacabana (Rádio Nossa Senhora de Copacabana, 98,7 FM) e a do rádio comunitária do município de Varre-sai (Líder FM, 98,7 FM). Esta escolha se fundamenta na tentativa de compreender quais as condições que influenciarão o estabelecimento destas em contextos diferentes, bem como quais as dinâmicas que ocorrem nestas localidades que influenciaram seus usos e bandeiras levantadas. Objetiva-se portanto, utilizar exemplos diametralmente opostos para compreender diferentes contextos espaciais delimitam diferentes formas de funcionamento,

Figura 12 - Localização das rádios estudadas



Fonte: Elaboração própria

A escolha da Rádio Nossa Senhora de Copacabana foi feita com base em sua localização, na zona sul da cidade em um bairro com uma forte associação de moradores e por último a rádio Lider FM, que se localiza em Varre-sai, no Noroeste do estado do Rio de Janeiro, município com menos de 10.000 habitantes de acordo com o IBGE em 2010.

A princípio foram escolhidas outras rádios para estudo, mas motivos como violência e dificuldade geográfica, algumas destas rádios estão instaladas em favelas e por isso não foi possível acessar o local. Da mesma forma, as dificuldades no contato com os gestores, pois muitas destas rádios têm estrutura de funcionamento precária, levaram a mudança dos estudos de caso propostos. Dessa forma alguns dados relevantes foram levantados sobre a rádio Bicuda FM (98,7) e Ilha Rio FM (98,7). A primeira rádio situa-se em Vaz Lobo, subúrbio do município do Rio de Janeiro, tendo como principal avanço a visita a rádio comunitária e entrevista com os gestores, não sendo possível a aplicação de questionários com a população local, por isso não será possível concluir a análise da mesma. A segunda se encontra na Ilha do Governador, também subúrbio carioca, nesta foram aplicados questionários com a população local. Mais à frente estes dados serão utilizados na comparação com as duas rádios estudadas.

4.3 – Operacionalização

Conforme abordado na sessão anterior, a operacionalização foi constituída de basicamente 2 etapas:

a) Entrevistas com os gestores das rádios estudadas

Estas entrevistas foram feitas de forma aberta e seus áudios estão gravados. Nestas entrevistas os principais objetivos eram delimitar os mecanismos de funcionamento destas rádios, os históricos das mesmas e obter informações sobre quem são os gestores das rádios estudadas. Na rádio Líder FM a entrevista foi feita com uma das gestoras da rádio, irmã do principal gestor da rádio e membro de sua diretoria, no dia 15 de abril de 2017. Durante esta entrevista também foi possível ter acesso a documentos da rádio como o estatuto da mesma e atas das reuniões de seu conselho.

Quanto à rádio Nossa Senhora de Copacabana (NSC), a entrevista foi realizada no dia 20 de julho de 2017 com o diretor de programação da mesma. As perguntas feitas nas visitas às rádios são as mesmas. Contudo, durante a entrevista realizada na rádio NSC não foi fornecido acesso aos documentos concernentes ao funcionamento da rádio.

b) Aplicação de questionários com a população

Esta etapa consistiu na aplicação de questionários com a população das áreas cobertas pelo sinal da rádio. O questionário é composto por perguntas abertas e fechadas, visando a celeridade do processo de aplicação. Tendo em vista o limitado alcance destas rádios, foram aplicados questionários em diferentes áreas do local objetivando uma melhor representação da diversidade local.

Para a realização desta etapa foram realizados 3 trabalhos de campo, um em Varre sai e dois em Copacabana. Os questionários foram aplicados em Varre sai durante os dias 15 e 16 de abril de 2017, no total foram aplicados 78 questionários de acordo com o cálculo de amostragem feito por sites disponíveis na internet²⁵. Em Copacabana foram realizados dois campos, um em xx de maio e outro em 31 de julho, no primeiro trabalho de campo foram aplicados questionários ao entorno de toda a área de alcance e no segundo os questionários foram aplicados em ruas

²⁵ O site utilizado para o cálculo de amostragem foi: <http://comentto.com/blog/calculadora-amostal/>. Nota-se que o objetivo da utilização deste foi obter uma amostra minimamente representativa, sem que houvesse o objetivo de precisão no cálculo.

próximas à rádio. No total foram aplicados 102 questionários em Copacabana e o cálculo de amostragem foi feito da mesma forma que em Varre sai.

Figura 13- Questionário aplicado com a população

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



Nome

Idade

1 - Você conhece a rádio comunitária local?

Sim Não

2 – Se a resposta for positiva - Como você conheceu a rádio?

3 - Você acompanha a programação?

Sim Não

4 – Já participou de alguma discussão levantada pela rádio?

Sim Não

5 – Se a resposta for positiva – Qual?

5 – Você acha a rádio importante para a comunidade? Por quê?

Fonte: Elaboração própria

5 – ESTUDOS DE CASO E AS ESPECIFICIDADES DOS LOCAIS EM QUE ESTÃO INSTALADAS

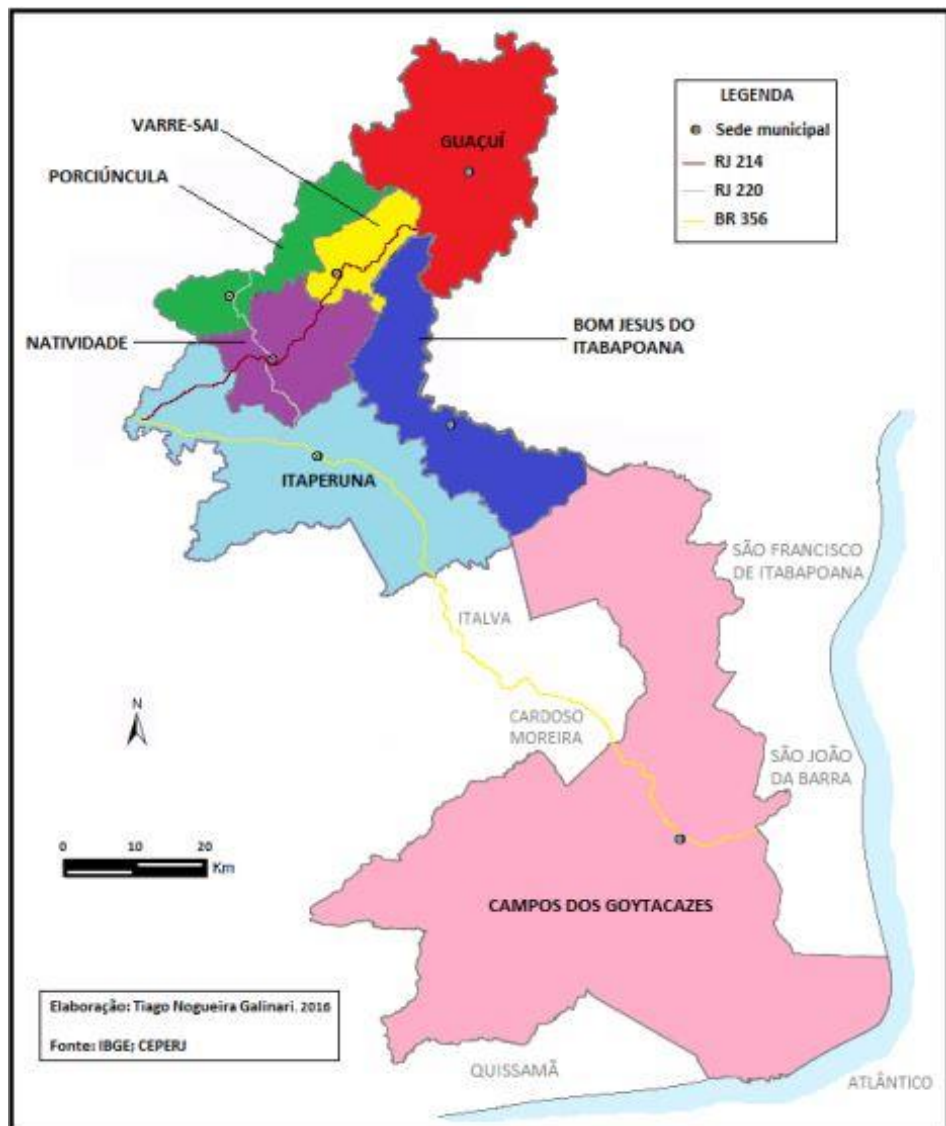
Tendo em vista as observações acima, nesta sessão serão analisadas as especificidades das rádios estudadas e os contextos de instalação. Inicialmente será feita a análise da rádio comunitária de Varre sai (Líder FM), na segunda sessão será feita a análise da rádio de Copacabana (NSC). Nos dois casos a estrutura da análise será a mesma, primeiro será abordada a localização das duas rádios e os respectivos históricos de instalação e outorga. Posteriormente serão abordados os critérios necessários para que estas funcionem como uma esfera pública, para tanto serão analisados os atores, a pluralidade e a capilaridade. Na sessão seguinte serão abordados os critérios de participação, reconhecimento/intencionalidade e diálogo. Na última etapa da análise de cada uma das rádios serão abordados os momentos de mobilização e a relação das mesmas com os espaços políticos locais.

5.1 – Rádio Líder FM

A rádio comunitária Líder FM situa-se no município de Varre-sai, um dos menores municípios do estado do Rio de Janeiro, sua autorização de outorga está vinculada a Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre-sai. Nesta sessão a rádio comunitária local será analisada de acordo com os critérios estabelecidos na sessão anterior, destacando desta maneira a localização, o histórico de formação, a relação da rádio com a esfera pública e os momentos de mobilização dos espaços políticos locais.

4.1.1 – Localização e processo de outorga

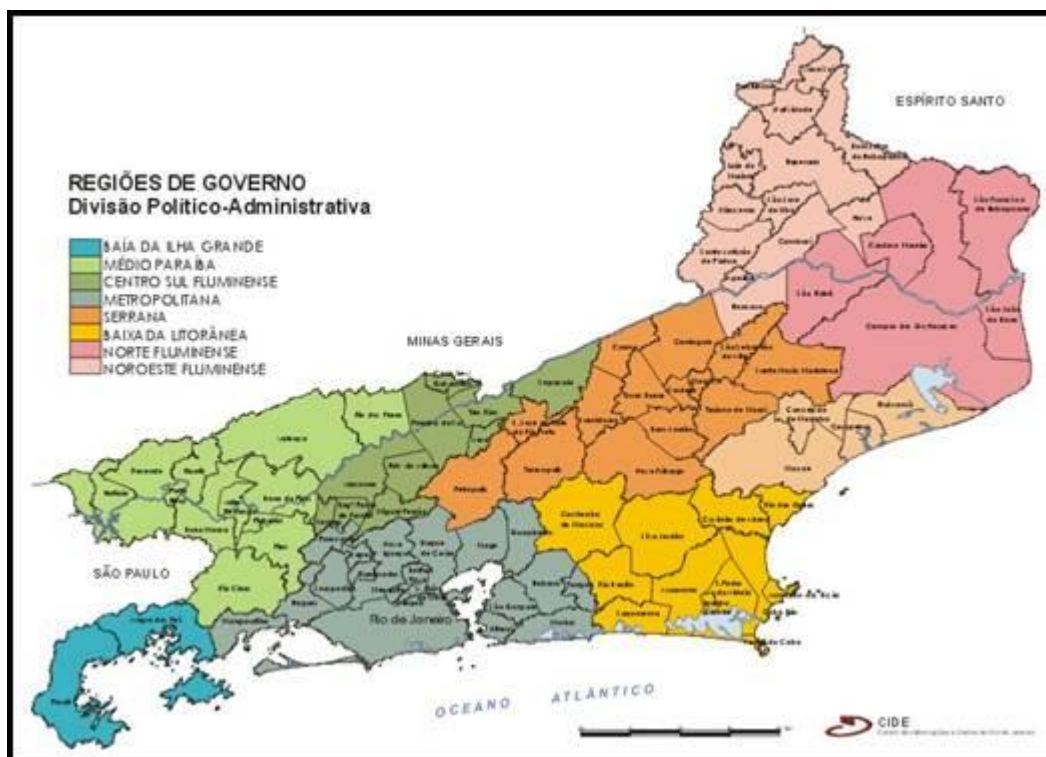
Figura 14 - Localização do Município de Varre-sai



Fonte: GALINARI, T.N. (2017)

O município de Varre-sai está localizado na macrorregião do Noroeste fluminense, no estado do Rio de Janeiro. Junto ao município compõem esta região os municípios de Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua e São José de Ubá. Dentre estes, fazem limite com Varre sai os municípios de Porciúncula, Natividade e Bom Jesus do Itabapoana, além de Gruaí que se localiza no Espírito Santo.

Figura 15 - Macrorregiões do estado do Rio de Janeiro e o Noroeste Fluminense



Fonte: Governo do Estado do Rio de Janeiro

De acordo com Galinari (2017) Varre sai seria o “epíteto mais interiorano do Estado” por estar distante 360 km da capital estadual. O autor ressalta que sua condição interiorana é reforçada por sua débil malha viária que conta com somente uma rodovia de acesso, a RJ 214. Além de contar com apenas uma rodovia para integração, o município de Varre sai não conta com rodoviária própria, sendo necessário contar com a infraestrutura de cidades próximas²⁶. Podemos adicionar aqui que as deficientes redes de comunicação também são fatores preponderantes para reafirmação da condição de município do interior, tendo em vista que apesar de contar com rede de internet e sinal de celular, estes serviços são precários na região.

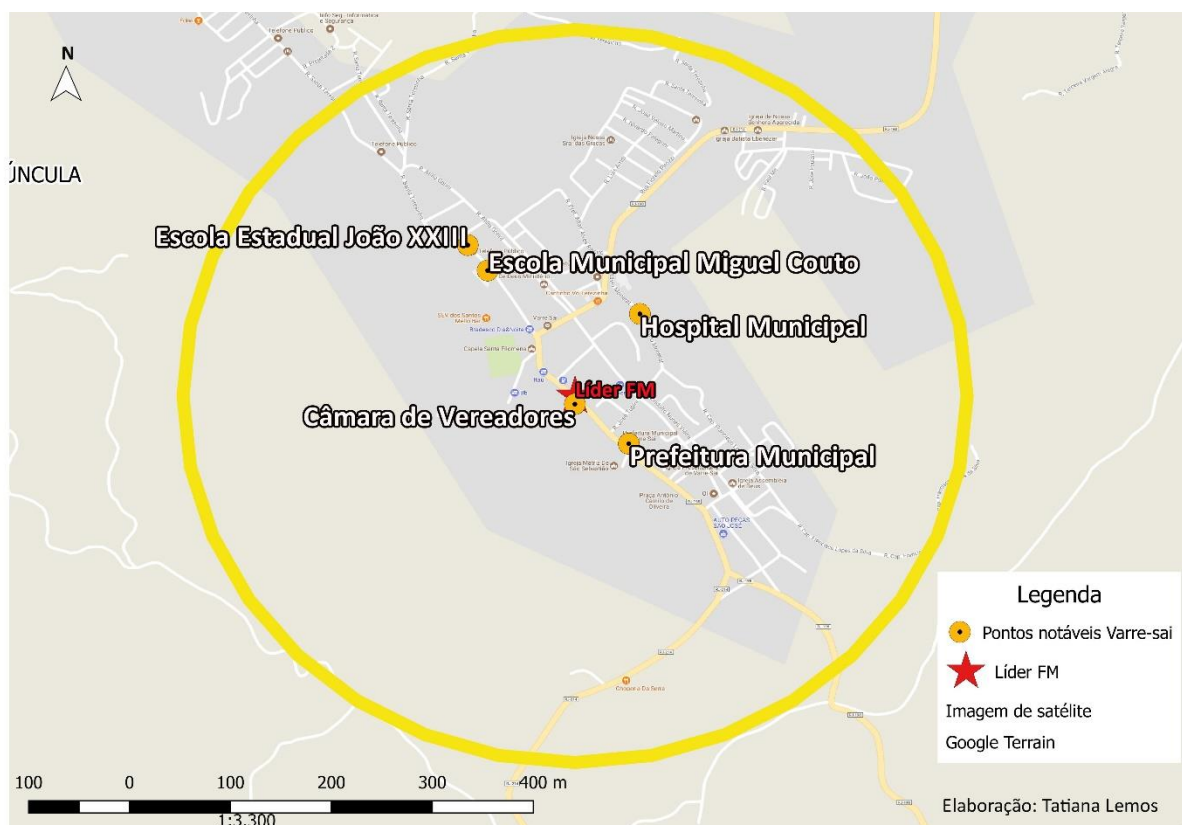
A rádio Líder FM é o principal meio de comunicação local do município de Varre-sai, por ter uma população municipal estimada para o ano de 2016 de 10.500 – no último Censo eram 9.475 hab. – a comunicação local é feita basicamente através do rádio e atualmente pela internet, uma vez que as transmissoras de tevê locais têm programação voltada para todo o

²⁶ O município não conta com rodoviária própria, por isso o acesso via transporte coletivo à cidade deve ser feito através dos municípios vizinhos, principalmente Natividade e Itaperuna. A partir destas cidades saem linhas de ônibus operadas por apenas uma empresa e com poucos horários.

interior do Estado do Rio de Janeiro, como a tevê Serra Mar, retransmissora da Rede Globo que abrange o sul do estado, as regiões serrana e dos lagos e o norte do estado.

O município de Varre-sai não é dividido em distritos, tendo toda a sua área de planejamento comandada pelo núcleo central da cidade. A rádio Líder FM situa-se justamente no núcleo central da cidade, próximo à prefeitura, à câmara de vereadores e aos principais centros comerciais do município.

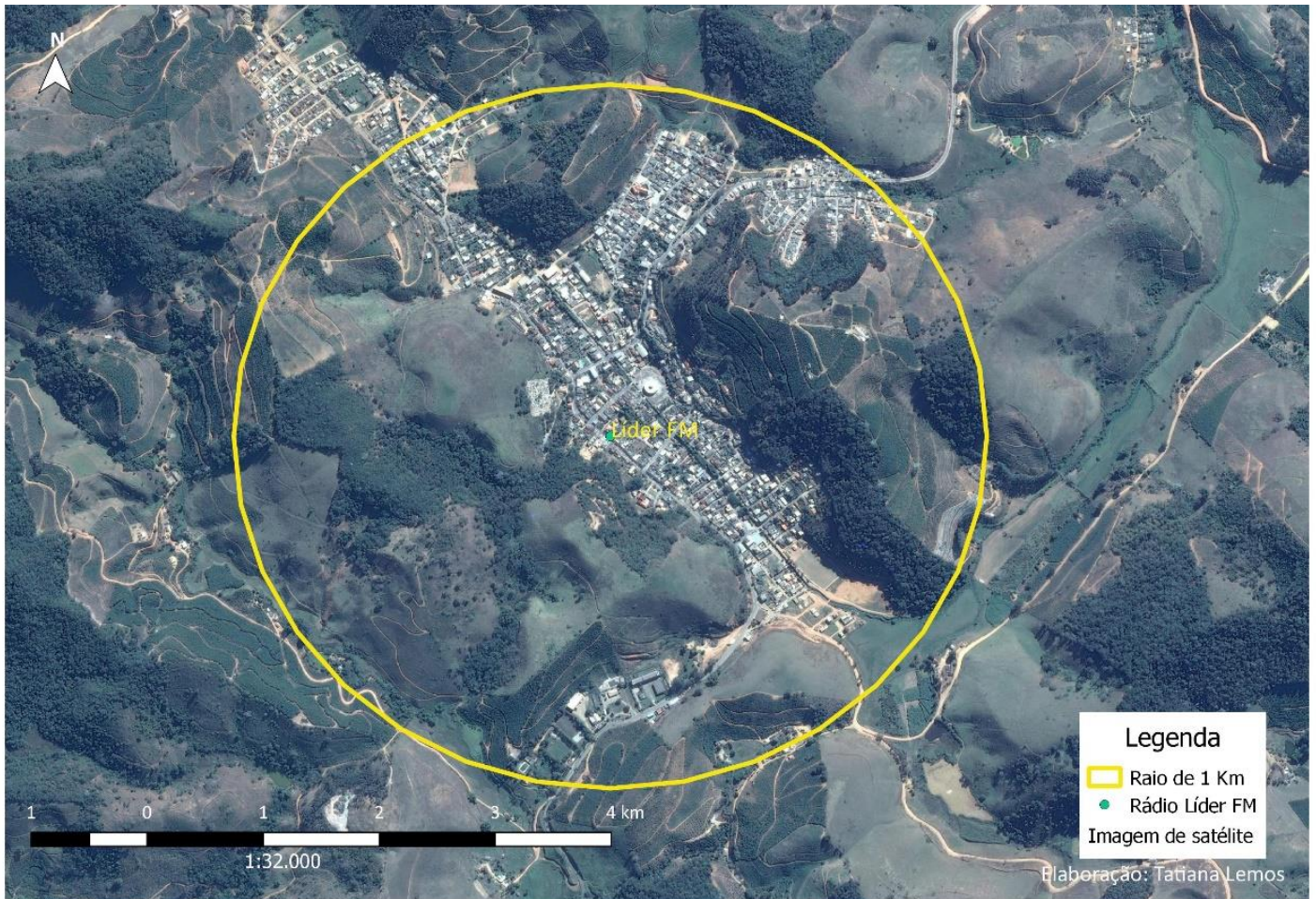
Figura 16 - Pontos notáveis do município de Varre-sai



Fonte: Elaboração própria

Apesar de situar-se próxima aos principais aparelhos urbanos do Município, como escolas, hospitais, bancos e estando praticamente em frente à Câmara municipal, a alguns metros da prefeitura do município e próxima aos principais bancos e escolas da cidade, o raio de 1km de atuação da rádio faz com que ela atinja quase a totalidade da mancha urbana do município.

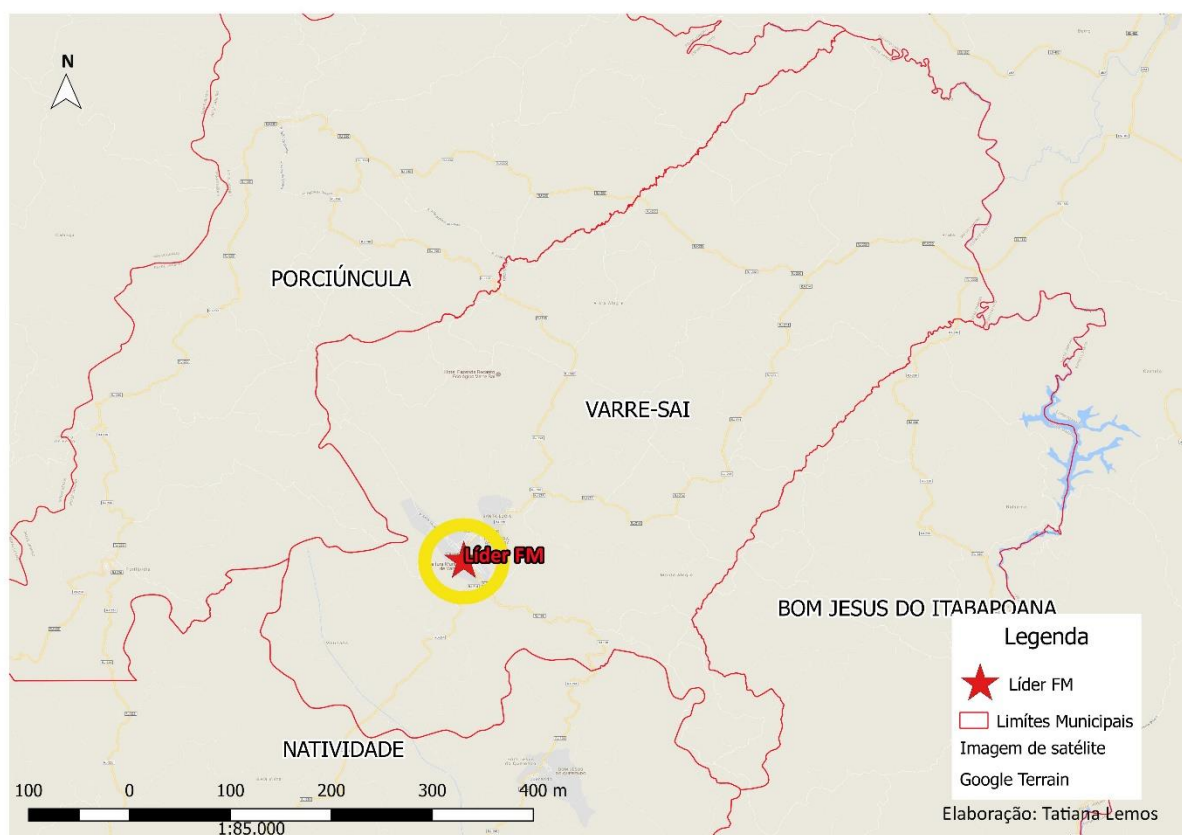
Figura 17 - Raio de atuação previsto em lei



Fonte: Elaboração própria

Nota-se que de acordo com o Censo demográfico de 2010, neste ano 5.790 habitantes dos 9.475 que compunham o município viviam na área urbana do município, portanto, 61% da população de Varre-sai tem acesso ao conteúdo transmitido pela rádio, fato amplamente visível a partir da análise do cartograma acima. Sobremaneira, por ser um município relativamente extenso, uma parcela significativa da população – 3.685 – vive em área rural e teoricamente não é atingida pelas transmissões da rádio.

Figura 18 - Relação entre o raio de atuação e o limite municipal



Fonte: Elaboração própria

Ao mesmo tempo em que atinge a maior parte da população urbana do município, algumas localidades do município de Varre-sai distam mais de 15 km do núcleo central e teoricamente não são atingidas pelas ondas da rádio, contudo através das entrevistas com os gestores e com a população foi possível perceber que até o período de renovação da outorga – em 2016 – a rádio funcionava com uma potência maior do que a permitida, atingindo todas as porções do município.

Para compreender a dinâmica política do município de Varre-sai e a importância da rádio comunitária local para a política é necessário remontar o processo de formação do município, que é relativamente novo, tendo se emancipado após a promulgação da constituição de 1988. Nota-se que a área atual do município originalmente pertencia ao município de Itaperuna²⁷,

O processo de emancipação dos municípios de Porciúncula e Natividade, em 1947, foram responsáveis pela mudança na jurisdição do então distrito de Varre sai, que antes pertencia a Volta Redonda e a partir da emancipação passou a ser distrito de Natividade. Galinari (2017) ressalta a importância da Sociedade de Amigos de Varre-sai (SAVS) para discussão das demandas do distrito e para as discussões sobre a emancipação²⁸. A redemocratização foi extremamente importante para a multiplicação de municípios no Brasil, como vimos em Azevedo (2013) e Castro (2005), não sendo diferente no município de Varre-sai. Dessa forma, o município se torna autônomo em novembro de 1990, após realização de plebiscito com aprovação de mais de 91% da população local, nas palavras de Galinari:

Sem campanha abertamente contrária, aproximadamente 91%, dos 4.575 votantes, aprovaram a emancipação no plebiscito realizado no dia 25 de novembro de 1990. Com isso, através da Lei estadual nº 1.790, de 12 de janeiro de 1991, foi oficialmente criado o município de Varre-Sai, tendo a sua vanguarda política (prefeito e vereadores) assumido seus mandatos em primeiro de janeiro de 1993, depois das eleições realizadas em 1992. (GALINARI, 2017, p. 193)

A discussão sobre o processo de emancipação do município é extremamente importante, tendo em vista que o município tem sua primeira legislatura de prefeitos e vereadores em 1992, tomando posse em 1993, sendo interessante notar que a rádio comunitária Líder FM praticamente acompanhou esta trajetória, tendo sido fundada em 1997, anos após a emancipação do município. Galinari (2017) também destaca a baixa rotatividade entre os prefeitos do município, tendo somente 4 nos 25 anos de funcionamento independente, destaca-se que somente 3 foram efetivamente eleitos.²⁹

27 Itaperuna até os dias atuais o centro econômico mais próximo à Varre-sai, concentrando boa parte dos serviços, como universidades e comércio, por isso a maior parte dos fluxos de e para Varre-sai têm como origem Itaperuna.

28 Galinari (2017) salienta que a partir deste período, com a conquista do hospital municipal, o distrito de Varre-sai não era dependente do município de Natividade, uma vez que os serviços básicos ofertados no distrito eram os mesmos da sede do Município e que dentro da rede urbana, quando necessário, os serviços diferenciados só eram encontrados em Itaperuna.

29 O primeiro prefeito eleito no município de Varre-sai foi Antônio Said, sendo sucedido por Dr. Silvestre. Em 2000 Antônio Said foi eleito mais uma vez, sendo reeleito em 2004 mas sem concluir seu mandato, em 2008 seu vice (João Adilton Martins) assumiu a prefeitura. Nas eleições seguintes Everardo Oliveira Ferreira é eleito, permanecendo na prefeitura por 2 mandatos e sendo substituído em 2016 novamente por Dr. Silvestre.

Como parte da metodologia do trabalho foram feitas entrevistas com os gestores das rádios comunitária, sendo entrevistada no dia 13 de maio de 2017, Cristiane Fabri, irmã do principal gestor da rádio, Lauro Fabri. A rádio localiza-se no subsolo da casa da família e entrou em funcionamento como rádio pirata em 1997.

Figura 19 - Sede da Rádio Líder FM



Fonte: Google Maps – Acesso em 29 de julho de 2017

De acordo com a gestora, a rádio começou a se destacar na cidade por dar visibilidade a problemas do cotidiano da população, sua principal função era divulgar os problemas da cidade e realizar serviços de utilidade pública, como divulgação de recados e outras questões pertinentes à comunidade. Após a promulgação da lei 9.612 de fevereiro de 1998, que permite o funcionamento de rádios comunitárias, e diversas denúncias sobre o funcionamento da rádio, foi aberto em 1998 o processo de outorga da rádio, que foi definitivamente autorizada 9 anos

depois, em 2007. Neste período a rádio tinha permissão provisória de funcionamento, contudo foi fechada algumas vezes devido denúncias na Anatel.

A lentidão do processo de outorga é algo comum a todas as rádios comunitárias brasileiras, tendo em vista a relação entre a esfera de atuação e a esfera de regulamentação. A especificidade deste processo está centrada nas articulações políticas que resultaram na autorização, no caso da Líder FM, a família Fabri, gestora da rádio é tradicional no município, o tio de Lauro Fabri é o antigo prefeito do município – Antônio Said/ PMDB -RJ – que, de acordo com Cristiane, articulou o encaminhamento do processo em Brasília, sendo citado o nome de Sérgio Cabral, enquanto senador, para que o processo fosse enfim autorizado pelo congresso nacional.

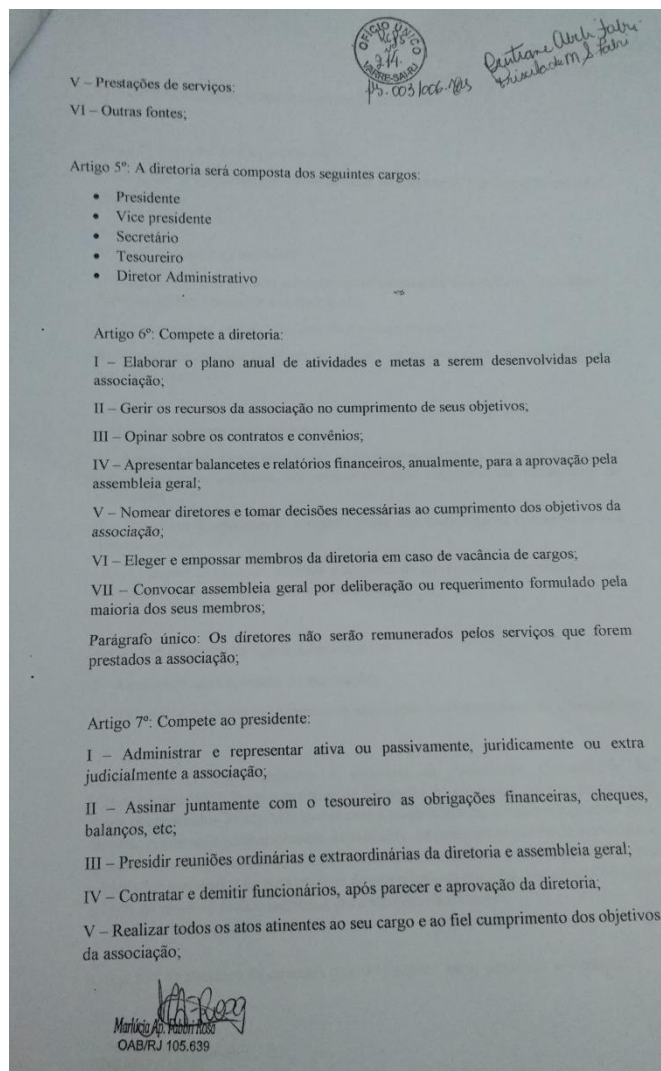
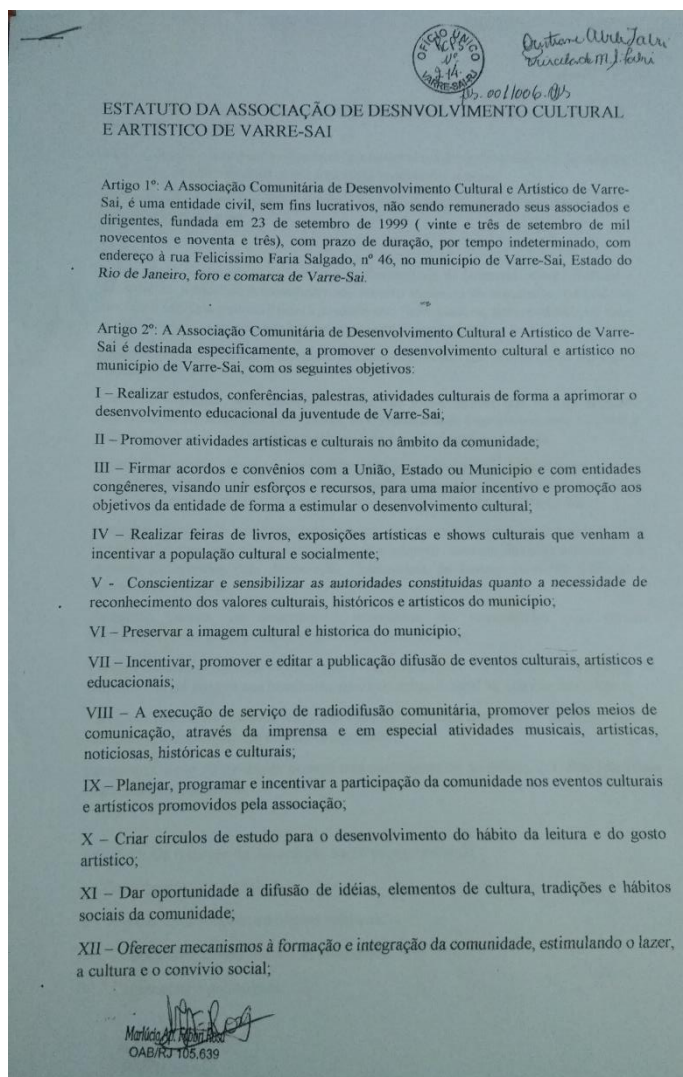
5.1.2 – A Líder Fm e a esfera pública local

a) Os atores, a pluralidade e a capilaridade

A análise dos atores envolvidos na produção deste espaço comunicativo está relacionada à discussão de quem são os gestores da rádio, sua diretoria, assim como foi feita uma análise da programação da mesma, objetivando compreender quais grupos têm acesso à voz na programação da rádio.

Além da figura do principal gestor da rádio, Lauro Fabri, a mesma conta com um estatuto que define quais os objetivos da Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre sai, bem como institui a organização administrativa da mesma. O estatuto prevê que qualquer pessoa física ou jurídica domiciliada no município tem potencial para se associar à rádio das seguintes maneiras: como membros efetivos, membros honorários e membros contribuintes. Desta forma o estatuto deixa claro que a associação deve estar aberta a participação de qualquer membro da comunidade varre-saiense. No estatuto também está prevista a forma de funcionamento da diretoria da rádio, que é constituída por um Presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e diretor administrativo.

Figura 20 - Estatuto da Associação relacionada à rádio



Fonte: Rádio Líder FM – Visita realizada em abril de 2017

Percebe-se a partir da observação do estatuto da associação que alguns objetivos fundamentais das rádios comunitárias estão presentes no mecanismo básico de regulação da mesma. A rádio conta com uma estrutura administrativa delimitada, a diretoria, e seus objetivos são servir a divulgação da cultura local. Nota-se, contudo, que a todo momento a rádio é citada como propriedade familiar, principalmente do próprio Lauro. Portanto, a rádio surgiu como iniciativa individual do “primo” de Lauro e de um sócio, que abandonou o projeto, abrindo espaço para a “compra” de parte da rádio por Lauro. Ao mesmo tempo, durante a aplicação dos questionários com a comunidade, muitos moradores do local referiram-se à rádio como pertencente ao Lauro, tornando importante ressaltar a noção de que a rádio pertenceria a dois sócios específicos.

É importante sublinhar o atual contexto político da cidade, ainda de acordo com Cristiane, a política na cidade é bem delimitada, tendo dois fortes grupos políticos representados

por Antônio Said e Everardo de Oliveira. Nas últimas eleições municipais, em 2016, Lauro Fabri foi candidato a prefeito da cidade, perdendo as eleições em segundo turno para Dr. Silvestre por uma diferença menor que 500 votos.

Figura 21 - Comunicado de afastamento de um dos locutores durante o período eleitoral



Fonte: Facebook. Acesso em 27 de julho de 2017.

Por obrigação da lei, durante o período eleitoral Lauro Fabri teve de se ausentar do programa, contudo, sua imagem é sempre vinculada à da rádio. Além do depoimento de Cristiane, é importante ressaltar que o apoio de Antônio Said a candidatura de Lauro Fabri foi claro, sendo esse o maior doador da campanha de Lauro. Portanto, o histórico de força política da família responsável pela gestão da rádio é extenso e continua a fazer parte das disputas políticas locais.

Para o debate do critério da capilaridade, será abordada a ideia da apropriação deste mecanismo de comunicação pela população. Entende-se que a mobilização da esfera pública só pode ser completa a partir da absorção dos conteúdos divulgados pela população. Como primeira aproximação para esta análise, destaca-se o reconhecimento da rádio por parte da população, no questionário aplicado com a mesma a primeira pergunta destinava-se a esta questão, sendo debatido se o indivíduo conhece ou não a rádio local.

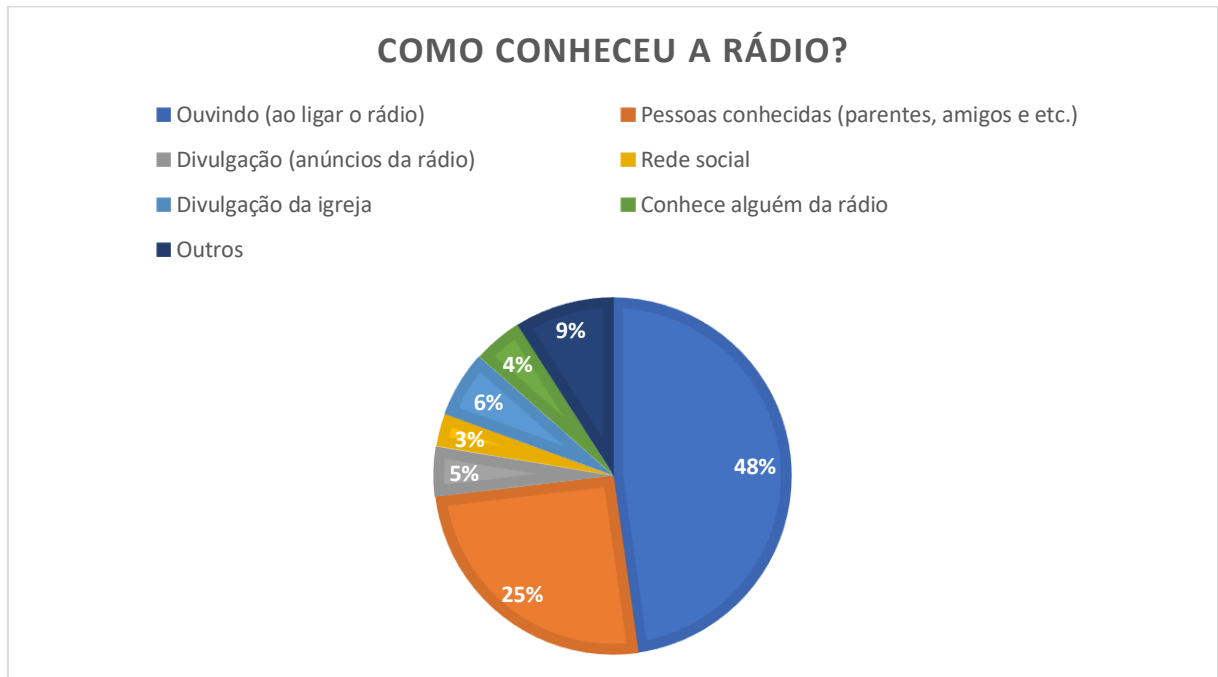
Figura 22 – Capilaridade da radcom no município de Varre-sai



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017 – Elaboração própria

O gráfico indica que 89% dos entrevistados conhece a rádio, indicando que esta pode funcionar como esfera da visibilidade local, tendo grande difusão no território municipal. Como forma de análise, foi perguntado aos entrevistados como estes conheceram a radcom local, tendo como resultado o gráfico a seguir.

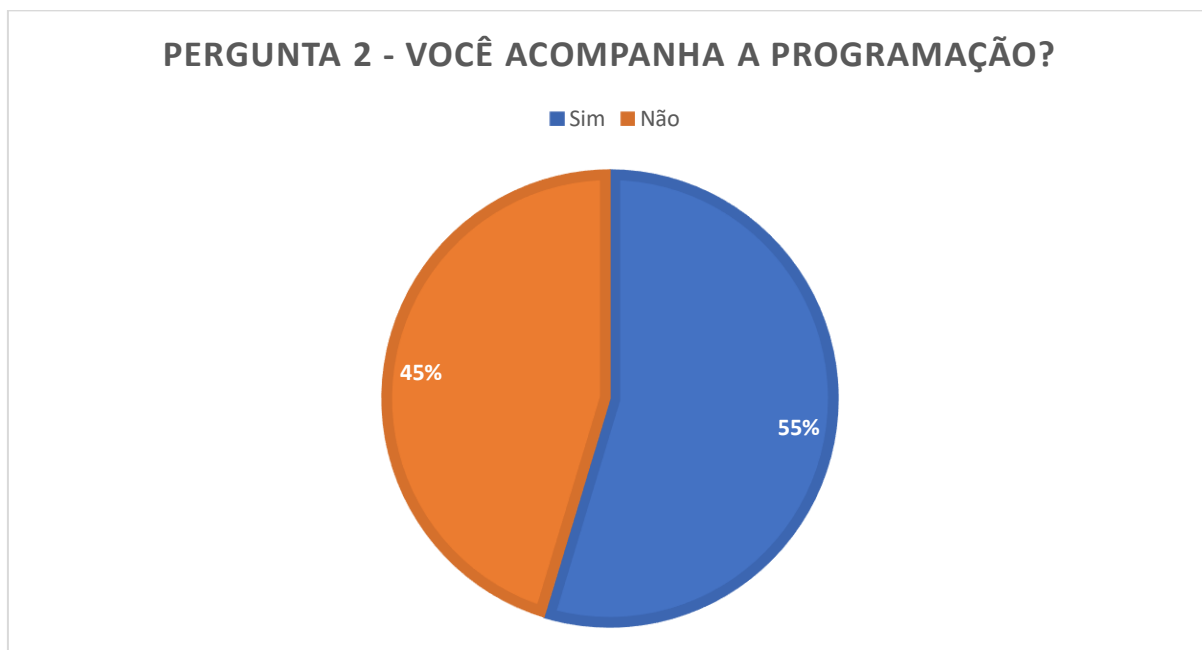
Figura 23 - Forma como conheceu a rádio



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017 – Elaboração própria.

Percebe-se que boa parte dos entrevistados conheceu a rádio através do próprio rádio, sintonizando, levando ao juízo de que a população local possui o hábito de ouvir rádio, o que remete ao fato de que a população de Varre-sai possui o hábito de ouvir rádio, mostrando que este tipo de mídia possui força no local. Contudo, a transformação deste meio, deixando de ser meramente a esfera da visibilidade e passando a atuar como parte da esfera pública está atrelada a apreensão e participação da população na mesma, desta forma foi elaborada uma segunda pergunta com objetivo de compreender se as pessoas utilizam e acompanham a programação da rádio.

Figura 24 - Acompanhamento da programação



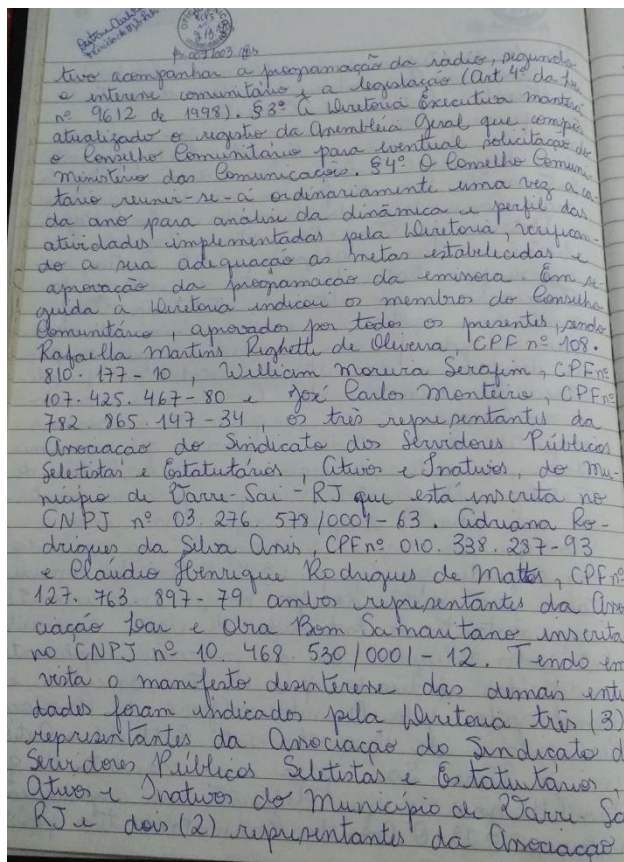
Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017 – Elaboração própria

Percebe-se a partir da observação do gráfico acima que a maior parte dos entrevistados acompanha a programação difundida pela rádio, revelando, junto com o gráfico anterior, que a radcom local tem grande capilaridade e difusão entre os membros do município. Portanto, apreende-se que a radcom Líder FM é representativa dentro da sociedade de Varre sai.

b) A Participação, reconhecimento/intencionalidade e abertura ao diálogo.

Para a análise da participação é necessário que se observe a abertura da rádio para diversos atores locais. Para tanto analisaremos aqui a existência do conselho comunitário, se conta efetivamente com membros locais e como os diferentes grupos têm acesso a rádio. A rádio Líder Fm conta com cinco membros em seu conselho comunitário, três destes membros fazem parte da Associação do sindicato dos funcionários públicos, celetistas e estatutários de Varre sai enquanto dois membros fazem parte da Associação Lar e obra bom Samaritano, também situada no município. Este conselho se reúne anualmente, sem data fixa, e funciona como regulador da programação da rádio.

Figura 25- Ata da reunião do conselho da rádio



Fonte: Rádio Líder FM, visita em Abril de 2017

Além da identificação dos atores envolvidos na gestão e na criação dessa rádio é necessário analisar a programação da mesma, tendo em vista que os locutores exercem um papel importante nesta dinâmica, através desta é possível estabelecer quais os espaços destinados à participação da população. De acordo com o site da rádio e as informações contidas na página da mesma na rede social Facebook, foi elaborado o quadro a seguir:

Figura 26 - Programação rádio Líder FM

PROGRAMAÇÃO LÍDER FM		
Horário	Segunda a sexta	Fim de semana
05:00 - 06:00	Amado Batista - Programação musical	
06:00 - 08:00	João Braz Show - Programação musical	
08:00 - 10:00	Programa Lauro Fabri - Entretenimento e assuntos da comunidade	Programa Lauro Fabri

10:00 - 11:00	Experiência de Deus – Religioso	Experiência de Deus
13:00 - 17:00	Ligação Direta - Música e entretenimento	Ligação Direta
17:00 - 19:00	Show do Xaropinho - Programação musical	
19:00 - 20:00	A Voz do Brasil - Notícias do país	
22:00 - 00:00	Love Songs - Programação musical	
* Além da programação regular a rádio transmite as reuniões da Câmara municipal e a missa de domingo		

Fonte: Site Líder FM - <http://www.fmlider.fm.br/>. Elaboração própria

Percebe-se que boa parte da programação da rádio é voltada para o conteúdo musical, contudo, destaca-se a presença de programas com locutores locais – inclusive o próprio Lauro Fabri . Além disso, ao longo da programação existem programas religiosos locais e regionais, o programa “Experiência de Deus” é apresentado pelo Padre Reginaldo Mazotti e retransmitido em toda a região, sendo um dos programas mais citados nas entrevistas com a população³⁰.

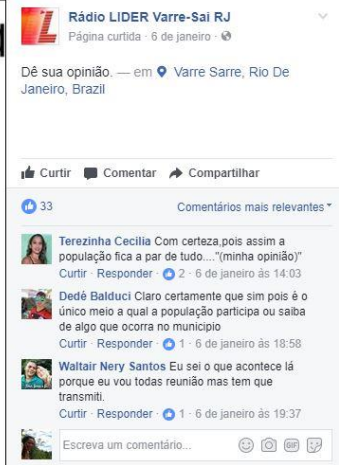
É importante frisar que existem diversos canais de diálogo entre a rádio e a população, dentre estes destacam-se os diversos programas de locutores, como o João do Braz show, show do xaropinho e ligação direta. Nestes programas os locutores locais acabam ganhando destaque dentro da programação, o caso do próprio Lauro Fabri e do locutor Fabio Jr, entre outros.

³⁰ De acordo com a lei 9.621 de 1998, as emissoras comunitárias não poderiam funcionar como retransmissoras de programação, contudo, Decreto nº 2.615, 4334/2015/SEI-MC permite que haja retransmissão desde que se responsabilize pelo conteúdo transmitido.

Figura 27 - Publicação na página do Facebook pedindo a opinião dos ouvintes sobre a transmissão das reuniões da câmara dos vereadores

Comente aqui na página da Líder FM.

A Rádio deve transmitir a Reunião da Câmara Municipal? comente...



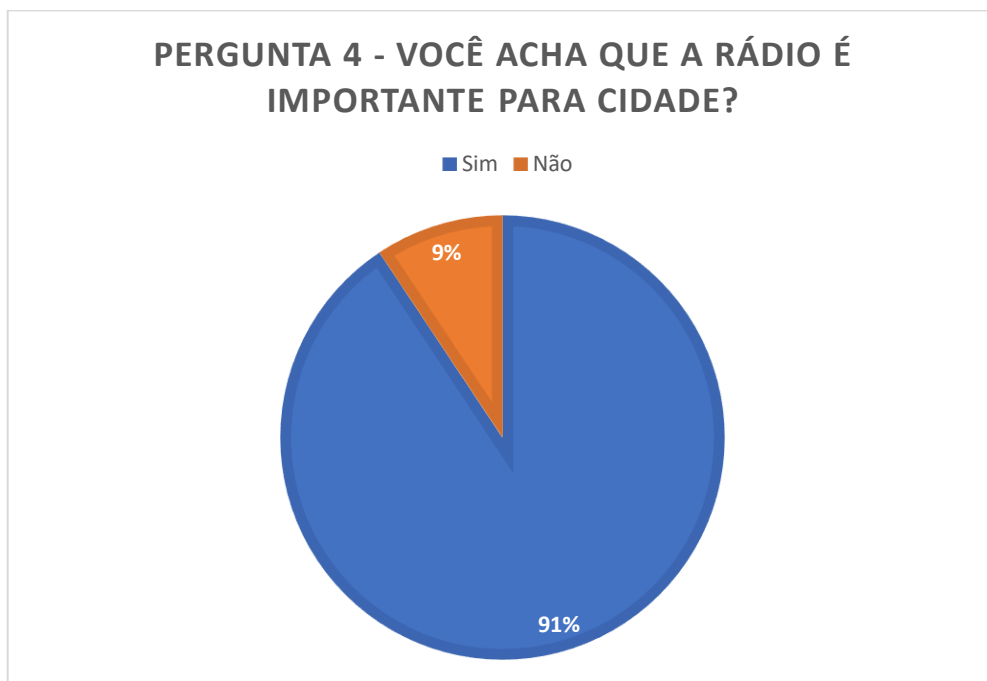
The image shows a Facebook post from the page 'Rádio LIDER Varre-Sai RJ'. The post text asks for opinions on whether the radio should transmit council meetings. It shows three relevant comments from users Terezinha Cecilia, Dedé Balduci, and Waltair Nery Santos, each with a 'Like' and 'Respond' button. The post has 33 comments in total.

Fonte: Facebook. Acesso em: 27 de julho de 2017

Além dos programas abertos à participação de ouvintes, alguns espaços são destinados a transmissão de conteúdos entre a população e a rádio, destacando os canais como Facebook, Whatsapp e o próprio site da rádio que conta com e-mail e caixa de recados. Em alguns momentos a página da rádio no Facebook, criada em 2013, é utilizada para perguntar à população sobre a programação, definindo programas de maior interesse.

Quanto à discussão sobre o reconhecimento e a intencionalidade das ações transmitidas pela rádio, destaca-se principalmente a percepção da população sobre a mesma. Ao longo do questionário aplicado com a comunidade, 91% dos entrevistados entendem que a rádio é importante para a dinâmica da comunidade, dentre estes, boa parte destaca a função da mesma como transmissora de reclamações e informações importantes para a cidade, como nos gráficos a seguir:

Figura 28- Importância da radcom de Varre-sai



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017

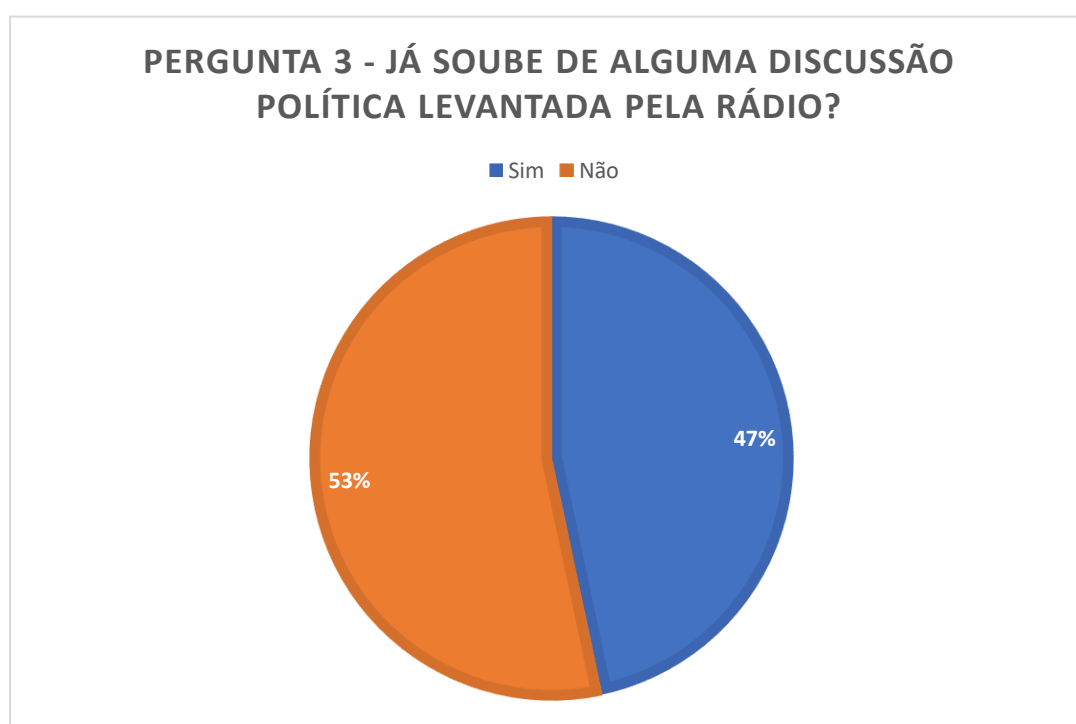
Figura 29 - Importância da radcom local



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017

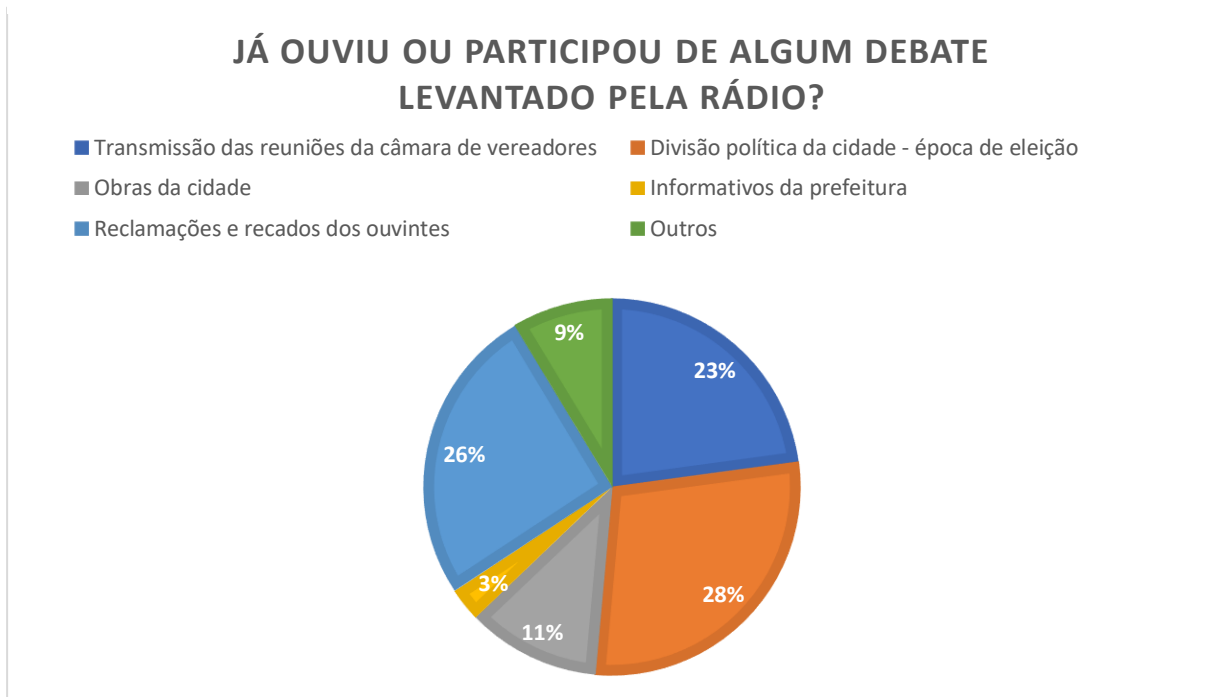
Também deve ser dado destaque ao segundo gráfico justamente frisar o papel da rádio na transmissão de recados da população, não há outro mecanismo de comunicação municipal, e sua função de fiscalização da prefeitura, levantando debates políticos. Esta última resposta está diretamente relacionada a um dos principais elementos da programação, a transmissão das reuniões da Câmara de vereadores municipal. Além da pergunta sobre a importância destas rádios, quando questionados sobre já terem ouvido ou participado de algum debate sobre a política local, 47% dos ouvintes responderam que sim.

Figura 30 – Discussões políticas levantadas pela rádio



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017

Figura 31 - Participação em algum debate político levantado pela rádio



Fonte: Entrevistas realizadas com a população, Abril de 2017

Dentre os 47% de entrevistados que respondem ter ouvido ou participado de discussões sobre a comunidade levantadas pela rádio, 28% destacam discussões sobre a disputa política local – principalmente no período eleitoral -, 26% ressaltam as reclamações e recados dos ouvintes e 23% colocam a transmissão das sessões da Câmara de Vereadores.

Figura 32- Divulgação das reuniões da Câmara dos Vereadores





www.fmlider.fm.br

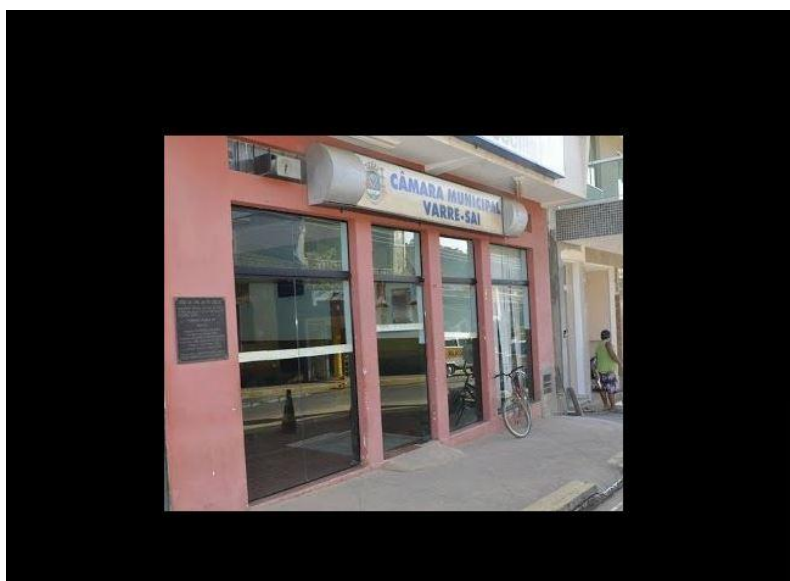
Reunião da Camara Municipal

104.09FM

OUÇA AO VIVO

NO AR

Terça Feira as 18:00hs


Rádio LIDER Varre-Sai RJ
Página curtida · 11 de março ·

Fiscalize o seu vereador. Como ele está trabalhando? Quais Reivindicações ele faz? O vereador exerce o poder de legislar, mas também o de fiscalizar as ações do prefeito.

Nesta Terça-Feira a partir das 18:00 na Líder FM. (AO VIVO) em tempo real. — em [Rádio LIDER Varre-Sai RJ](#).

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

👍 4 Comentários mais relevantes ▾

2 compartilhamentos 3 comentários

Rádio LIDER Varre-Sai RJ



Fonte: Facebook. Acesso em 27 de julho de 2017.

A Câmara de vereadores do município está localizada em frente à sede da radcom, tornando a base técnica para sua transmissão viável. Tanto gestores como a população local entendem que a transmissão destas sessões são uma forma de divulgação dos debates que muitas vezes não chegam ao conhecimento do público em geral, para Cristiane, gestora da rádio, a transmissão deixaria os vereadores acuados à medida que a população tem acesso as discussões que antes eram restritas. Ela cita um período em que as discussões na Câmara estavam voltadas para deliberações sobre as festas da cidade e que a população reagiu a isso, enviando reclamações para rádio, e que depois disso foi delimitado um tempo máximo destinado a discussões sobre as festas da cidade.

Destaca-se também a relevância, dentre as respostas desta questão, da visibilidade que a rádio atribui a reclamações e recados dos ouvintes, mostrando que um dos principais critérios relacionados ao reconhecimento, proposto por Leal (2007), está presente aqui, justamente por transmitir a sensação de pertencimento e da utilização da rádio por parte da população.

Por fim, é possível compreender, através dos dados levantados, que a rádio Líder FM – apesar de contar com um estatuto em que teoricamente é aberta a participação de diversos grupos -, é gerida por um grupo específico, sendo possível delimitar quais são os atores envolvidos na dinâmica destes espaços. Ressalta-se também, que a rádio está vinculada, mesmo que de forma indireta, a um grupo político de tradição dentro do município, levando inclusive ao surgimento de críticas por parte da população sobre sua parcialidade. Também deve ser ressaltado o amplo leque de programas e locutores, bem como a disseminação de diversos gêneros músicas e principalmente da cultura e festas locais.

O grande diferencial da rádio Líder FM está relacionado, justamente, a sua capilaridade dentro do Município de Varre-sai, sendo reconhecida pela maior parte da população. Como já destacado acima, a rádio Líder FM está instalada em um município dotado de poucas redes técnicas, o que a torna o principal meio de comunicação local.

Outro fator de destaque desta rádio é o reconhecimento por parte da população, que a utiliza para transmissão de recados e etc. Assim como a intencionalidade imbuída em seus debates, uma vez que as discussões sobre a política e o cotidiano local são presentes em boa parte da programação. Da mesma forma, o critério da participação da população na programação merece ser frisado, já que o próprio estatuto da associação garante a existência do conselho comunitário e a primazia dos debates envolvendo a população sobre às vontades dos próprios gestores, que estão regularmente submetidos a estes conselhos comunitários.

5.1.3 – A relação entre a esfera pública e os espaços políticos de Varre Sai.

A relação entre o que é disseminado na esfera pública e a mobilização e organização dos espaços de debata está amplamente relacionada ao potencial de mobilização dos meios de comunicação. No caso de Varre-sai este exemplo ganha maior destaque, uma vez que a rádio é o principal meio de comunicação local e acaba tendo amplo papel nos debates locais, como visto na sessão anterior. Sobremaneira, a própria extensão territorial do local em que esta rádio está inserida aumenta seu papel de mobilização.

A rádio Líder FM localiza-se de frente à câmara de vereadores, a alguns metros da prefeitura municipal e próxima das principais praças e igrejas, portanto, em seu 1 km de raio de alcance encontram-se os principais pontos notáveis e pontos de visibilidade, onde possivelmente poderiam ocorrer manifestações.

Portanto, a relação desta radcom com o espaço ao seu entorno é clara, contudo, ao longo da entrevista realizada com Cristiane, gestora da rádio, foram levantados alguns pontos sobre

como a rádio funciona para mobilizar os espaços da cidade. Dois foram destacados: A transmissão das reuniões da Câmara de vereadores e os momentos em que grupos organizados procuram a rádio para divulgar atos políticos públicos. A relação entre as sessões da câmara de vereadores e a rádio se torna clara na medida que a câmara, enquanto espaço político fechado, apesar de é acessível a todos os cidadãos, não possui capacidade para receber todas as pessoas com interesse em suas discussões, além disso o cidadão precisa se deslocar de suas atividades para participar destas sessões, por isto as transmissões potencializam público destes espaços, aumentando o raio de alcance e servindo como canal de propagação de demandas da população.

Uma cidadã municipal, Aparecida, ao responder o questionário aplicado, relatou ter utilizado a rádio para atingir o poder público e conseguir tratamento para seu filho doente. Neste contexto, a esfera pública também pode servir como mecanismo para resolução de problemas individuais que ganham dependem do poder público para sua resolução, como a saúde pública. Outro exemplo é o caso do questionamento, por parte da população e dos integrantes da rádio, sobre a situação dos postes municipais, destacando uma localidade específica. A rádio divulgou em sua página o pedido de manutenção feito após as denúncias.

Figura 33- Resposta da prefeitura à memorandos enviados pela rádio pedindo a manutenção de áreas da cidade

The image displays two side-by-side elements. On the left is a scanned document from the Prefeitura Municipal de Varre-Sai, RJ, specifically from the Secretaria Municipal de Defesa Civil. The document is dated October 28, 2014, and is addressed to the Secretary of Civil Defense. It discusses a power outage issue, mentioning a request for technical assistance and a subsequent visit to the site. The document includes a signature and stamp of the Secretary of Civil Defense, Márcio Vieira Batista. On the right is a screenshot of a Facebook post from the 'Rádio LIDER Varre-Sai RJ' page. The post, dated October 28, 2014, states that the Civil Defense of Varre-Sai has protocolized a request for community defense. It mentions that the radio has received several requests from the community and that the Secretary of Civil Defense has shown attention to the problem. The post also includes interaction metrics like '5 likes' and '2 shares'.

Fonte: Facebook. Acesso em 27 de julho de 2017.

Ao observar a programação da rádio, a página na rede social Facebook e seu site é possível perceber que efetivamente há uma cobertura dos acontecimentos comunitários, destacando fotos, vídeos e transmissões sobre manifestações ocorridas na localidade, questionamentos sobre problemas municipais (coleta de lixo, funcionamento de hospitais e escolas) e um amplo debate sobre a política do município.

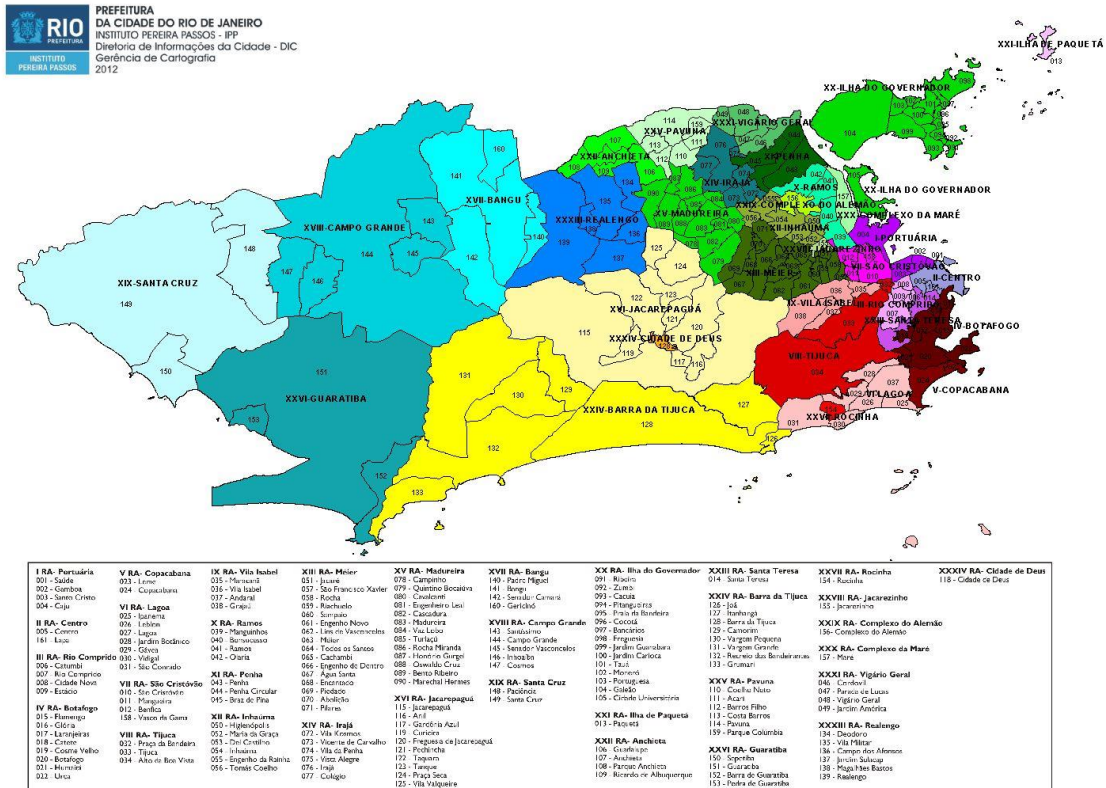
Percebe-se então, que as formas de participação na radcom de Varre-sai são variadas e que a população reconhece estes debates e muitas vezes participa dos mesmos. Contudo, deve-se destacar que para parte da população local, atingida pelas transmissões da rádio, há uma partidarização da mesma, servindo basicamente como instrumento de divulgação da oposição local. Sobremaneira, destaca-se o amplo diálogo com as instituições públicas, que se apresenta principalmente a partir da transmissão das sessões da Câmara de vereadores e dos questionamentos feitos à prefeitura municipal. Frisa-se por fim que por ser o único meio de comunicação de massa local, a rádio tem amplo papel na formação da opinião pública, tendo grande participação da população através de diferentes meios, salientando que o surgimento de novos mecanismos – a própria página do Facebook – têm aumentado a atuação da população na programação.

5.2 – Rádio Nossa senhora de Copacabana (NSC) – Rio de Janeiro

4.2.1 - Localização e histórico de formação

De forma dialógica à radcom de Varre sai, a rádio Nossa senhora de Copacabana (NSC) apresenta particularidades muito específicas, principalmente por situar-se na segunda maior metrópole brasileira, com população estimada em 2016 de 6.498.837. A rádio encontra-se na Área de Planejamento Municipal 2, na sessão zona sul, Região administrativa de Copacabana , que compreende os bairros de Copacabana e Leme.

Figura 34 - Zonas do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Instituto Pereira Passos

A radcom NSC está situada na Rua Hilário Gouvea, nº 36, 9º andar, em prédio pertencente a paróquia Nossa Senhora de Copacabana. Por ser uma localização central no bairro, seu alcance se estende à Rua Princesa Isabel, praticamente no bairro do Leme. A imagem a seguir mostra o raio de atuação da rádio comunitária NSC.

Figura 35 - Alcance da Rádio NSC



Fonte: Elaboração própria

O bairro de Copacabana é marcado pela grande movimentação de pessoas e por sua alta densidade populacional, contando com mais de 146.000 habitantes, de acordo com o IPP. Como parte da zona sul carioca, o rendimento médio da população do bairro em 2010 era de R\$ 3.222,00, acima da média municipal de R\$ 1.311,00, contando com a maior parte de sua população alfabetizada. Contudo, a grande diversidade da cidade do Rio de Janeiro também se reflete no bairro, que é composto por áreas de favelas onde a população possui menor escolaridade e renda. Outra característica local importante é a distribuição etária da população, de acordo com o Censo 2010, o bairro de Copacabana conta com a maior população absoluta de idosos do Brasil, influenciando também na dinâmica local e no funcionamento da rádio

De acordo com o IPP (2017) a ocupação do bairro data do início do final do século XIX, com a abertura do túnel velho que ligava Copacabana à Botafogo, bairro vizinho. Em 1919, durante o governo Pereira Passos, foi aberta a Avenida Atlântica, principal símbolo do bairro. A visibilidade do local também garante notoriedade ao mesmo, o bairro conta com muitos pontos notáveis com potencial de mobilização, como a própria Av. Atlântica, a Av. Nossa Senhora de Copacabana, Av. Princesa Isabel e praças locais.

Figura 36 - Pontos notáveis de Copacabana



Fonte: Elaboração própria

A sala em que a radcom NSC está instalada é pertencente à igreja nossa senhora de Copacabana. De acordo com Sidney, gerente de programação da rádio entrevistado no dia 20 de julho de 2017, o motivo desta localização específica está relacionado à dinâmica de criação da mesma. A rádio nossa senhora entrou em funcionamento em 2003, surgindo de uma demanda de moradores locais e o então responsável pela igreja, Monsenhor Abílio. Contudo o processo de outorga só foi finalizado em 2009 partir do *Decreto Legislativo nº 402, de 2009 (nº 607, de 2008, na Câmara dos Deputados)*, relatado pelo então senador Marcelo Crivella. A partir do momento da outorga houve a cessão da sala onde a rádio funciona e o espaço para a instalação da antena de transmissão, sem que haja a necessidade de pagamento de aluguel. O prédio em que a rádio se situa, apesar de pertencer à paróquia, é um edifício comercial com presença de entidades relacionadas à igreja e empresas privadas.

Figura 37 - Prédio da Igreja Nossa Senhora de Copacabana



Fonte: Google. Acesso em 29 de julho de 2017.

O gestor explica que o surgimento da rádio se deu a partir de uma demanda local, o grupo, que criou a Associação de moradores Nossa Senhora de Copacabana, percebeu que no plano nacional de outorgas havia espaço para uma rádio local, iniciando assim o processo. A mesma associação foi responsável, com auxílio da paróquia, por contratar um engenheiro e fazer o estudo de viabilidade local. Sidney, gestor da rádio entrevistado no dia 20 de julho de 2017, argumenta que os agentes envolvidos no processo de outorga enviaram o processo à Brasília e que não houve nenhuma articulação política diferente do trâmite legal comum ao ministério.

Sobremaneira, é preciso ressaltar que a visibilidade do bairro de Copacabana e a articulação com a paróquia, mesmo sem envolver o conteúdo programático, garantiram à rádio grande visibilidade e capacidade de articulação em diferentes níveis, podendo, inclusive, contratar profissionais para realizar estudo de demanda e enviar representantes à Brasília para pressionar e encaminhar o processo de outorga.

5.2.2 – Atores, pluralidade e capilaridade

A radcom NSC se apresenta como uma rádio de caráter educativo que visa entreter e divulgar os debates locais com temas de utilidade pública. Para Sidney, gerente de programação, a rádio objetiva auxiliar a população local, dando voz às diferentes entidades da sociedade civil, como associações locais e ao próprio poder público. A rádio em si conta com uma programação diversificada, com programas de música, futebol e de entrevistas, estes voltados principalmente para um público mais velho.

Ao longo das conversas com os gestores e não foi possível o acesso às atas das reuniões nem ao estatuto da mesma, contudo, Sidney esclareceu que a rádio conta com presidente, tesoureiro e o diretor da programação (o mesmo) e que com exceção dele (morador de botafogo) todos os membros da gestão da rádio são moradores locais, incluindo os locutores com programas fixos na programação.

A discussão sobre os locutores, como já abordado, é importante para pensar em quais conteúdos então sendo transmitidos pela mesma. Na rádio NSC os programas possuem maior homogeneidade, seguindo uma linha tradicional, programas abertos com locutores, programações musicais, transmissão de missas e programas religiosos e alguns programas voltados à população imigrante – músicas italianas, francesas e etc. Na tabela a seguir encontra-se a programação da radcom NSC.

Figura 38 - Programação rádio NSC

<i>Horário</i>	<i>Programação - Segunda à sexta</i>
<i>09.00 às 12.00</i>	Bom Dia Você
<i>12.00 às 12.05</i>	Hora do Angelus
<i>12.35 às 15.00</i>	Tarde NSC
<i>15.00 às 15.15</i>	Palavra do Dia
<i>15.15 às 18.00</i>	Itália a amiga
<i>18.00 às 18.05</i>	Hora do Angelus
<i>20.00 às 22.00</i>	Programa Show de Entretenimento com Cesar Guerreiro
<i>Horário</i>	<i>Programação – Domingo</i>
<i>09:00 até 10:00</i>	Encontro de Reflexão
<i>10.00 até 11.30</i>	Missa

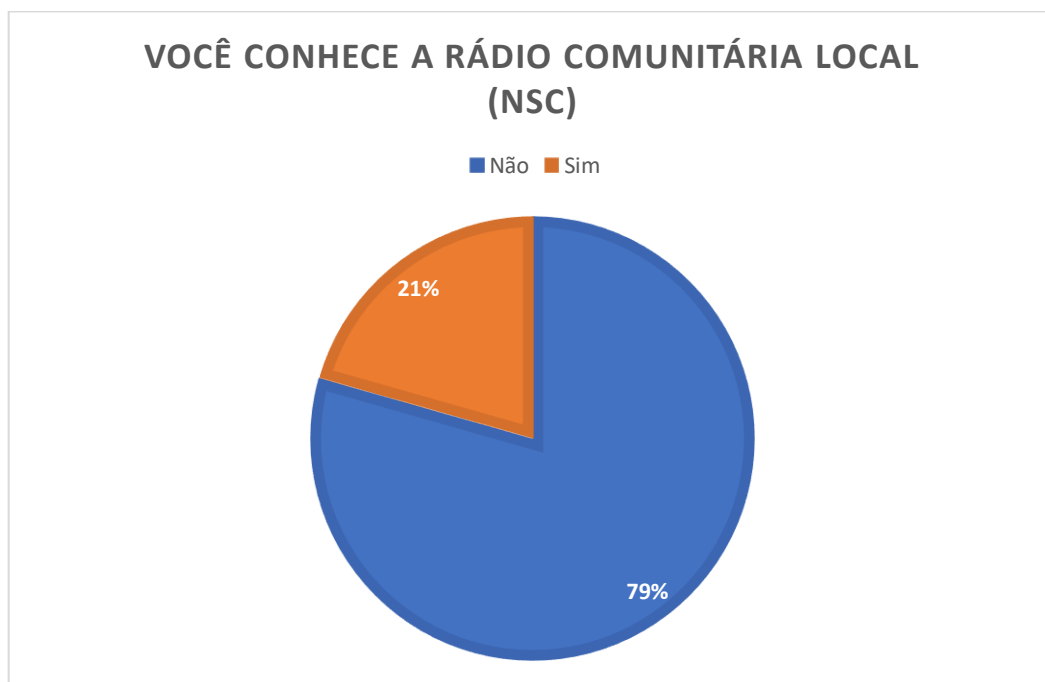
Fonte: Site da rádio NSC (<http://radionsc.com/>). Acesso em Julho de 2017.

A análise da tabela acima permite a compreensão de que a rádio possui diferentes tipos de programas, muitos deles trazendo debates como problemas de saúde, financeiros e questões

relacionadas ao entorno. Apesar de divulgar uma programação plural, o próprio gestor de programação admite que por ser um bairro com grande contingente de idosos, a rádio prioriza os conteúdos que se destinam a este grupo. Neste sentido, é preciso frisar que a transmissão da missa local e os programas religiosos ratificam o papel da igreja como ator envolvido no processo de outorga, gestão e programação, bem como ressalta que apesar de apresentar uma programação voltada a diferentes aspectos culturais, a única religião a ganhar destaque na mesma é a católica.

Quanto a capilaridade da mesma, ressalta-se que por ser um bairro com grande visibilidade e com ampla rede técnica, existem muitas mídias voltadas para comunicação local ou para a cidade do Rio de Janeiro, que sobremaneira, falam sobre a dinâmica do bairro. Desta forma, ao longo do processo de proposição dos questionários à população, poucos entrevistados conheciam a rádio comunitária local, indicando que o alcance da mesma é restrito a alguns grupos locais.

Figura 39 - Reconhecimento da rádio

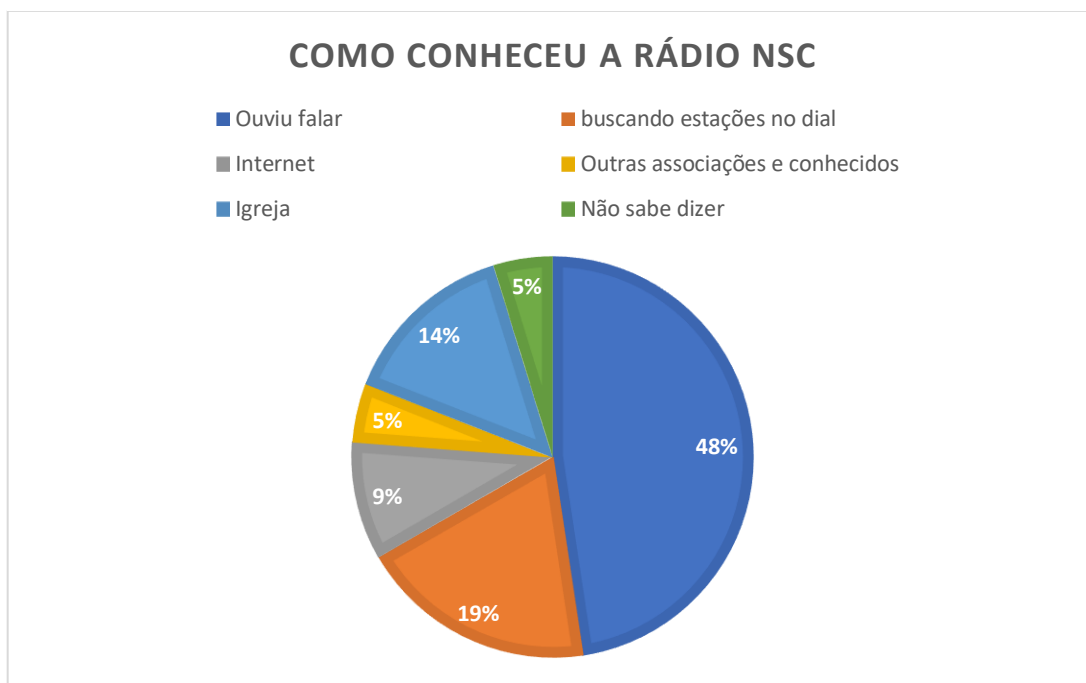


Fonte: Pesquisa elaborada com a população entre abril e julho de 2017

Quanto a apreensão da programação da rádio por parte da população, percebe-se que a capilaridade da rádio é pequena dentro da comunidade, somente 21% dos entrevistados têm

conhecimento da rádio, representando, um potencial de mobilização menor em relação a outros meios disponíveis, possivelmente jornais televisivos e internet.

Figura 40 - Formas de acesso à rádio



Fonte: Pesquisa elaborada com a população entre abril e julho de 2017

Dentre os 21% de entrevistados que conhecem a rádio NSC a maior parte (48%) alega ter ouvido falar da mesma, contudo, sem acompanhar o conteúdo programático. Destaca-se também as pessoas que ouviram ao mudar de estação e o grupo que conheceu através da própria igreja.

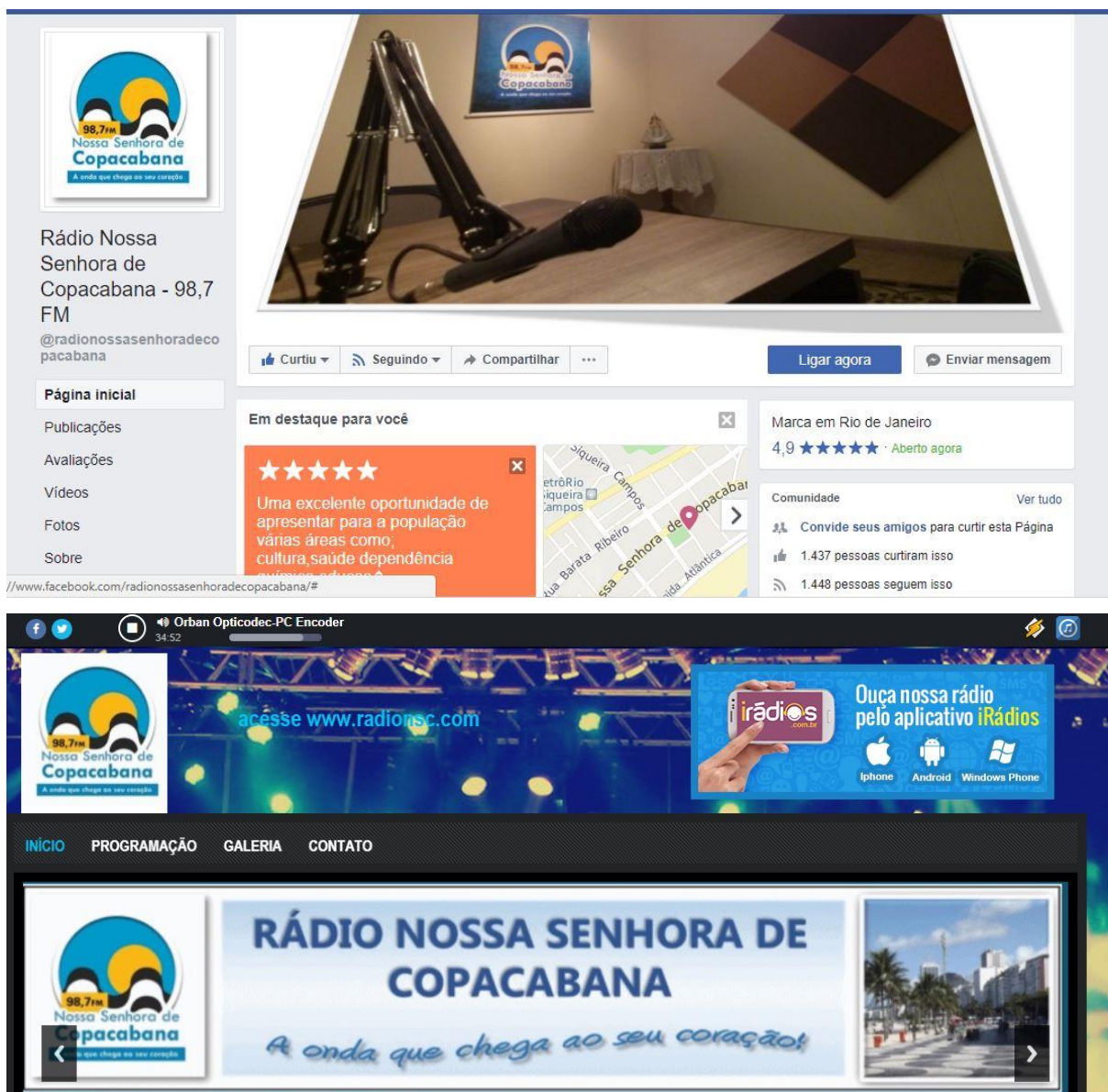
Desta forma, é preciso ressaltar a vertente comunitária desta rádio, pois foi criada por um pequeno grupo moradores locais e sua gestão é feita por grupos de moradores. Uma característica interessante da mesma é sua programação voltada para debates de questões de interesse público locais. Dentre os atores, deve-se destacar o papel da própria igreja N.S. de Copacabana, pois esta não só cede o espaço no qual a rádio está instalada como é responsável por alguns programas locais, destaca-se ainda que a mobilização associada ao surgimento da radcom NSC esteve relacionada a própria igreja e seus atores. Quanto a pluralidade, é possível apontar os diferentes tipos de programas presentes na programação, voltados principalmente ao público idoso, Sidney destaca que apesar de plural a rádio não tem como público alvo os jovens. Por fim, dados levantados com a população local indicam que apesar de apresentar um caráter

comunitário a rádio não é fortemente utilizada pela população residente em sua área de atuação, mostrando que apesar de ter sido criada por um grupo de moradores, ela não possui grande representatividade perante a população local.

5.2.3 – Participação, reconhecimento/intencionalidade, diálogo

Visando observar as diferentes formas de participação entre a comunidade e a rádio, são investigados neste ponto os canais oficiais e não oficiais de participação da população tanto na gestão quanto na programação das mesmas. Como já observado no caso de Varre-sai, estas rádios buscam utilizar diferentes mídias visando aumentar a interação entre o ouvinte e a programação. Ao longo da programação da rádio NSC também são encontrados espaços de participação dos ouvintes, principalmente em programas de debates. A interação com o público é feita através de telefone, e-mail e pela página da rádio na rede social Facebook. A rádio também conta com um site onde é possível ouvi-la online e entrar em contato com a mesma.

Figura 41 - Mecanismos de participação da rádio NSC



Fonte: Facebook. Acesso: 29 de julho de 2017

Em relação ao uso feito por estes canais, muitos programas contam com a participação dos ouvintes via telefone e a página da NSC no site Facebook é bastante movimentada. Muitas vezes os programas também são filmados e transmitidos ao vivo através da página. Ao observar a programação e os comentários feitos por meio destes canais é possível perceber que a interação ocorre de forma mais intensa nos momentos em que especialistas em saúde, economia, segurança e etc. são chamados para responder perguntas dos ouvintes, assim como em programas esportivos.

Quanto ao principal canal oficial de comunicação, o conselho consultivo, Sidney garantiu que a rádio conta com o mesmo, assegurando que todas as obrigações legais

necessárias são cumpridas, em consulta ao site da Anatel³¹ não foram encontradas pendências e a renovação de concessão da mesma deve ocorrer somente em 2019. Apesar de não ter tido acesso ao estatuto da rádio nem ao caderno de atas, quando questionado sobre o conselho comunitário, Sidney argumentou que este é composto por profissionais liberais, donas de casa e aposentados, todos moradores do bairro.

No que concerne ao critério de reconhecimento/intencionalidade, é preciso compreender que a rádio NSC se mostra a todo momento aberta a todos os grupos componentes da comunidade, contudo, nas palavras de seu diretor de programação, conteúdos políticos partidários não são o objetivo final da rádio. A rádio é aberta a avisos e informes de outras associações, os gestores ressaltam o caso do AA (Alcoólicos Anônimos) que ao realizarem ações no bairro utilizam a rádio como forma de divulgação, dos períodos de grandes eventos em que são divulgados os esquemas de trânsito no bairro e quando ocorre a construção de novos empreendimentos com potencial para modificar a rotina e a dinâmica do trânsito local.

Ao analisar a programação da rádio, destaca-se o espaço dado a cultura local e iniciativa de moradores do bairro sobre cultura, auxílio social e etc., contudo, apesar de destacar o aspecto da comunicação comunitária, não foram observados momentos em que a discussão e o debate estiveram direcionados à ação política ou ao poder instituído. Apesar de poucos entrevistados terem conhecimento sobre a existência da rádio, ao serem questionados sobre a importância de um meio de comunicação local a ampla maioria dos entrevistados (89%) entende que uma radcom local seria interessante para transmissão de notícias estritamente sobre o bairro, bem como informações culturais locais. Sendo assim, existe um paradoxo entre a percepção da população sobre a utilidade das radcom e o efetivo uso destas.

³¹ Consulta feita em julho de 2017

Figura 42- Importância da radcom local



Fonte: Pesquisas realizadas com a população entre abril e julho de 2017. Elaboração própria.

Para analisar o critério do diálogo foram levantadas situações em que a rádio esteve aberta a debates entre diferentes grupos, a divulgação de demandas de moradores ou aberto ao poder público. Tendo em vista estes pontos, destaca-se que o diálogo ocorre principalmente no que concerne ao poder público, com divulgação de ações da polícia próximas ao local ou esquemas específicos de trânsito e o diálogo com diferentes demandas locais, sobre esse aspecto, Sidney destaca a divulgação dos problemas relacionados aos pescadores locais e a construção de hotéis, momentos em que a rádio como meio para a exposição dos diferentes pontos de vista.

Por fim, dentre os últimos critérios apresentados como essenciais para o funcionamento de uma mídia como parte da esfera pública destaca-se, no caso da NSC, o critério de participação, pois a rádio possui diversos canais de diálogo e programas abertos a participação de ouvintes que morem na área de cobertura da rádio, bem como o conselho comunitário formado por moradores – ainda que não tenham sido obtidos dados sobre a periodicidade das reuniões dos mesmos. Outro critério que se destaca é o de abertura ao diálogo, pois a rádio afirma buscar aproximação com outras associações que participam da dinâmica local e com o próprio poder público. Contudo, quanto ao reconhecimento/intencionalidade e capilaridade, percebe-se que a rádio é pouco utilizada pela sociedade como um todo, diminuindo o alcance dos debates instaurados. Além disso, os debates abordados na rádio visam a divulgação de demandas específicas e a otimização das formas de convívio, sem que tenham sido abordados momentos de mobilização voltados para a inserção de temas na agenda pública ou questionamentos diretos ao poder instituído.

5.2.4 – Da esfera pública ao espaço político

A rádio NSC encontra-se no bairro de Copacabana, que conforme já abordado, é dotado de inúmeros espaços públicos com bastante visibilidade. Para Oliveira (2016) a escolha dos locais de mobilização e manifestação política é feita a partir de critérios como visibilidade e simbolismo dos diferentes espaços, o que nos leva a percepção de como Copacabana possui especificidades que levam a definição de algumas áreas do bairro como a própria Av. Atlântica aonde, durante os anos de 2016 e 2017 vem ocorrendo diversas manifestações contra o Governo Federal.³²

³² Nos últimos dois anos a instabilidade política no país tem levado a manifestações concomitantes em todo o país e que no Rio de Janeiro ocorrem em Copacabana. A princípio as manifestações visavam o estabelecimento do

Apesar das grandes manifestações ocorridas no bairro e da grande visibilidade dos espaços públicos do bairro, a rádio NSC nestes momentos atua garantindo a utilidade pública e a divulgação de informações sobre as formas de transitar pelas ruas do bairro neste momento, esta dinâmica relaciona-se ao caráter não político da mesma, evitando qualquer tipo de veiculação partidária. Isso acaba por levantar um segundo aspecto presente nas entrevistas realizadas, ao serem perguntados sobre ter ou não participado de algum tipo de mobilização proposta pela rádio, todos os entrevistados responderam nunca ter participado ou ouvido falar de um evento desses.

Algumas ações divulgadas pela rádio visam melhorias no convívio nos espaços públicos, na época da criação da lei municipal que atribui multa a quem jogar lixo na rua a rádio criou uma campanha de conscientização sobre as formas de descarte de lixo e guimbas de cigarro, contudo, esta mobilização foi restrita ao campo informativo, sem que tenha sido observada intencionalidade de atingir a agenda pública. Percebe-se, então, que a rádio NSC é utilizada de forma comunitária no sentido de fornecer informações importantes ao bom convívio social, contudo, não foram encontrados momentos de mobilização de espaços físicos em si.

CONCLUSÕES

Os estudos de caso trabalhados nessa dissertação levaram a uma análise comparativa de dois contextos diferentes que representam formas de mobilização diferentes da esfera pública, sendo possível perceber que o contexto local é essencial para a dinamização ou não da esfera pública política, encontrando diversos motivos para os mesmos.

Ao comparar os resultados obtidos nas duas análises esta relação é ressaltada e um enunciado do início da pesquisa acaba por não se concretizar, não necessariamente os espaços dotados de mais amenidades são aqueles com maior dinamização da esfera pública e por consequência da esfera política. Portanto, faz-se necessário estabelecer a relação entre os dois estudos de caso, visando categorizar as principais diferenças.

Como primeiro nível de comparação é preciso remontar os diferentes contextos da localização destas duas rádios. Enquanto a radcom Líder Fm situa-se no município de menor população do estado, a rádio NSC encontra-se em um dos bairros com maior densidade populacional da metrópole³³ e com maior visibilidade. Essa diferença locacional remonta a diferença na aquisição de recursos para a instalação das rádios e da própria apropriação desta mídia por parte da população, uma vez que Varre sai não conta com outros instrumentos de comunicação e divulgação das demandas locais, enquanto em Copacabana existe grande acessibilidade a outras formas de comunicação locais.

Outra diferença marcante quanto a localização das duas rádios é a própria infraestrutura das mesmas, apesar de pequena, a rádio NSC conta com estúdio em prédio comercial e com diversos instrumentos para divulgação da rádio em outras mídias. A rádio Líder Fm, apesar de ser mais conhecida na cidade, conta com uma infraestrutura um pouco mais precária e se encontra em uma área residencial e privada. Como semelhança entre os dois, as rádios contaram com especificidades em seu processo de outorga. Enquanto a rádio Líder utilizou como estratégia para atingir escalas mais abrangentes a dinâmica política local, o conhecimento de políticos e a influência partidária, a rádio NSC contou com a visibilidade e a disponibilidade de recursos advindos da própria igreja e dos moradores que possuem maior potencial de articulação e renda.

Quanto a dinâmica dos atores, marca-se dois tipos diferentes. A rádio de Varre sai, apesar de legalmente proibido, estar relacionada a uma dinâmica privada, estando ligada a um grupo familiar com vontade política, destacando principalmente o diretor geral, Lauro Fabri. Já

33 Dados disponíveis no Censo 2010

a rádio NSC possui em sua gestão locutores e diretores ligados à comunidade, contudo, não se pode negar a influência da paróquia N.S. Aparecida na dinâmica da rádio e na programação, inclusive com programas relacionados à igreja católica e transmissão de missas.

Em relação a pluralidade, as duas rádios contam com uma programação variada que tem como base os programas musicais e de locutores os quais são abertos a ampla participação de diferentes grupos culturais locais, da mesma forma, as duas rádios divulgam diferentes espetáculos, feiras e eventos que ocorrem nas áreas em que estão inseridas.

A capilaridade das duas rádios é uma das diferenças mais marcantes entre as duas, nota-se aqui que a ampla maioria dos entrevistados de Varre sai conhece a rádio, muitos inclusive sabem a quem ela pertence e a maioria acompanha a programação. Já a ampla maioria dos entrevistados no raio de alcance da rádio NSC não tem conhecimento da mesma e pouquíssimos afirmam acompanhar a programação.

No que concerne a possibilidade de participação, as duas rádios contam com diferentes instrumentos de interação e participação da população, inclusive com outras mídias e aplicativos, destacando páginas do Facebook, Whatsapp e telefone para contato, da mesma forma a maior parte dos programas presentes na programação são abertos a participação do público. Da mesma forma, as duas rádios contam com conselhos comunitários, porém, na rádio de Varre-sai dados como ata das reuniões do conselho comunitário e o estatuto da mesma estavam disponíveis, frisa-se que a rádio Líder FM acaba de passar por seu processo de renovação de outorga, tendo apresentado para a Anatel todos estes documentos recentemente.

Em Varre sai e na programação da rádio Líder FM os conteúdos voltados para a discussão política e reclamações direcionadas ao poder público são constantes ao longo da programação, tendo a rádio o papel de denunciar e pressionar pela resolução de problemas relacionados à comunidade local. Destaca-se também que alguns atores, como o próprio gestor da mesma, estão envolvidos com a disputa política local. Em outra direção, a rádio NSC divulga que não permite a transmissão de conteúdos políticos e suas transmissões são voltadas para divulgação de interesses comuns ao convívio no bairro. Outro ponto que se destaca dentro desta parte da análise é o reconhecimento da importância da rádio por parte da comunidade, em ambos os casos as entrevistas com a população revelaram que existe a ideia de que uma radcom é importante para a comunidade, contudo, em Varre sai, o principal destaque são os debates voltados para a discussão política enquanto em Copacabana boa parte da população entende que a importância da radcom estaria ligada a necessidade de convívio e divulgação dos problemas do bairro.

Por último, as duas radcom se mostraram abertas ao diálogo com outras associações do bairro, contudo, destaca-se que a interação da rádio Líder Fm com a câmara de vereadores, prefeitura e outras associações da sociedade civil local são voltadas para o debate político e a para o debate de pautas e serviços públicos, enquanto a rádio NSC possui interação com o poder instituído, representada pela prefeitura, e a sociedade civil organizada, mas esta é muito voltada aos informes sobre questões de circulação, saúde e preservação do patrimônio público do bairro.

Desta forma, no tocante às características essenciais ao funcionamento de uma radcom enquanto esfera pública, percebe-se que estas rádios possuem alguns pontos comuns, como a pluralidade, abertura ao diálogo e participação, que são essenciais para que este meio de comunicação seja efetivamente público. No mesmo sentido, a divisão de Habermas (1984) sobre os dois reinos do mundo social se faz pertinente, ambas as rádios, apesar de acessíveis aos diferentes grupos comunitários, são permeadas por agentes do mundo privado, como os interesses políticos de um grupo ou por se relacionar a entidades confessionais como a igreja. Isso se reflete na própria localização das mesmas, dentro de uma casa particular em frente à prefeitura e no prédio da igreja.

As diferenças entre as duas radcom são centrais, principalmente com relação aos critérios de capilaridade e intencionalidade. Possivelmente a maior densidade de redes e objetos técnicos – ver Santos (1996) e Souza (2012) - de Copacabana faz com que a rádio não seja o único meio de comunicação e divulgação dos problemas locais, levando a menor capilaridade da mesma dentro de seu local de instalação. Por outro lado, Varre sai, por não possuir amplas redes técnicas e outros meios de comunicação locais apresenta uma maior capilaridade. Corroborando com este fato os dados encontrados na análise da radcom Ilha FM, na qual foram aplicados 107 questionários com a população da Ilha do Governador, no total 80% dos entrevistados afirmaram não conhecer a rádio, representando a ampla maioria. Dos 22 entrevistados que afirmavam conhecer a rádio, apenas 4 efetivamente acompanham a programação, representando menos de 20%.

No mesmo sentido, as disputas políticas locais e a proximidade da prefeitura e da câmara de vereadores leva a uma intencionalidade maior nos atos divulgados pela rádio, ao contrário da rádio NSC que possui caráter comunitário no sentido de ter suas transmissões voltadas a serviços de utilidade pública. Estas diferenças podem ser sintetizadas na tabela a seguir:

Figura 43 - Comparação das duas rádios por categoria

<i>Categoria</i>	<i>Líder FM</i>	<i>NSC</i>
<i>Atores</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Lauro Fabri (ex candidato a prefeito) • Locutores locais 	<ul style="list-style-type: none"> • Locutores locais • Paróquia N.S. de Copacabana
<i>Participação</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Canais no Facebook, Whatsapp e telefone. • Conselho comunitário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Canais no Facebook, Whatsapp e telefone. • Conselho omunitário.
<i>Pluralidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Programação variada 	<ul style="list-style-type: none"> • Programação variada • Transmissão de missas
<i>Abertura ao diálogo</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Transmissão de reuniões da câmara de vereadores. • Divulgação de notícias de utilidade pública. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de notícias de utilidade pública e campanhas
<i>Reconhecimento/Intencionalidade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Denúncias sobre os problemas estruturais da comunidade. • Reconhecimento da necessidade da rádio por parte da comunidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento da importância de uma rádio comunitária.
<i>Capilaridade</i>	<ul style="list-style-type: none"> • A rádio é conhecida pela ampla maioria dos entrevistados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Poucos entrevistados conhecem a rádio e sua programação.

Fonte: Elaboração própria com base na análise

As diferenças nos remetem ao funcionamento das duas radcom em diferentes contextos como formadoras da esfera pública. Percebe-se que muitos motivos a rádio Líder FM, apesar de ser gerida por grupos com interesses do reino privado, possui funcionamento condizente com o que se espera da esfera pública, tanto quanto a proposição de Leal (2007) quanto em relação à metodologia aplicada neste trabalho. Já a rádio NSC apesar de possuir canais de participação, pluralidade em relação ao conteúdo transmitido e ser aberta ao diálogo com o poder público e outras instituições, acaba não congregando todas as características necessárias ao funcionamento enquanto esfera pública, se tornando um espaço de visibilidade na transmissão da cultura local e de informes importantes, mas não se concretiza como meios pelo qual a opinião pública pode ser formada e mobilizada, principalmente por suas transmissões não serem voltadas ao debate político, por denúncias da comunidade e, acima de tudo, por sua pequena capilaridade em sua área de atuação.

Percebe-se então, que quanto ao funcionamento enquanto parte da esfera pública local a rádio Líder FM se destaca justamente por ser um meio de transmissão de debates de interesse

de toda a população, assim como de manifestação de denúncias, além disso, conforme já abordado, a baixa disponibilidade de outros meios de comunicação locais leva a utilização da rádio, por parte dos ouvintes, como forma de atingir o poder público, o que também justifica a capilaridade da mesma. Destaca-se também que neste caso em que a esfera pública possui funcionamento satisfatório, esta passa a ser utilizada como forma de mobilização dos espaços políticos abertos e de inserção de temas na agenda dos espaços políticos exclusivos, demonstrando assim o importante papel de uma radcom em determinados contextos.

Por fim, a questão principal deste trabalho foi compreender qual o papel dos meios de comunicação, neste caso, das rádios comunitárias, na dinâmica espacial da política local, tendo os estudos de caso sugerido indícios de que esta relação é dinâmica e está relacionada ao contexto de instalação, demonstrando que o arranjo espacial é de extrema importância para a mesma. A seguir destaca-se algumas conclusões possíveis:

- A esfera pública pode possuir múltiplas características e um mesmo meio de comunicação pode ser somente um espaço de visibilidade ou pode funcionar efetivamente como “locus” de deliberação e formação da opinião pública. Os meios de comunicação estão inclusos nesta lógica.
- A disponibilidade de redes técnicas no território influencia a capilaridade e o uso, por parte da população, deste mecanismo. Logo, neste estudo de caso, o local com menos aparelhos técnicos apresentou maior capilaridade. Ao mesmo tempo, deve-se destacar que a capilaridade é um dos principais elementos para que uma mídia funcione como tal. A capilaridade não representa somente o quantitativo geral de pessoas atingidas por estas transmissões e sim a sua representatividade dentro de sua área de atuação.
- Os atores acabam por se relacionar com as estratégias para atingir o governo federal ao longo do processo de outorga, nestes casos, o partido (PMDB) e a igreja acabaram por auxiliar neste tramite, mas também garantiu a este grupo maior acesso à programação da rádio.
- A organização espacial destas rádios, isto quer dizer, seus locais de instalação e sua distribuição no território influenciam nas diferentes possibilidades de funcionamento da esfera pública, portanto, a geografia contribui amplamente para a discussão sobre o papel das rádios comunitárias e suas formas de funcionamento.

Ao fim da análise de todas as categorias e a partir das conclusões acima, é preciso destacar que a discussão sobre a esfera pública é tema de debate e discussão em muitas ciências, sem que tenham muitas análises geográficas neste sentido. Contudo, não nos apropriamos aqui da visão inicial de Habermas (1984), a discussão empírica nos leva a compreensão de que essa esfera tem se tornado cada vez mais complexa, com o avanço tecnológico, porém, este avanço não significa um desuso de meios mais tradicionais de comunicação, justamente pelo acesso à novas tecnologias não ser ubíquo em território nacional, mostrando que em cada contexto esta esfera pública se formará e funcionará de maneira diferente.

Ao mesmo tempo, esta esfera não pode ser compreendida como espaço da formação de uma única opinião pública, estas também são variadas, concordado assim com Barnett (2003), Leal (2007) e Maia (2008). Logo, a complexidade das sociedades contemporâneas acaba refletindo na esfera pública, e os meios de comunicação são importantes na compreensão deste quadro. Compreender a importância dos meios de comunicação na formação da opinião pública e por consequência, na política, não significa reduzir a importância dos espaços físicos para a mesma. Portanto, foi possível apreender que o bom funcionamento da esfera pública enquanto espaço de debate e formação de opinião, tende a levar à dinamização de espaços da política.

Neste sentido, não é possível subsumir, assim como visto em alguns trabalhos, destaca-se Leal (1997), a esfera pública ao espaço público, estes são dois campos da vida social que funcionam a partir da visibilidade e do direito de livre expressão, contudo, a esfera pública não necessita de uma dimensão física, enquanto os espaços públicos têm em sua fisicalidade sua principal característica. Sobremaneira, este trabalho mostrou que existe uma relação entre estes dois espaços, que pôde ser observada a partir da dinâmica da rádio Líder FM, que possui papel importante na mobilização dos espaços políticos da cidade em que está situada, como na rádio NSC que funciona como um espaço de visibilidade, dinamizando principalmente os espaços públicos.

Por fim, reafirma-se, a partir dos estudos de caso, que as radcom possuem potencial de mobilização da esfera pública e por consequência dinamizam os locais em que estão inseridas em maior ou menor intensidade. Contudo, este potencial associa-se ao contexto da sociedade local e do contexto de instalação e funcionamento das mesmas, à medida que a localização influencia em seu contexto de funcionamento. O próprio alcance destas rádios remonta esta situação, sendo importante ressaltar a importância da dimensão espacial para o contexto de funcionamento e de mobilização.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRIOTTI, C. DIAS. **O movimento das rádios Livres e Comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil.** Campinas, 2004.

ARENDT, H. **O que é Política?.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

AZEVEDO, D. A. **A democracia participativa como sofisma: uma interpretação** Janeiro, 2016.

BARNETT, C.; LOW, M. **Spaces of democracy: geographical perspectives on citizenship, participation and representation.** London, UK: Sage Publications, 2004.

BARNETT, Clive. **Culture and democracy: media, space and representation.** Edinburgh, UK: Edinburgh University Press, 2003

BIANCHI, G.. **Sonoridade - elemento integrante da linguagem e cultura radiofônica.** Ciberlegenda, Niterói, 2, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/432/264>> Acesso em: 13 Set. 2011.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PANEBIANCO, A. **Comunicação política.** In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** Brasília: Universidade de Brasília, 13ª ed. 1983. P. 200 – 204.

BORGES, T.L.S. **As Rádios Brasileiras e Política: Aspectos territoriais desta relação.** Monografia, Rio de Janeiro. 2014.

BRASIL. Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. **Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9612.htm

_____. Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998. **Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.** Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/decretos/123-decreto-2615>

BURGUESS, J.; GOLD, J.R. **Place, the Media and Popular Culture.** In: BURGUESS, J.; GOLD, J.R (Eds.) *Geography, the media and popular culture.* New York St. Martin's press.

CARVALHO, J. M. LOURENÇO, A. L. **Democracia no megafone: uma análise das rádios comunitárias como arenas públicas.** In: ROTHBERG, D. (org.) *Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo.* São Paulo, Cultura Acadêmica, 2011. p. 145 – 165.

CASTRO, I. E. **Espaços públicos: entre a publicidade e a política.** ALCEU, v.4, n.8, p. 141 a 155 . Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **O espaço político: limites e possibilidades do conceito.** In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.L. (org.) *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**; tradução Angela S.M. Corrêa. 1.ed., 1ª reimpressão. São Paulo. Ed. Contexto, 2007.

COX, K. **Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or, looking for local politics**. *Political Geography*, 17, 1998, p. 1-24.

FERREIRA, G. S. N. **Rádios comunitárias e poder local: estudo de caso de emissoras legalizadas da região noroeste do estado de São Paulo**. p. 1–309, 2006.

GALINARI, T. N. **Criação de municípios no estado do rio de janeiro: situação geográfica e geopolítica subnacional**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro. 2017.

GOMES, P.C.C. **Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 398p.

HABERMANS, J. (1984). **The theory of communicative action**. Vol 1. Reason and the rationalization of society. Boston, Beacon Press.

_____. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. v.II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997

LACOSTE, Y. **A geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas. Editora Papirus. 1988.

LEAL, S. **Repensando a Rádio Comunitária no Brasil: desafios e perspectivas para as Políticas Públicas**. v. 1, p. 1–16, 2006.

_____. **Rádio Comunitária, Espaço Público e Democracia: Estudos de casos na França e no Brasil**. Tese de doutorado, Brasília, 2007.

LIMA, V. A. LOPES, C.A. **Rádios Comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo**. 1. ed. São Paulo: Observatório da Imprensa, 2007. v. 1. 333p

LOPES, C.A. **Subsídios – a prática de subconcessão, arrendamento ou alienação a terceiros promovida por concessionários de serviços públicos de radiodifusão**. Brasília. Biblioteca digital da Câmara de Deputados, 2011. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/8668>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

LOURENÇO, A. L. **Rádios comunitárias como arenas públicas: contribuições para a análise e construção democrática**. 2010.

MACHADO FILHO, G. F. **A política de escalas nas manifestações de junho de 2013: o caso do MPL-RJ**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE, Presidente Prudente, 2015.

MACHADO FILHO, G. F. **Espaços da política: a relação entre o espaço político das assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro. 2017.

- MAIA, R.C.M. **Política deliberativa e reconsiderações acerca do conceito de esfera pública**. In: MAIA, R.C.M. *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro. Editora FGV, p. 55 – 93. 2008.
- MATOS.H. (org.). **Mídias, Eleições e Democracia**. São Paulo. Editora Página Aberta. 1994
- MIGUEL, L, F. **Os meios de comunicação e a prática política**. Revista Lua nova. Edição: Nº 55-56. 2002.
- MONDADA, L. **Espaço público I - Algumas incongruências do conceito**. In: LEVY, J. LUSSAULT, M. (org.). *Dictionaire de la Géographie*. Paris, 2013
- NUNES, M. V. **As rádios Comunitárias nas campanhas eleitorais: Exercício da cidadania ou Instrumentalização**. p. 59–76, 2004.
- OLIVEIRA, L.A.F. **Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: Um estudo do rádio de 1930 a 1945**. Trabalho de conclusão de curso, Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- Oliveira (2016)**
- PARKINSON, J.R. **Democracy and Public Space: the physical sites of democratic performance**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- PERRUZO, C. M. K. **Mídia Local e suas interfaces com a Mídia Comunitária**. 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço - Técnica e Tempo. Espaço e Emoção**. 2ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito** In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.) . **Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia**. 1 ed. São Paulo, 2005, v.1, p. 77-101.
- SANTOS, S. **E-Sucupira: o Coronelismo Eletrônico como herança do Coronelismo nas comunicações brasileiras**. Ecompos, Brasília, 2006.
- SMITH, M. P. **Looking for the global spaces in local politics**. *Political Geography*, 17, 1998, p. 35-40.
- SOUZA, M.L. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> Acesso em: 07 de agosto de 2017.
- IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos municípios brasileiros: gestão pública**. Rio de Janeiro, IBGE. 2006.
- MINISTÉRIO DA TECOLOGIA, CIÊNCIA, INOVAÇÃO E COMUNICAÇÃO. **Rádiodifusão Comunitária**. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/radiodifusao-comunitaria>>. Acesso em: 06 de novembro de 2013.

ABERT. A história do rádio no Brasil. Disponível em: <http://www.abert.org.br/web/index.php/quemsomos/historia-do-radio-no-brasil>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

BENITES, A. O preço do poder para Temer: perdão de dívida, concessão de rádio e verba a parlamentares: À espera do julgamento do TSE, presidente intensifica acenos para não perder sua base de apoio. El País – Brasil. Brasília, 3 de Jun de 2017.

IPP. Bairros cariocas – Copacabana. Rio de Janeiro. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm. Acesso em: 07 de agosto de 2017.